



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP



VÂNIA MARQUES PINTO

**ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL DE
TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: UMA
ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO SINDICAL E O
PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PADRSS NA BAHIA**

**AMARGOSA - BA
2014**

VÂNIA MARQUES PINTO

**ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL DE
TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: UMA
ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO SINDICAL E O
PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PADRSS NA BAHIA**

Relatório de pesquisa de conclusão de curso apresentada à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB como requisito parcial para conclusão da Pós Graduação “Stricto Sensu” em Mestrado em Educação do campo para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Dr.^a Tatiana Ribeiro Velloso

**AMARGOSA - BA
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA -
CFP/UFRB **Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª**
/ 1515

P659e Pinto, Vânia Marques.
Estudo sobre o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais:
uma articulação entre a formação sindical e o projeto alternativo de
desenvolvimento rural sustentável e solidário. PADRSS na Bahia. / Vânia
Marques Pinto. – Amargosa, BA, 2015.
159f.; il.color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Drª. Tatiana Ribeiro Velloso.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) –
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA.
2015.

Bibliografia: f. 86-91.

Inclui Apêndice

1. Educação do Campo. 2. Trabalhador rural . 3. Sindicalismo - Bahia. I. Velloso, Tatiana Ribeiro. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Mestrado Profissional em Educação do Campo
www.ufrb.edu.br/educampo



ATA DE EXAME DE DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DO CURSO DA MESTRANDA **VANIA
MARQUES PINTO** NO PROGRAMA DE PÓS -
GRADUAÇÃO / MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e quinze, às dezessete horas, reuniram-se na sala da pós-graduação, a Comissão Avaliadora composta pela Professora Doutora Eliene Novaes Rocha e pela Professora Doutora Silvana Lucia da Silva Lima (examinadores). E por mim, Professora Doutora Tatiana Ribeiro Velloso (Orientadora), para examinar o trabalho intitulado “Estudo sobre o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais: uma articulação entre a formação sindical e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS na Bahia”, da mestranda Vânia Marques Pinto. Após arguição e discussão, a banca examinou, analisou e avaliou o referido trabalho, chegando a conclusão que foi APROVADO. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Avaliadora encerrou a reunião da qual eu, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes e encerrada por mim.

Feira de Santana, 30 de março de 2015


Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
(Orientadora)


Profa. Dra. Eliane Novaes Rocha
(Membro Externo)


Profa. Dra. Silvana Lucia da Silva Lima
(Membro Interno)

Pescador de Ilusões

O Rappa

Se meus joelhos
Não doessem mais
Diante de um bom motivo
Que me traga fé
Que me traga fé
Se por alguns
Segundos eu observar
E só observar
A isca e o anzol
A isca e o anzol
A isca e o anzol
Ainda assim estarei
Pronto pra comemorar
Se eu me tornar
Menos faminto
E curioso
Curioso
O mar escuro
Trará o medo
Lado a lado
Com os corais
Mais coloridos
Valeu a pena
Êh! Êh!
Valeu a pena
Êh! Êh!
Sou pescador de ilusões
Sou pescador de ilusões
Valeu a pena
Êh! Êh!
Sou pescador de ilusões
Sou pescador de ilusões
Se eu ousar catar
Na superfície
De qualquer manhã
As palavras
De um livro
Sem final, sem final
Sem final, sem final
Valeu a pena
Êh! Êh!

Aos educadores e educadoras populares de Rede da Enfoc.
Aos homens e mulheres que acreditam na transformação social.
Aos que lutam todos os dias por outra sociedade, e acreditam que todos os dias é possível fazer
uma transformação.

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos, pessoas e instituições que fizeram parte dessa caminhada, e com certeza não caberiam nesta página, dedicarei estas linhas para tentar reunir alguns nomes que compartilharam comigo objetivos, angústias e superação de desafios.

A Professora Mestre Tatiana Velloso, pelo carinho, atenção, apoio, calma e pela contribuição na realização deste trabalho e na luta pela educação do Campo.

A Silvana Lima e Eliene Rocha, pelas contribuições e por estar sempre presente na educação do campo.

A Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC e a rede de educadores/as, colaboradores e pessoas amáveis que dividi parte do meu tempo formativo.

Ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, CONTAG, Fetag, em especial aos sindicatos.

Aos companheiros e companheiras do STTR de Iraquara.

A UFRB e aos professores que estão no Programa de Educação do Campo.

Aos amigos que ajudaram nesse processo de estudo, Leidjane, Cassiana, Eugenia e Cleber.

Aos amigos que ganhei ao longo da vida e que mesmo estando longe me enchem de boas energias. Maria Madalena, Michele, Rose, Thalita, Thais, Suede, Letícia, Ludmila, Nerivan, Fiuza, Núbia, Wellinton, Jackson, Ingracia, Ana Maria, Viviane, Rosa, Léia, Mundinha, Amarildo, Antenor, Elaine. E aqueles que o nome não está aqui, mas que estão no meu coração.

Aos companheiros e amigos do Mestrado em Educação do Campo.

A turma Wilson Furtado – III turma estadual de Formação da Enfoc.

Ao coletivo nacional e coletivo estadual de formação e aos educadores e educadoras que atuam e dão vida a formação sindical na Bahia.

Aos meus pais Silvina e Benjamim, pelo amor e carinho, e aos primos/as, tias e tios, aos meus avós.

Ao meu companheiro e amigo Vanderlei pelos momentos que juntos dividimos na vida pessoal e profissional.

Com certeza nesta lista tem muitos outros nomes, que não estão aqui, a todos que estão em minha vida, contribuindo e colaborando meus sinceros agradecimentos.

A Deus, força que rege a natureza e a vida pelas boas ideias, as felizes inspirações ...

RESUMO

Este estudo realiza uma análise sobre os processos educativos da Escola Nacional de Formação Sindical da ENFOC/CONTAG. A pesquisa teve como objetivo investigar e analisar as contribuições da formação sindical voltada para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras e a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS. Para alcançar este objetivo, foram consideradas na formação as dimensões da hierarquia e do corporativismo presentes no sindicalismo, bem como as possibilidades de implementação do PADRSS no estado da Bahia. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, por meio da pesquisa-ação, utilizando como técnica de coleta de dados: a análise documental, a observação participante com intervenção e entrevistas semi-estruturadas. Este trabalho está organizado em duas partes: a primeira, busca apresentar as categorias de análise, organizadas em três capítulos; e a segunda, tratou-se da construção de uma cartilha com os elementos e resultados principais desta pesquisa resultantes da intervenção realizada no decorrer da pesquisa. A pesquisa indicou que os processos formativos realizados por meio da ENFOC enfrentam limites dentro da estrutura sindical e revelou ainda que os Grupos de Estudos Sindicais (GES) tem desencadeado experiências importantes de sindicalismo de base e contribuído para a compreensão do PADRSS. No entanto, estes Grupos tem enfrentado dificuldades para se manterem ativos. Assim, o tema central da cartilha foi os GES – organização, dinâmicas, ações e resultados, tendo a perspectiva de contribuir com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no Estado da Bahia e o fortalecimento das ações de formação nestes cenários desenvolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo, Formação Sindical, Educação popular, Grupos de Estudos Sindicais.

ABSTRACT

This study performs an analysis of the educational processes of the National School of CONTAG Union Training - ENFOC. The research aimed to investigate and analyze the contributions of dedicated union training for emancipation and the consolidation of the Rural Development Alternative Sustainable Design and Outreach - PADRSS. To accomplish this, were considered in forming the size of hierarchy and corporatism in unionism, as well as the possibilities for implementing the Sustainable Rural Development Project Alternative and Solidarity in the state of Bahia. Qualitative research was used, through action research, using as data collection technique: documentary analysis, participant observation with intervention and semi-structured interviews. The organization of this paper is divided into two parts: the first aims to present the analysis categories, organized into three chapters; and second, this was the construction of a booklet with the elements and main results of this research. Research has indicated that the training processes undertaken by Enfoc face limits within the union structure and also showed that the Trade Union Group Study - GES has triggered important experiences base unionism and contributed to the understanding of PADRSS. However, these groups have struggled to remain active. Thus, the central theme of the booklet were the GES - organization, dynamics, actions and results, with a view to contributing to the Union of Rural Workers Movement in the State of Bahia and the strengthening of training activities developed in these scenarios.

KEYWORDS: Unionism, Union Formation, Popular Education, Union Group Study.

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNTTR – Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
COB – Confederação Operaria Brasileira
CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores e Agricultoras na Agricultura
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ENAFOR – Encontro Nacional de Formação
ENERA – Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agraria
ENFOC – Escola Nacional de Formação da Contag
FALTAB – Federação das Associações e Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia
FETAG – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
GES – Grupo de Estudos Sindicais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTR – Movimento Trabalhistas Renovador
PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PC do B – Partido Comunista Brasileiro
PCB – Partido Comunista do Brasil
PDLS – Programa de Capacitação em Desenvolvimento Local Sustentável
PEBE – Programa Especial de Bolsa de Estudos
PNF – Política Nacional de Formação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ULTAB – União dos Lavradores Agrícolas do Brasil

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Sindicalismo no Campo Brasileiro: Caminhos e (des)caminhos da Organização Trabalhadora no Campo	21
1.1. Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar PADRSS	35
2. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS: a experiência de educação no movimento sindical rural	40
2.1. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS e seus fundamentos	46
2.1.1. O PADRSS e Formação: alguns apontamentos da experiência	46
2.2. Bases pedagógicas e políticas da Formação sindical a partir do Plano Nacional de Formação e do PADRSS	53
2.2.1. Concepção de educação popular– freireana – teologia da libertação	53
2.2.2. Abordagem marxista	58
2.3. Princípios da PNF /Princípios do PPP	60
3. Percurso formativo de sistematização da construção da cartilha	62
Algumas considerações	84
Referências	86
Apêndice A – Cartilha	92
Apêndice B – Roteiro de Entrevista	128
Anexo A – Fotos	130
Anexo B – Matriz curricular do curso	142
Anexo C – Termos de autorização	151

INTRODUÇÃO

O meu interesse em estudar e pesquisar a educação que é realizada pelo movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais teve início na graduação, no curso de Pedagogia da Terra da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Na época da graduação, a vivência em um acampamento de reforma agrária me levou a participar das ações do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O interesse se aprofundou a partir da participação do curso estadual e do curso regional de formação sindical da Escola Nacional de Formação da CONTAG - ENFOC, e a partir desse momento, comecei a atuar como educadora popular da Rede de Educadores da ENFOC.

Os processos educativos vivenciados através da ENFOC deixaram latente a inquietação com a forma que a educação acontece dentro do movimento sindical, possibilitando ou não a emancipação dos sujeitos, uma vez que esse mote era pregado durante as formações. Despertou também, um olhar mais criterioso para o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, que foi acentuado pelo ingresso no Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. E foi na pesquisa realizada no curso de Especialização que foi identificado o problema apresentado neste estudo, apontando para a necessidade de uma intervenção nos processos formativos que será apresentada no decorrer deste trabalho.

O PADRSS é fio condutor político e estruturador do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR organizados pela CONTAG. Esse projeto orienta, problematiza, e organiza a nossa luta, trata-se de um projeto construído em meados da década de 1990, sendo reformulado constantemente, e recente em relação ao meio século que se constituiu o MSTTR, em 2013.

A formação sindical é um instrumento utilizado desde a constituição do movimento sindical, mas é notória a carência de estudos realizados no âmbito do movimento sindical rural, principalmente no que diz respeito aos processos educativos desenvolvidos no seio do MSTTR. Muitas experiências já foram estudadas nos movimentos sociais, principalmente as relacionadas aos movimentos de luta pela terra, mais reduzidos ainda são os estudos relacionados a ENFOC, pois é uma experiência de apenas oito anos no movimento.

A relevância desta pesquisa também se desdobra pela abrangência territorial do MSTTR, hoje a CONTAG tem em sua base 27 federações que reúnem mais de 4 mil sindicatos rurais. A FETAG da Bahia tem em sua base 407 sindicatos filiados.

O estado da Bahia tem sua participação na Enfoc desde as primeiras turmas, foram realizados três cursos estaduais e um curso microrregional¹, além de ter participantes em cursos nacionais e regionais, formou aproximadamente duzentas pessoas, esperava-se que como resultado desse processo seria formado no mínimo noventa grupos de estudos². No entanto, constatamos que foram formados em média trinta e cinco grupos, sendo que destes vinte e seis foram criados a partir da terceira turma, curso que teve o encerramento em agosto de 2014.

Essas questões decorrentes do processo formativo têm gerado algumas inquietações na rede de educadores e no coletivo de formação, pois é perceptível que realmente há mudanças na prática sindical de pessoas que participam dos cursos da ENFOC, inclusive gerando alguns quadros sindicais. Porém, também é perceptível em alguns lugares, apesar dos investimentos formativos, não se consegue muitos avanços e os grupos sindicais não se mantêm ativos por ausência de animação.

Trata-se de um processo formativo fundamentado na educação popular com a concepção da libertação dos sujeitos oprimidos de práticas horizontalizadas que completou oito anos em agosto de 2014 e que traz em sua essência o mote da transformação política e da emancipação dos sujeitos. A maior indagação gira em torno da estrutura sindical, pois o sindicalismo é um organismo que possui uma estrutura verticalizada e influenciada pelo corporativismo. A proposta formativa da ENFOC se estrutura na educação popular, no entanto, estamos falando de uma escola do movimento sindical, que nasce dentro do movimento e não de uma escola paralela.

Desse modo, estando presente no sindicalismo as dimensões como a hierarquia e o corporativismo, de que maneira a formação sindical pode contribuir para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras e para a consolidação do PADRSS no estado da Bahia?

¹ Estaremos utilizado a palavra microrregional neste trabalho apenas para distinguir cursos regionais no estado, dos cursos regionais (regiões do país), essa diferenciação é necessária, uma vez que os curso regional (país) tem características de curso de formação de formadores e os cursos regionais dentro do estado tem o caráter de formação de multiplicadores

² Os Grupos de Estudo Sindical – GES, é um dos instrumentos/objetivo da formação, é uma forma da formação chegar nas comunidades rurais, ou seja ampliar o número de trabalhadores e trabalhadoras em processos formativos com cunho emancipador.

Considerar a contradição é necessário para entender como as dimensões da hierarquia e do corporativismo no sindicalismo podem coexistir com práticas educativas horizontalizadas que propõe tomada de consciência, libertação e emancipação.

Para isso, pretende-se analisar as limitações encontradas na realização dos processos formativos levando em consideração a dimensão hierarquia/corporativismo; identificar como a formação sindical pode influenciar na construção da militância dos sindicalistas; compreender como as metodologias e os conteúdos utilizados no processo formativo podem influenciar na construção da emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de que forma reflete na relação com o sindicato; sistematizar as possibilidades de contribuições dos processos formativos da ENFOC, contribuir com consolidação do PADRSS no estado da Bahia, propor conteúdos e metodologias que contribui com uma perspectiva emancipatória, construir uma cartilha com temas identificados como necessários para a formação dos trabalhadores/as e educadores/as.

A construção da cartilha surge a partir do momento em que um mestrado profissional possibilita a construção de outros produtos, além de uma dissertação, como resultado de uma pesquisa. Esse produto surge articulado ao movimento por meio da rede de educadores que identifica como necessidade a produção de materiais didáticos e informativos para contribuir com os processos educativos do movimento.

A cartilha será destinada aos educadores e educadoras da rede, aos formadores que são responsáveis pela multiplicação criativa, com ênfase na animação dos GES. A rede de educadores e educadoras é constituída pelas pessoas que fizeram formação por meio da ENFOC, sendo assessores, funcionários, dirigentes sindicais e trabalhadores e trabalhadoras que são sócios dos Sindicatos.

A elaboração da cartilha tem como objetivo contribuir para a consolidação do PADRSS por meio da formação sindical de base, incentivando os sindicatos a ampliar o trabalho de base, estimular a criação dos GES, contribuir com o processo de animação dos grupos de estudos. Assim, trará informações sobre os processos formativos desenvolvidos pela ENFOC no estado da Bahia, evidenciando os princípios da Política Nacional de Formação e a concepção educativa do MSTTR.

A cartilha pretende explicar como se desencadeia os processos formativos, evidenciando os objetivos da formação, as metodologias, os conteúdos e o que tem representado para os

participantes, enquanto produto originário dos processos de análise, desencadeado a partir da experiência da Enfoc no estado da Bahia.

A ênfase dada aos GES é por se tratar de um ponto “estratégico” para o fortalecimento do processo formativo no âmbito do movimento sindical rural, considerando que historicamente os educadores apresentam dificuldades para manter os grupos em funcionamento.

A cartilha intitulada “Construindo caminhos para uma formação de BASE - GES” apresenta-se em cinco partes: a primeira e a segunda, apresentam de forma breve o sindicalismo e o histórico do MSTTR, por meio de uma linha do tempo; a terceira, contextualiza a formação sindical, dando ênfase para a Enfoc e as concepções de sustentação teóricas, sendo a educação popular e o PADRSS enquanto fundamentação política e a concepção marxista influenciada principalmente pela centralidade do trabalho; a quarta, traz elementos para a construção de uma formação e organização sindical de base.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, pois se trata de um processo formativo em que a pesquisadora está vinculada desde o planejamento até a execução, em que as construções dos conhecimentos ocorreram de forma coletiva e criativa. Estas construções versaram sobre uma proposta educativa de cunho popular, nas quais os conhecimentos são construídos coletivamente.

Para Thiollente (2011, p. 13), pesquisa participante e pesquisa-ação não podem ser consideradas sinônimos, porque a pesquisa-ação além da participação “supõe uma forma de ação planejada de caráter social, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante”.

Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa ação é do tipo participativo: a participação das pessoas implica nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação. Isso porque pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investida com o intuito de serem melhor aceitos. Nesse caso, a participação é, sobretudo, participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo (Ibidem, p. 21).

O autor ainda ressalta que há uma distinção entre a pesquisa convencional e a pesquisa-ação. Em uma pesquisa convencional não há participação dos pesquisadores junto com as pessoas que estão sendo observadas. Na pesquisa-ação é possível estudar os problemas, ações,

conflitos, as impressões, e as opiniões que não estão restritos a coleta por meio de questionários e entrevistas, sendo que uma pesquisa-ação pode assim ser qualificada quando houver uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação.

Numa abordagem crítica e dialética, essa pesquisa busca compreender as práticas educativas desse grupo social e realizar a sistematização da vivência dessa experiência formativa, para que tais práticas possam servir de instrumento de reflexão do próprio grupo em questão e para problematizá-las com propostas emancipatórias.

Ao falarmos em dialética estamos assumindo o método de análise da realidade, na perspectiva de “pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2012, p.8).

Para Mao (2009) “a lei da contradição inerente aos fenômenos, ou lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética materialista” (p.31) ele define a dialética como sendo a teoria da unidade dos contrários.

Do ponto de vista do materialismo dialético, a contradição existe em todos os processos dos fenômenos objetivos, bem como no pensamento subjetivo, e penetra todos os processos, do início ao fim; é nisso que reside a universalidade e o caráter absoluto da contradição. Cada contradição e cada um dos seus aspectos tem as suas particularidades; é nisso que reside a particularidade e o caráter relativo da contradição. (MAO, 2012, p.76-77)

Por tanto, o movimento feito nessa pesquisa foi de uma leitura da realidade tendo como universo o movimento sindical, partimos do geral, ou seja, da história do movimento sindical, buscando encontrar os elementos e evidenciando as contradições para entender os problemas e chegar ao particular que é a formação sindical para pensar e fundamentar a prática educativa dentro da Enfoc, e com esses elementos analisados pensar e construir a cartilha com conteúdo que propiciem práticas numa perspectiva emancipatória.

Aqui compreendemos a concepção de formação sindical como sinônimo da educação do campo, pois trata-se de sindicatos rurais e que suas práticas educativas foram essenciais para fundamentar a concepção e os princípios da Educação do campo que temos na atualidades, aquela constituída no seio dos movimentos sociais camponeses e movimento sindical.

Nesse sentido Vendramini (2010, p. 129) reitera que “na perspectiva do materialismo histórico-dialético, consideramos a Educação do Campo uma particularidade do universal. Para compreendê-la, precisamos usar o recurso dialético, com base na conexão entre o geral, o

específico e o particular”. E é nesse movimento que buscamos compreender o sindicalismo e as suas práticas educativas.

Para a realização da pesquisa lançamos mão da intervenção realizada na construção/preparação do curso, ou seja escolha dos temas, metodologias, materiais didáticos e na sua realização, contribuindo nos debates e nas ações pedagógicas, e para coletar os dados, foram utilizadas as técnicas de entrevista semiestruturada, a observação com intervenção e a análise documental.

Aqui cabe destacar que por ser tratar de pesquisa-ação não significa que se fará apenas o uso de técnicas coletivas e ativas, pois como afirma Thiollent (2011), a investigação-ação não exclui a utilização em certas condições, de técnicas individuais, assim como as entrevistas e os questionários, sendo utilizadas de modo crítico. Nesta pesquisa considera-se fundamental o uso das entrevistas, para qualificar a repercussão dos participantes no que diz respeito aos objetivos a serem alcançados com este estudo.

Em relação aos dados, no primeiro momento foi realizado um levantamento a partir de referências teóricas e documentais, analisamos os anais dos Congressos da Contag, a Política Nacional de Formação e o Projeto Político Pedagógico. Paralelo às leituras dos materiais produzidos pela CONTAG, foi realizada a observação participante nos processos de formações a nível estadual e nacional para entender a formação em espaços diferentes do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR.

Além da observação, outro movimento se constituiu durante a pesquisa, que foi a execução de ações referentes ao processo formativo em questão, na condição de coordenação da Secretaria de Formação da FETAG e de educadora da rede o planejamento e o desempenho dos processos educativos também se constituiu enquanto tarefa da pesquisa. Assim motivada também pela pesquisa, e estando na condição de mestranda as ações formativas sofreram intervenções de cunho metodológico e nas abordagens teóricas.

A observação foi essencial nesse processo, propiciou a vivência coletiva e uma aproximação real ao objeto/sujeito de estudo, “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos e a obtenção de determinadas realidades. Não consistem apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.79).

Foi realizada a observação participante de forma natural seguidas de intervenção, pois consistiu na participação real do grupo, principalmente no planejamento para a realização do curso e no decorrer dos módulos, o registro se deu por anotações em diário de campo/pesquisa, e nos dois últimos módulos foi realizada a gravação áudio visual de partes do curso, procurando observar principalmente a postura dos educandos e suas opiniões sobre o curso e sobre o MSTTR. Este tipo de observação, segundo Kluckhohn apud Gil (2008), facilita o rápido acesso aos dados, principalmente referente a assuntos tidos como domínio privado do grupo pesquisado.

A análise documental como fonte de dados ofereceu elementos para fundamentar as afirmações e declarações obtidas na pesquisa, que será realizada a partir de dois documentos: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, contido no 11º Anais do Congresso da CONTAG e do texto referente à Política Nacional de Formação – PNF. A coleta dos dados por meio das entrevistas semiestruturadas foi realizada com os educadores e com os educandos. Além das entrevistas individuais, no decorrer do curso ocorreram diálogos pedagógicos³, e entrevistas coletivas, que contribuíram na compreensão de determinados questionamentos, com temas como o sindicalismo e a avaliação das ações formativas.

As entrevistas realizadas foram identificadas no corpo do trabalho por codinomes a partir da identidade de cada pessoa. Essa identidade foi identificada pelas características expressas nas falas dos entrevistados.

O resultado da pesquisa está organizado em quatro partes. Na primeira, é resgatado elementos da história do sindicalismo, articulado aos modelos de desenvolvimento vigente na sociedade brasileira, com presença marcante do corporativismo e em contrapartida, a emergência das lutas da classe trabalhadora, evidenciando as contradições presentes em nossa sociedade.

Na segunda, é descrito a história da formação sindical com ênfase na formação realizada por meio da CONTAG e também trata da construção do PADRSS. No que diz respeito ao PADRSS, o elemento que aparece com força é a questão agrária, pois se trata da base de um desenvolvimento rural sustentável que é proposto no projeto. Quanto a formação, o destaque é dado a Enfoc, trazendo à tona suas bases pedagógicas, aqui compreendidas como a educação

³ Recurso metodológico utilizado pela Enfoc que busca potencializar a fala coletiva e o diálogo sobre temas previamente selecionados.

popular, abordagem marxista e os princípios formativos que estão presentes na Política Nacional de Formação – PNF. Também evidencia o papel da formação para consolidação do PADRSS.

No terceiro momento, apresentam-se uma sistematização das práticas educativas desenvolvidas por meio da Enfoc, sua estratégia formativa e repercussão no estado da Bahia. Foram elencados conteúdos e metodologias utilizadas, como possibilidades desencadeadas por meio da formação, práticas emancipatórias, e a relação entre a formação e a constituição e fortalecimento da militância.

E por último, a parte conclusiva da pesquisa é apresentada a cartilha que retoma pontos trabalhados nas primeiras partes, dando ênfase a organização sindical de base. Ela se constitui na materialização dos resultados obtidos com a pesquisa, pois a partir da intervenção durante a realização do curso e ouvindo os sujeitos participantes do processo formativo se constituiu os elementos essenciais para compor a cartilha que ao ser lida pelos educadores e educadoras da Enfoc, mais uma vez poderá intervir em suas práticas e ações formativas.

A cartilha encontra-se nos anexos desse relatório científico de pesquisa.

CAPÍTULO I

SINDICALISMO NO CAMPO BRASILEIRO: CAMINHOS E (DES)CAMINHOS DA ORGANIZAÇÃO TRABALHADORA NO CAMPO

Ao iniciar esse capítulo ressaltamos a importância do movimento histórico para a compreensão dos fenômenos e da realidade. Por isso iniciaremos com a história do sindicalismo, buscando evidenciar aspectos que estiveram presentes em sua constituição, como o corporativismo imposto pelo Estado, a resistência dos trabalhadores frente ao sistema político, os marcos que instituíram a formação do sistema Contag no campo brasileiro. Pois ao compreender a história do sindicato podemos entender suas práticas educativas.

Os sindicatos foram criados durante a Revolução Industrial, no século XVIII, na Inglaterra. O principal objetivo era lutar por melhores condições de trabalho, de salário e pela redução da jornada de trabalho. Segundo Antunes (1994), nesse primeiro momento, as principais formas de reivindicação dos trabalhadores ocorriam por meio do embate, boicotes e sabotagens nas fábricas.

Com a expansão do modo de produção capitalista, com o advento da Revolução Industrial, os sindicatos se tornam um instrumento de luta para os trabalhadores assalariados para contrapor as condições precárias e de exploração promovidas pelos burgueses⁴, a base da propriedade privada e do lucro. Os sindicatos, portanto, foram constituídos enquanto organismos que tem como missão organizar e formar a classe trabalhadora, lutando e reivindicando os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, frente ao processo de exploração e de precarização que foi submetida esta classe.

As primeiras associações de trabalhadores surgiram no Brasil a partir de 1858 sob forte influência dos imigrantes que vieram trabalhar no País, eram chamadas de *sociedade de socorro e ajuda mútua*, sendo que dessas associações surgiram às uniões operárias. Os primeiros núcleos operários surgiram por volta de 1890 e estavam ligados à mudança da economia, na época à agroexportação (ANTUNES, 1994).

⁴A burguesia surgiu com o declínio da sociedade feudal. Dos servos da Idade Média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades, a partir destes desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia e com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administrava os negócios comuns da classe burguesa como um todo (KARL MARX, Manifesto do Partido Comunista).

Os sindicatos, portanto, nasceram da luta dos trabalhadores, como um instrumento criado para enfrentar as dificuldades no âmbito das condições de trabalho. Entretanto, esse direito de se organizar em sindicatos não ficou restrito a classe trabalhadora, mas foi também um instrumento que em determinados momentos de sua história foi cooptado pelo patronato, que vê no sindicato uma ameaça aos seus ideais burgueses, e utiliza deste mesmo instrumento para a sua organização patronal. Neste contexto, o Estado com o intuito de controlar a classe trabalhadora, assume a responsabilidade de regulamentação da criação de sindicatos, dando igual direito de organização trabalhista às classes opositoras burguesas.

Os primeiros decretos que se refere a organização em sindicatos, associações e cooperativas na República Velha no Brasil não aparecem as definições empregados e empregadores, pois existe a concepção da união capital – trabalho. Vai ser no Governo de Getúlio Vargas nos decretos nº19.770 de 1931 e nº24.694 de 1934, que deixam evidente a formação de dois tipos de sindicatos: os sindicatos do patronato (empregadores) e os sindicatos dos trabalhadores (empregados). Além desses sindicatos, designam-se sindicatos para os profissionais liberais, vetando a sindicalização de funcionários públicos na época.

A primeira lei sindical no Brasil foi o decreto n. 979, de 1903, direcionada aos profissionais da agricultura e indústrias rurais, existindo grande proximidade com as cooperativas que “pregava a união do capital e trabalho no campo – afinal, o Brasil era um país essencialmente agrícola” (AROUCA, 2013, p. 13). Essa lei segue em um contexto de Brasil que predominava grandes propriedades privadas de terra a base da monocultura e da subordinação da maioria da população do campo a estes grandes proprietários, gerando assim, processos de desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Entre 1903 e 1907 várias greves ocorrem em todo o país, dentre elas no Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, e São Paulo, em grandes proporções paralisam cidades e têm características de greve geral. Uma das medidas foi, em 1907, o decreto nº 1.637 que permitiu a organização de sindicatos por “profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive profissões liberais”, concedendo o direito dos trabalhadores se organizarem em sindicatos, inclusive profissionais liberais, mas sem mudar a esfera de representação das duas classes antagônicas, às quais conferiam, quando constituídas, como espírito de harmonia, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho (AROUCA, 2013). Esse decreto buscou regular a

criação de sindicatos e cooperativas, que os reconhecia, mas na prática a intenção era de controlá-los.

Apesar das organizações de trabalhadores existirem na República Velha e da regulamentação destas pelo Estado por meio dos decretos nos anos de 1903 e 1907, estas possuíam o caráter de associações, conforme observa Erickson (1979, p. 34), que

(...) existiam muitos tipos de organizações trabalhistas no Brasil durante a República Velha. Os mais importantes eram as sociedades de auxílio mútuo e as ligas de resistência. As únicas associações de trabalhadores reconhecidas pela lei eram a de auxílio mútuo e as cooperativas, isto é, as que não criavam conflito entre empregados e empregadores. [...] Essas organizações mantinham, com frequência, laços estreitos com a Igreja, que também tinha interesse em perpetuar o *status quo*. Embora essas organizações cristãs começassem a articular as reivindicações dos trabalhadores depois da greve geral de 1917, sua ênfase na resolução pacífica dos conflitos as impedia de usar a greve.

Desde que as organizações sociais de trabalhadores não incitassem mudanças na sociedade e não criassem conflitos, estas eram permitidas e em alguns casos estimuladas. A estimulação da criação de organizações por parte do Estado na maioria das vezes camufla o ensejo do controle, permitindo as organizações, desde que sigam as suas regras.

Outra medida foi a criação de uma lei que expulsava imigrantes que comprometessem a ordem pública e a segurança nacional, mas mesmo com essas medidas as greves continuaram e se intensificaram entre os anos de 1918 e 1920, em sua maioria reivindicavam a jornada de trabalho de oito horas e aumento de salário. Algumas dessas greves atingiram o caráter de *insurreição anarquista*⁵, como a greve geral de 1918 no Rio de Janeiro (GIANNOTTI, 2007).

Os ideais do sindicalismo no Brasil até 1930 eram predominantemente de origem anarquista⁶, ideais reafirmados durante o primeiro Congresso Operário Brasileiro, que ocorreu em 1906, congresso que deu origem a Confederação Operária Brasileira – COB⁷.

⁵ Este momento aborda a existência de relações entre os grevistas e o anarquismo, em que tanto a insurreição quanto a greve geral foram lideradas e organizadas pelos anarquistas. “A historiografia tradicionalmente considera os anarquistas como o principal grupo a influenciar o movimento operário na Primeira República... A historiografia tradicionalmente considera os anarquistas como o principal grupo a influenciar o movimento operário na Primeira República. Um estudo sobre as outras correntes existentes no movimento operário se faz necessário, para que possamos dimensionar a real importância do anarquismo, nos eventos estudados” (NÉBIAS, 2009, p. 1-2).

⁶ Corrente política cuja ideia básica é a oposição a qualquer opressão e dominação. Anarquia significa “sem governo”. Uma nova sociedade, sem governo algum, baseado na produção coletiva e na apropriação desta, de forma coletiva e solidária. A palavra anarquia, na linguagem popular moldada pela ideologia dominante da direita, acabou levando a ideia da bagunça, desordem, baderna, desvirtuando o seu real significado (GIANNOTTI, 2007, p. 75).

⁷ Espécie de central sindical, que aglutinou mais de cinquenta associações de classe de vários tipos (GIANNOTTI, 2007).

Os ideários anarquistas se disseminavam também por meio do jornalismo anarquista que cumpriu o papel de imprensa política, e somente diminuiu sua influência a partir de 1922 com a criação do Partido Comunista do Brasil - PCB⁸. Esse partido passou a ganhar mais espaço, sobretudo na década de 1930, sendo a principal oposição do sistema capitalista durante os anos de Vargas até a ditadura militar de 1964 (GIANNOTTI, 2007).

Historicamente a classe dominante, representada principalmente pela elite agrária brasileira, combateu os instrumentos de luta da classe trabalhadora. Após cem anos da criação dos sindicatos nos países europeus, observa-se que os esforços foram feitos para barrar a criação dos sindicatos no Brasil, desde leis que não permitiam imigrantes nessas organizações por suas influências anarquistas, até a criação de uma legislação que de algum modo pudesse controlar a classe trabalhadora, transformando as iniciativas dos sindicatos de luta em sindicatos colaboradores do Estado burguês, ou seja, a substituição da luta de classes pela cooperação entre as classes.

A década de 1930 foi determinante na história do sindicalismo brasileiro, as mudanças sociais e políticas influenciaram sobremaneira na constituição da estrutura sindical cujo, alguns traços permanecem até hoje. A revolução de 1930 rompeu com o poder oligárquico determinando o fim da Primeira República (1889-1930), instalando novas concepções políticas, sociais e econômicas.

A partir da década de 1930, foram intensificados os propósitos para implantação de uma industrialização no país, numa perspectiva de alavancar o crescimento econômico, no modelo de substituição por importações com o objetivo de modernizar o mercado interno, mas não muda a lógica do setor primário e das atividades tradicionais de exportação.

As características predominantes nestes modelos de desenvolvimento de matrizes exógenas prevalecem a setorialidade, a concentração e a hierarquia. Portanto, a concentração histórica de terras foi mantida e intensificada, principalmente com diferenciações regionais. Conforme Castro (1992), as desigualdades regionais foram polarizadas: primeiro, porque setorialmente resulta da prioridade ao setor secundário, e o setor primário (agricultura) permanece com a sua estrutura inalterada; segundo, regionalmente há política de incentivo de

⁸ Em 1922 o Partido Comunista é fundado quase que inteiramente por ex-anarquistas. A divisão entre anarquista e comunista representou um dos fatores para o enfraquecimento do movimento operário na década de 1920.

industrialização apenas no Centro-Sul; e por último, socialmente se concentra a renda em pequena parte da população.

Nessa lógica foram criadas políticas para a o crescimento dos centros industriais, que incorporam a ideia de economias externas, denominadas de exógenas. Essas teorias conhecidas como desenvolvimentistas tinham “a industrialização vista como única forma de combater a pobreza e por isso deveria ser conduzida pelo Estado Nacional” (VELLOSO, 2013, p. 91).

O Estado brasileiro entra na moderna política antes da formação de classe na indústria, é por meio da moderna política que se estimula a formação dos centros industriais através de normas. Assim afirma Nunes (2010, p.45),

No Brasil, a moderna política do Estado precedeu a formação de classe na indústria, a regulação da cidadania perpassou a solidariedade de classe e interveio nas relações de classe; os arranjos corporativistas legais fixaram parâmetros e limitações para a cidadania dos operários; a revolução burguesa teve lugar quando muitos elementos do Estado moderno já estavam instalados. A revolução burguesa foi feita em associação com as multinacionais e com a participação e a supervisão do Estado.

Junto com o pacote da modernidade industrial estabeleceu-se o corporativismo, incorporando seus ideais nas relações de trabalho e nas instituições delas oriundas. Para Erickson (1979, p. 13) “um estado corporativista é aquele cuja cultura política e instituições refletem uma concepção hierárquica e orgânica da sociedade”. Esse sistema corporativista na visão de Nunes (2010) é formalizado por leis, embora não contenha cláusulas para o desafio individual ao sistema de leis corporativas, e tais leis preocupam-se com a incorporação e controle, não há preocupação com tratamento justo e igual dos indivíduos. Além disso, o corporativismo determina os limites da participação, pois a legislação corporativa busca inibir a emergência de uma ordem de conflitos de classe, é uma estratégia que visa à eficiência econômica com baixos níveis de conflito.

Além desses elementos que estruturam o corporativismo, no que diz respeito a classe trabalhadora, Erickson (1979, p. 14) afirma que “três elementos básicos sustentam o sistema corporativo do Brasil: (1) sindicatos; (2) a Justiça do Trabalho; e (3) o sistema da previdência social”.

Na visão corporativa “os sindicatos devem representar os interesses dos trabalhadores, fornecer alguns serviços sociais e colaborar com o governo” (ERICKSON, 1979, p.53). Este é o

típico sindicato assistencialista, prestador de serviços e sem perspectivas revolucionárias, que também já foi chamado de *pelego*⁹ ou *sindicato amarelo*.

Dessa forma, formalizado por leis o corporativismo adentra ao sindicalismo brasileiro, construindo uma estrutura hierarquizada e vertical, constituído em sindicatos, federações e confederação. No entanto o sindicalismo oficialista da “Era Vargas” foi confrontado pelo sindicalismo autêntico e de resistência influenciando uma reconstrução de movimento que estava debilitado (ERICKSON, 1979; AROUCA, 2013).

O sindicalismo brasileiro não seguiu rotas lineares, seu curso foi alterado diversas vezes, sua história foi marcada por influências anarquistas, comunistas, pelas frentes humanistas da igreja, e pelo corporativismo do Estado, essa miscelânea lhe confluíu contradições inerentes da sociedade capitalista.

Todavia o sindicalismo no campo apesar da influência corporativista, e de todo processo de engessamento, não se atém ao assistencialismo, pois questões que perpassa as relações do trabalho assalariado determinaram em suas principais bandeiras de luta, a questão agrária por exemplo esteve presente como uma das principais reivindicações do sindicalismo de trabalhadores no campo.

A constituição dos primeiros sindicatos denominados Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR surgiram na década de 1930. Nos documentos do MSTTR encontra-se registro da criação de dois sindicatos um no município de Campos no Rio de Janeiro e outro no sul da Bahia. Estes só foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho anos depois. Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais foram formados em torno dos conflitos no trabalho assalariado, nas usinas de cana e no sul da Bahia nas fazendas de cacau, porém não foi apenas de assalariados que se formou o sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo, mas também os arrendatários, posseiros, meeiros entre outros sujeitos que trabalham e vivem no campo.

O primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais no sul da Bahia é criado em Pirangi, distrito de Ilhéus, hoje município de Itajuípe, foi fundado pelo socialista Joaquim Cunha Filho por volta de 1934, que em 1937 foi preso pela Lei de Segurança Nacional do “estado novo”, esta lei garantia a prisão dos sindicalistas.

⁹ Pelego era o pelo ou pano que ficava entre o cavalo e o cavaleiro para promover o amortecimento, esse termo a partir da Era Vargas passou a designar liderança sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento do sindicato ao Estado, na atualidade o termo não é muito utilizado, mas quando é significa o sindicalista que não tem atuação político sindical ou faz praticas antissindicalistas. Sindicatos que não questionava o sistema, liderança que defendia interesses individuais e não os da classe trabalhadora e são contrários as greves.

O sindicalismo de trabalhadores rurais passou a sofrer a repressão do governo e perseguição dos grandes fazendeiros que julgavam o Sindicato um instrumento perigoso de ação, porque esclarecia e conscientizava os trabalhadores explorados nas fazendas.

A organização dos trabalhadores no campo ainda era pequena, e só começou a ter visibilidade a partir da década de 1940, momento em que foram criadas algumas entidades de representação no campo.

Greves e conflitos foram registrados nesse período, os conflitos geralmente eram criados pelas más condições de vida e trabalho dos colonos, sendo que esses trabalhadores não eram propriamente assalariados, pois as relações de trabalho eram extremamente complexas (MEDEIROS, 1989).

Em 1945, com a derrubada da ditadura estado-novista, o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil, designou, entre outros, Carlos dos Santos Friederick, Arlindo Ambrosio, Nelson Schauen, Humberto Vita e Dilermando Pinto Souza, para reestruturar o sindicalismo rural na Bahia (FETAG, 2010).

Para a reestruturação dos sindicatos, os dirigentes sindicais se disfarçavam de mascate, percorriam as fazendas, pernoitavam nas vilas de assalariados e aos poucos foram conquistando a confiança dos trabalhadores de modo a despertar nestes o desejo de se organizarem. Nem sempre essas missões eram bem-sucedidas, alguns sindicalistas como Paulo Machado e Josias, foram presos e espancados à luz do dia em Pimenteiras e Arlindo Ambrósio Mateus preso.

Em 1952, com a força de muitas lideranças foi fundado o Sindicato Rural de Ilhéus e Itabuna. A atuação do sindicato era reconhecida pelas lutas e reivindicações em defesa dos direitos dos trabalhadores. Nessa época, várias associações de lavradores foram fundadas e muitas greves foram feitas.

Entre 1949 e 1954 foram registradas 55 ocorrências de greves em fazendas de cacau, cana e em cafezais paulista (MEDEIROS, 1989). As lutas se intensificam e surgem novas organizações no campo, como as ligas, associações e uniões, os trabalhadores começaram a realizar os congressos que na maioria das vezes deram origem a entidades representantes dos trabalhadores, muitas delas sob influência do PCB.

O PCB foi uma das principais forças política que procurava representar os interesses dos trabalhadores, nesse momento viam os camponeses como uma base de apoio para seu projeto de transformação social. Sua visão que pregava o confisco da terra aos latifundiários, e distribuição

gratuita aos camponeses sem terra, passou a sofrer alterações a partir da chamada Resolução de 1958, mas mantém-se como bandeira central do partido (MEDEIROS, 1989).

Uma das entidades que teve forte influência do PCB em sua criação foi a União dos Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a sua criação ocorreu em 1954 na II Conferência Nacional dos Lavradores que dentre seus objetivos tinha a intencionalidade de criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores existentes, esse encontro também apresentou como demanda a reforma agrária, sendo organizada uma campanha nacional de coletas de assinaturas para levar essa bandeira para diversos lugares.

Nessa mesma década, outros movimentos eclodiram em diversas partes do Brasil, a primeira experiência de Ligas Camponesas¹⁰ em Pernambuco, no Engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão; Movimento de Trombas e Formoso em Goiás, intensificou-se o processo de motivação para organização dos trabalhadores em sindicato de trabalhadores rurais¹¹, lutas de posseiros, arrendatários e assalariados, e em 1960 foi criando na região Sul do país o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER).

A crescente mobilização dos trabalhadores no campo durante a década de 1960 veio junto com o acirramento dos conflitos e ao mesmo tempo intensificou uma disputa pela representação dos trabalhadores rurais, a ULTAB seguia em disputa com as Ligas Camponesas, e a Igreja que já vinha demonstrando uma preocupação com os trabalhadores rurais, passa a mobilizar e organizá-los em sindicatos “cristãos”, uma de suas motivações foi o enfrentamento ao avanço da ideologia comunista nas organizações, para a Igreja era preciso organizar sindicatos afastados das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores (MEDEIROS, 1989).

Começam a eclodir vários conflitos no ano de 1961, destacando-se o de Nova Brasília, em Itapebi, que contribuiu para a criação da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia – FALTAB e a Liga das Bananeiras em Itabuna (FETAG, 2010).

¹⁰ As Ligas Camponesas foram fundadas entre 1945 e 1947, por meio de uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas pelo PCB, com a proscrição do partido em 1947 as Ligas Camponesas foram desarticuladas, ficando quase que apagadas por um período, ressurgindo em 1954. As ligas foi o principal movimento camponês de massas da década de 1960 (STEDILE, 2006).

¹¹ O sindicato era a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerado como assalariados como era o caso dos colonos, moradores, camaradas. Na leitura das forças políticas que então apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na CLT, que permitia, embora não a regulamentasse. Foi com base nessa legislação que alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministro do Trabalho, já em meados dos anos 50 (MEDEIROS, 1989, p. 25).

Em 1962, na cidade de Itabuna-BA, aconteceu o 1º Congresso de Trabalhadores na Lavoura do Nordeste, organizado por diversas entidades que atuavam no estado. Os principais encaminhamentos foram de organização de luta para aplicação imediata da reforma agrária, acesso aos benefícios previdenciários, construção de estratégias unitárias de luta no campo, dentre outras (CONTAG 2003, p.16).

Durante a década de 1960, várias lutas contribuíram para o crescimento do Movimento Sindical na Bahia. Em 1963, aconteceu o conflito de Belmonte, a fundação das ligas de São José, Itacaré, Ubaitaba, Canavieiras e Poções.

O então presidente João Goulart assinou a lei 4.214, conhecida como “Estatuto do Trabalhador Rural”, cujo projeto foi de autoria do Deputado Fernando Ferrari, do PTB, mais tarde presidente nacional do MTR - Movimento Trabalhista Renovador, pelo qual foi candidato à vice-presidente da República.

Essa lei que dispõe sobre o estatuto do trabalhador¹² designa normas para identificar o empregador e o trabalhador rural e as relações de trabalho estabelecido entre ambos. Do mesmo modo, determina normas para a organização sindical reconhecendo como sindicatos as entidades que possuam carta de reconhecimento assinada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Esse estatuto influenciou na criação dos sindicatos, federações e na Confederação que nasce em meio a vários conflitos agrários.

Nesse processo, o Estado, que havia implantado o Estatuto do Trabalhador Rural em 2 de março de 1963, tratou logo de estender seu controle sobre a organização dos trabalhadores rurais criando e regulamentando a sindicalização rural. Coube ao então Ministro do Trabalho de João Goulart, Almino Afonso, baixar a portaria 364 (de 16 de julho de 1963) que definiu a organização sindical de trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 1994, p. 77).

Tendo como base muitos sindicatos recém formados em alguns municípios do estado em 1º de setembro de 1963 nasce a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Bahia – FETAG-BA¹³, teve como primeira diretoria Arlindo Ambrósio Mateus, Carlos dos Santos

¹² Determina no Art. 116. Como deveres dos sindicatos: colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; manter serviços de assistência aos seus associados; promover conciliação nos dissídios de trabalho; promover a criação de cooperativas para as classes representadas; e fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais. Fica explícito o caráter controlador imposto nessa lei, no sentido de transformar o sindicalismo rural em órgão colaborador do Estado, para frear os conflitos agrários que se intensificavam no país.

¹³ O reconhecimento da entidade só acontece em 1965, tendo sua primeira eleição em 23 de julho de 1966. A partir deste período surgem vários sindicatos em diversos municípios do estado da Bahia.

Frederick e Domingos Vicente Ferreira (com mandato até 24 de setembro de 1966) e em dezembro de 1963, a FETAG participou do Congresso de fundação da CONTAG.

A CONTAG nasce como uma organização sindical que conseguiu aglutinar várias forças políticas, mesmo no processo de disputa, reuniu membros oriundos do PCB e da Igreja, e teve como primeiro presidente Lindolfo Silva, militante do PCB, que pertenceu a ULTAB.

A CONTAG foi a primeira organização sindical nacional no campo, fundada em 1963 e que sofreu intervenção com o golpe militar no ano seguinte:

(...) como consequência da repressão militar, as Ligas Camponesas foram proscritas em 1964, e o governo federal interveio nos sindicatos de trabalhadores rurais, incluindo as federações estaduais e a própria CONTAG [...] em muitos casos, diversos sindicatos de trabalhadores foram extintos e outros postos sobre intervenção federal até 1966. Após isso, os movimentos sociais de camponeses assim como os movimentos populares em geral, tornaram-se alvo do aparato repressor, já que eram considerados politicamente vulneráveis à subversão (NASCIMENTO, 2010, p. 25).

A Confederação nasce em meio a vários conflitos agrários, em um momento em que a nível nacional discutia-se reforma de base e dentre estas a reforma agrária, mas no ano seguinte com a ajuda dos latifundiários em 31 de março 1964 instalou-se o golpe militar e interrompeu a atuação de uma entidade que acabara de nascer, assim como a CONTAG outras entidades representativas dos trabalhadores são desarticuladas. O mesmo acontece com dirigentes sindicais e outros líderes populares que foram perseguidos, presos, deportados e até mortos.

A ditadura militar enfraqueceu o movimento sindical, mas as lutas continuaram, e foi nesse período que se tornou evidente a educação sindical delineada pela CONTAG, onde viam no ato de ler e escrever importante arma para o enfrentamento ao golpe, além de considerar importante que os trabalhadores conhecessem seus direitos.

Ainda em 1964 foi decretada a primeira lei de “reforma agrária”, o Estatuto da Terra que definiu regras para parceria e arrendamento, ao mesmo tempo em que estimulou a Revolução Verde com a compra do pacote tecnológico subordinando a agricultura à indústria, tornando a agricultura dependente da “modernidade” que era acompanhada de venenos e tecnologias para o aumento da produção (CONTAG, 2003).

O Estatuto da Terra definiu reforma agrária como “o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade” (Presidência da República, 1964, apud Bruno, 1995, p.5). Mas, tal como a Lei de terras de 1850, o estatuto de 1964 foi escrito “pra inglês ver.”

O documento foi elaborado por um comitê executivo de revisores do próprio regime, com vistas a eliminar o latifúndio e promover a agricultura familiar através da redistribuição de terras, numa aposta de constituição de uma classe média rural. A essência do estatuto final, entretanto, foi transformada por representantes da oligarquia rural no Congresso (FERNANDES, 2012, p. 22).

Usando o artifício da linguagem os ruralistas do congresso alteram objetivos do Estatuto da Terra, recaindo a ênfase sobre a política de desenvolvimento rural exposta no estatuto, sobretudo no capítulo III deste Estatuto, que fixa diretrizes para a política de desenvolvimento rural, com o fim de prestar assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agropecuária, de forma a que atenda não só ao consumo nacional, mas também à possibilidade de obtenção de excedentes exportáveis. Assim, o apoio estatal ficou restrito à modernização da agricultura de larga-escala, processo que intensificou as expropriações e aumentou o êxodo rural (FERNANDES, 2013; BRASIL, 1964).

Nesta dinâmica, o rural passa a significar o lugar do atraso, e desde então, as populações do campo lidam com a ausência de políticas públicas, com a modernização e o avanço do capitalismo no campo, em que o rural passa a ser visto como lugar de negócio, de produção em larga escala para exportação. Esse contexto se intensifica a partir da década de 1960, com a chamada modernização conservadora, que

teve o pressuposto da necessidade da industrialização do campo a partir do modo de produção capitalista, com panorama de precarização das relações de trabalho devido às transformações sofridas as relações sociais de produção no espaço rural brasileiro. Não se pode desconsiderar que a modernização propiciou aumento na produção agrícola, voltada para a exportação e que contribuiu para o crescimento da economia brasileira, mas de maneira desuniforme no espaço nacional. [...] com benefícios direcionados, especialmente, para a elite rural, e proporcionou o aumento do êxodo e no empobrecimento da maior parte da população rural, principalmente no Nordeste brasileiro a partir da formação de um *exército de reserva de mão-de-obra* (VELLOSO, 2013, p. 91 grifo da autora).

Houve no período a intensificação das relações capital e trabalho no campo, em que se utilizou o discurso de que para se combater as desigualdades sociais haveria necessidade de aumentar a produtividade agrícola. Esse contexto foi denominado de *Revolução Verde*, com a utilização de *pacote tecnológico* utilizado para a penetração do capitalismo no sentido de manter a ordem de concentração de renda e da estrutura fundiária brasileira (GONÇALVES, 1999).

O pacote tecnológico que foi implantado no campo, por meio de maquinários, venenos, sementes híbridas, e todo o arsenal para garantir a maximização da produção sem grandes perdas, por meio do monocultivo foi apelidado de agronegócio¹⁴, e demarcou um modelo de desenvolvimento agrário no campo, tendo como finalidade a acumulação capitalista, essa forma de agricultura atualmente voltada para os mercados internacionais para produção de *commodities*.

Furtado (1974) afirma que neste período a característica mais significativa foi de provocar a exclusão da massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico, estimulando o seu caráter anti-social.

No âmbito das lutas sindicais a retomada da CONTAG pelos trabalhadores só aconteceu em 1968, a partir desse momento as bases da confederação cresceu, e os congressos temáticos passaram definir as bandeiras de lutas, em 1974 as principais foram: reforma agrária, política agrícola, educação, previdência social e legislação trabalhista, disseminando no país vários cursos de formação para os dirigentes.

Nessa década no estado da Bahia, após uma severa crise pela qual passou a FETAG-BA, ocorreu à destituição completa da diretoria, havendo a uma substituição da mesma por uma junta interventora, tal crise havia iniciado com base nas acusações do Ministério do Trabalho, estas assentavam no mau uso dos recursos financeiros da instituição por parte de seus diretores, alguns meses depois acabou a intervenção elegendo uma nova diretoria, inicia-se uma nova fase, marcando um tempo que apesar de permanecer ranços do assistencialismo sindical dava início ao sindicalismo para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais (DIAS, 2010).

A partir daí desencadeou dentro do sindicalismo do campo várias ações educacionais, estas iam desde ações voltadas para os tesoureiros até a difusão das leis de interesses dos trabalhadores.

Já na década de 1980, o país vivencia um novo cenário para o movimento sindical, denominado de novo sindicalismo, em seu primeiro momento começa com as greves de 1978 no setor industrial e o segundo é marcado pela influência da igreja católica. Alguns princípios

¹⁴ A primeira formulação do conceito de agronegócio (agrobusiness) é de John Davis e Ray Goldberg publicado em 1957. Para os autores é um complexo de sistema que compreende a agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho, depois da construção do conceito um novo elemento se incorpora, a produção de tecnologias para atender todos os sistemas. Assim, agronegócio é um novo nome para o modelo de desenvolvimento econômico no campo. É também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista, que foi construída para renovar a sua imagem e moderniza-la, tentando ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente (FERNANDES, 2008).

básicos são definidos, como a democratização da estrutura sindical, a substituição da CLT por um código do Trabalho, o contrato coletivo no lugar dos contratos individuais, liberdade e autonomia sindical com a Convenção n. 87, mas preservando a unicidade sindical e o fim das restrições ao livre exercício de greve. Além disso, há um crescimento do sindicalismo médio e de serviços, o avanço do sindicalismo rural e a criação das centrais (AROUCA, 2013; ANTUNES, 1991).

Trata-se, pois, de uma década crucial – a mais crítica, até o presente, deste século [...] onde várias transformações agudas, no mundo da materialidade e da subjetividade do trabalho, da sua forma de ser e de seus organismos de representação, podem questionar alguns elementos centrais, até há poucos vigentes (ANTUNES, 1991, p. 12).

É nesse momento que também se discutiu a fundação da Central Única dos Trabalhadores¹⁵, com a participação da CONTAG em sua construção, no entanto, a filiação da CONTAG à CUT só aconteceu em 1995 no seu 6º Congresso (CONTAG, 2003). Depois de muitos debates internos a CONTAG se desfilia da central em seu 10º Congresso, impulsionado pela criação da Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB¹⁶. Atualmente a CONTAG não está filiada a nenhuma Central Sindical, segue dialogando com as duas centrais, pois as Federações e sindicatos de sua base, em sua grande maioria, são filiados a essas centrais, que se caracterizam como organização horizontal¹⁷.

Em contraposição ao modelo excludente, a partir da década de 1980, com a redemocratização do país, surge a construção de perspectivas de modelos endógenos. Segundo Velloso (2013), existem argumentos de inúmeros estudiosos que os problemas de determinadas áreas não podem ser tratadas fora, com a necessidade de envolvimento dos sujeitos para contrapor as características centralizadas e autoritárias da história dos modelos de desenvolvimento.

¹⁵ A CUT - Central Única dos Trabalhadores – foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

¹⁶ Foi criado a partir dissidência da Corrente Sindical Classista (vinculado ao PC do B) dentro da CUT, mesmo mantendo aliança com o PT o PC do B cria uma central própria em 2007.

¹⁷ São organizações de múltiplas associações, sindicais ou não, até porque não foram oficialmente reconhecidas, mas de pessoas jurídicas, sindicatos, federações, confederações e até centrais, tal e qual estas, só que com uma dimensão menor, enfim o conglomerado de entidades de múltiplos setores em diferentes planos territoriais, um ou mais municípios, um ou mais estados (AROUCA, 2013, p.91).

Nesta perspectiva, o campo tem resistido a partir dos sujeitos resilientes e excluídos historicamente – a agricultura familiar camponesa – com articulações por meio de movimentos sociais e sindicais do campo.

Na perspectiva de resistência e de mudança o MSTTR começa a se articular em torno da construção de um projeto alternativo, em que os trabalhadores e trabalhadoras possam enfrentar o avanço do capitalismo no campo, que por meio do neoliberalismo estava implantando a reestruturação produtiva.

As políticas de ajuste neoliberal foram implementadas no Brasil a partir da entrada dos anos 1990 [...] As políticas de ajustes neoliberais implicaram um desmonte do Estado por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva – privatizações, abertura comercial e financeira –, ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social. As implicações da implementação das políticas neoliberais na realidade nacional foram o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e do agravamento da questão social (MONTAÑO, 2011, p.244).

Para unificar as demandas do campo foi construído pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados pela CONTAG o Projeto Alternativo de desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS. Este projeto foi elaborado para contrapor ao atual modelo de desenvolvimento, para ser uma alternativa ao projeto político neoliberal.

O debate em torno do projeto se iniciou no 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Após três anos de debates intensos no âmbito nacional, estadual, regional e municipal, dos seminários regionais de desenvolvimento participativos promovidos pela CONTAG e a realização do projeto CUT/CONTAG no 7º Congresso o Projeto teve a sua primeira sistematização, nessa época Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Sustentável, pois somente no 9º congresso que passa a ser também solidário acrescentando se mais um “S” em sua sigla, isso porque compreendeu que mais que ser sustentável, esse desenvolvimento precisaria romper de vez com a lógica capitalista da competição, inserindo valores que contribuam para uma nova sociabilidade, como a igualdade, fraternidade, inclusão e justiça social.

Após dezenove anos de construção permanente o PADRSS continua sendo o principal projeto do MSTTR, que orienta as ações sindicais e articula as bandeiras de lutas, encorajaram mudanças importantes na estrutura e na prática sindical, a partir do PADRSS a formação sindical passou a ter uma referência política pedagógica unificada nacionalmente dando novos rumos ao

movimento sindical. A articulação entre a formação sindical e o PADRSS é fundamental para compreender as relações formativas na atualidade do sindicalismo da CONTAG.

Os caminhos e descaminhos da organização sindical do campo, em especial das propostas de enfrentamento do contexto histórico da realizada brasileira, demonstram que os desafios são estruturais, mas que a educação realizada nos espaços não formais no movimento sindical do campo é estratégica para a formação e a organização da classe trabalhadora.

O projeto alternativo por ter como objeto a vida no campo tem como ponto de partida o acesso à terra, pois a terra é o elemento principal para garantir a produção e a reprodução da vida, assim se faz necessário um amplo debate sobre a questão agrária brasileira e por esse motivo o item que segue traz a relação do movimento sindical com a reforma agrária, que desde a fundação dos primeiros sindicatos segue como uma das principais bandeiras de luta do movimento.

1.1. Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar PADRSS

A propriedade da terra foi criada no Brasil desde a metade do século XIX, numa transição dos trabalhadores que eram tidos como mercadorias, passaram a vender sua força de trabalho àqueles que lhe explorava como escravos e, sobretudo se tornam os sem-terra e a chegada dos imigrantes europeus aumentou esse contingente.

[...] Se no regime sesmario, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. [...] a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver (MARTINS, 2010, p. 49).

Ademais, o processo de grilagem deu forma aos grandes latifúndios, desterritorializando indígenas e camponeses, causando mortes, massacres e genocídios. A migração dos camponeses são marcas da história do campesinato brasileiro, foi assim que surgiram várias formas de resistência, na Bahia Canudos, que foi o maior exemplo de resistência camponesa no Brasil, no

século XX no sul do Brasil a guerra dos Contestados, no nordeste o Cangaço, formados principalmente pelos camponeses expulsos de suas terras pelos coronéis, o banditismo colocava em questão o poder do coronelismo (FERNANDES, 1999).

Nas últimas décadas o agronegócio tem intensificado a disputa do território camponês, inclusive o território da educação no campo, sob argumentação do desenvolvimento rural. No entanto esse desenvolvimento pautado no avanço do capitalismo no campo é eminentemente destruidor, e ao tempo em que essa proposta avança diminui as possibilidades da realização da reforma agrária, já que são propostas de desenvolvimento completamente opostas e conflitantes.

O agronegócio tem se constituído em um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura deixando os camponeses em condições subalternas, enquanto estes são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos destinados a economia doméstica, o agronegócio produz predominantemente commodities, sendo que a maior parte das terras está sob domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais, deixando o Brasil entre um dos países com estruturas fundiárias mais concentradas no mundo quando representada pelo índice de Gini (FERNANDES, 2014).

[...] os estabelecimentos com dimensão igual ou superior a 1.000 ha, numa série histórica dos Censos de 1920 a 2006, para o Brasil que por 86 anos – mais de três quartos de século –, quase metade das terras do País estão concentradas nas mãos do grupo de proprietários com mais de 1.000 ha (GERMANI, 2010, p.270).

Paralelo a concentração fundiária está o aumento tecnológico advindo do pacote do capital agrário, intensificado no Brasil a partir da Revolução verde durante as décadas de 1960 e 1970, tinha por base aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes (sementes híbridas), insumos industriais, mecanização do trabalho agrícola, e recentemente com a produção das sementes transgênicas ou seja, a modernização conservadora vem expulsando os camponeses de seu território, nessa perspectiva o campo é espaço apenas de trabalho, produção de *commodities* e do poder econômico, provocando diversos desequilíbrios ambientais e sociais.

Sendo o campo, território de produção na perspectiva econômica, torna-se desnecessário o investimento em políticas públicas sociais como, habitação, saúde e educação, essa visão tem justificado a nucleação de escolas, pois a “maior parte das pessoas que trabalham na agricultura

camponesa vive no campo, a maior parte das pessoas que trabalham no agronegócio vive na cidade” (FERNANDES, 2014), na visão do capitalismo agrário¹⁸ o campo não é lugar de moradia, e portanto tais políticas públicas devem ser instituídas nas cidades.

Essa afirmativa é possível porque a vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, ela está organizada em uma estrutura de reprodução da vida, a disputa pelo território não se manifesta apenas pela terra para garantir essa reprodução, mas também pelo seu território, que expressa o modelo de desenvolvimento do campo, do campesinato ou do agronegócio (PAULINO e ALMEIDA, 2010; MONTENEGRO, 2010; JUNIOR, 2010).

No Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da CONTAG é necessário superar a oposição entre campo e cidade, pois entende que ambos compõem uma dinâmica social que configura o perfil sócio econômico e político do país. “Assim, bandeiras de luta como a reforma agrária, soberania e segurança alimentar e nutricional, interessam diretamente ao campo e a cidade por sua ampla dimensão social”, (CONTAG, 2009, p.39) e para tanto é preciso a democratização do acesso à terra.

Mesmo estando afirmando que a soberania e a segurança alimentar para serem efetivadas é preciso que aconteça a reforma agrária, existe uma grande distinção entre ambos os conceitos. Presente na proposta do modelo de desenvolvimento capitalista a segurança alimentar começa a ser uma promessa atrelada à revolução verde, através das produções em grande escala, sendo desígnio do mercado mundial, produção de alimentos em grande escala para alimentar o mundo.

Impõe-se, assim, a especialização produtiva como tônica do progresso agrícola, com sua expressão máxima nas *commodities*, de modo a reafirmar a via monetária como fundante da existência humana, que prescinde cada vez menos da circulação global dos alimentos (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 94, grifo do autor)

Sendo a reforma agrária eixo central para alcançar a soberania alimentar, bem como eixo do projeto, cabe aqui tecer algumas considerações ao que o projeto se propõe em torno da questão agrária. Assim as proposições giram em torno da construção e aprimoramento de

¹⁸ Existem dois paradigmas de desenvolvimento para o campo, o paradigma da questão agrária, que tem como ponto de partida as lutas de classe para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabiliza a autonomia dos camponeses e compreende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo e o paradigma do capitalismo agrário que entende as desigualdades geradas pelo capitalismo como um problema conjuntural, podendo ser superado por meio de políticas que integrem o campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. (FERNANDES, 2014)

instrumentos legais que assegurem o Estado de intervir na estrutura fundiária para assegurar a democratização da terra entre outras ações que cabem ser desempenhadas pelo Estado, há ações a serem realizadas pelo MSTTR, afirmam a necessidade de um envolvimento mais ousado nas ações de pressão organizadas nos estados e municípios, como ocupações de terras/acampamentos, manifestações nos grandes centros.

Procurando manter sob o controle todo o processo de territorialização, o agronegócio com todos seus argumentos e estratégias vão influenciar nas políticas para o campo. E em oposição às ocupações onde seus territórios estão sob risco de ser desterritorializados cria mecanismos para que o mercado na condição de território imaterial permaneça sob sua influência, gerando lucro sobre lucro.

Dialogando com o princípio da reforma agrária o fortalecimento da agricultura familiar¹⁹ que é o outro eixo de sustentação do PADRSS, e para o MSTTR deve ser fortalecido com políticas de estruturação que garantam qualidade de vida, ao tempo que assegure condições para um desenvolvimento que seja alternativo ao agronegócio, que gere sustentabilidade (CONTAG, 2009).

O termo agricultura familiar pelo MSTTR tem ênfase quando o governo federal brasileiro começa a dar relevância aos núcleos de produção familiar, até 1991 o termo utilizado era pequenos produtores rurais, no 6º CNTTR em 1996 o termo aparece em destaque como tema central do congresso ao lado da reforma agrária “Nem fome, nem miséria, o campo é a solução, reforma agrária, agricultura familiar e salário digno”, de alguma maneira esse debate e suas demandas colaboram para efetivação de políticas públicas criadas para esse segmento no campo, já que na década de 1990 havia “a pressão dos movimentos sociais do campo, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que exigiam políticas específicas para os produtores familiares” (CANDIOTTO, 2010, p. 286).

¹⁹ A agricultura familiar possui mais de um conceito, o qual se diferencia de acordo com o paradigma utilizado pelos teóricos, um se refere a moderna agricultura acendida pelas transformações da sociedade capitalista e a outra é um conceito em evolução que carrega traços históricos. Na agricultura moderna o agricultor familiar é altamente integrado ao mercado capitalista incorporado aos avanços tecnológicos e portanto não pode ser confundido com o camponês que é conceituado como atrasado e não utiliza tecnologias em sua produção. A outra concepção compreende as mudanças vividas pelo agricultor familiar não representa uma ruptura com seus modos de produzir, e o fato de usar tecnologias não o torna capitalista (ALTAFIN, 2007; FERNANDES, 2008). Para a CONTAG o agricultor familiar não se destingue do camponês.

Como marco legal o conceito de agricultura familiar ganha consistência após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF²⁰, em 1996, e a Lei 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Neste marco legal considera-se que agricultor familiar é aquele que, não detenha, qualquer título ou área maior do que quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas, que tenha percentual mínimo da renda familiar originária das atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

O PADRSS reivindica reforma agrária ampla e massiva e o fortalecimento da agricultura familiar, que devem ser estruturadas por políticas públicas. Talvez seja neste momento que reside às contradições já que o capital é influenciador das políticas e estas de algum modo buscam inserir o trabalhador e a trabalhadora no mercado capitalista, criando relações conflituosas no território camponês que, por sua vez se territorializa, desterritorializa e reterritorializa em constantes conflituosidades, seja no âmbito material ou imaterial (SAQUET, 2011; JUNIOR, 2010; FERNANDES, 2008).

A reprodução infundável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capital necessita se territorializar sem limites. Para sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. Todavia, a questão agrária não é uma questão conjuntural, como muitos pensam. A questão agrária é estrutural, por tanto não há solução para a questão agrária a partir do modo capitalista de produção (FERNANDES, 2008, p. 44).

O agronegócio vem desterritorializando o campo da agricultura familiar camponesa, tanto do ponto de vista do território material, quanto do território imaterial. Cabe as organizações sociais do campo construir um conjunto de ações para juntas enfrentarem o avanço do capitalismo no campo, com a organização da consciência de classe e de instrumentos de luta para o seu projeto de sociedade.

²⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar constitui-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social.

CAPÍTULO II

PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PADRSS: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL

A formação sindical sempre esteve presente no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, antes mesmo da criação oficial da CONTAG. No momento de mobilização e organização dos trabalhadores para criação dos sindicatos, já havia um processo educativo sendo desenvolvido, assim como a preocupação da CONTAG com a Educação Sindical começa com a constituição da entidade.

Em detrimento do processo de construção da estrutura sindical oficial, cuja ideologia corporativista foi a base que permeou na educação sindical, principalmente com concepções formativas tecnicistas que transformou o sindicato em órgão colaborador do Estado. Essa transformação foi para alcançar os objetivos pretendidos não somente a repressão e o silêncio a que foram subjugados os setores mais combativos e da esquerda do movimento operário, mas também como resultado de medidas legais e políticas ideológicas articuladas e dentre as quais a educação constituiu um mecanismo de convencimento (MANFREDI, 1996).

No Brasil, o corporativismo nos sindicatos tem ênfase a partir de 1943, momento em que o Estado em processo de redemocratização passa a trabalhar sob a perspectiva de transformar os sindicatos em organismo colaborador do Estado, os resquícios desse paradigma permaneceram na formação do movimento sindical por muito tempo.

Durante a década de 50, sobreviveram no movimento operário e sindical dois tipos de práticas de formação sindical: as práticas avalizadas e incentivadas pelo Ministério do Trabalho e aquelas que chamaremos de “alternativas”, por se oporem à concepção e ideologia “corporativista” de sindicalismo impostas pelo Estado (MANFREDI, 1996, p. 71).

Nos primeiros anos da CONTAG, a educação sindical é influenciada principalmente pela teoria tecnicista e pela teoria da libertação, havendo dois grupos políticos: um ligado ao Ministério do Trabalho, e o outro, as organizações de apoio aos agricultores familiares

camponeses²¹. Essa dicotomia prevaleceu aproximadamente até 1968, porquanto, neste ano, foram traçadas as grandes linhas de educação sindical, em que o papel dos sindicatos e a constituição de uma equipe de educação na confederação tiveram influências dos temas da Reforma Agrária e da Capacitação Sindical da Base. Segundo os documentos da CONTAG (1985), nesse primeiro momento era priorizada a formação dos dirigentes sindicais e a formação das equipes de formadores que atuavam no movimento a nível nacional, regional e estadual.

No II Congresso da CONTAG, em 1973, o movimento sindical rural demonstra sua preocupação com a educação ao incluí-la como ponto temático a ser debatido, abarcava uma série de questões que naquele momento se traduzia nas necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras. Demandavam por políticas educacionais para as populações do campo, e foram discutidos programas de educação como o Programa Especial de Bolsa de Estudos - PEBE, Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, preparação de mão de obra, formação de dirigentes sindicais, difusão das práticas agrícolas, ampliação dos currículos escolares, pois se argumentava que os mesmos não dialogavam com a vida no campo.

Como resultado é elencado mais vinte itens referentes à formação sindical e educação rural²², dando responsabilidades para a CONTAG e para as Federações que iam desde a construção de orientações e materiais didáticos-pedagógicos até a formação dos trabalhadores e suas famílias. Tratava de vários temas, como, associativismo, preparação para reivindicações, atuação da juventude e divulgação das ações sindicais. Este momento prevalecia à concepção de educação rural, em que Jesus e Canuto (2011) afirmam que a referência da educação rural predomina nos marcos legais na época da ditadura militar no Brasil. Essa predominância tinha como propósito de arrefecer as lutas sociais do campo, através da escola, principalmente pelos conflitos de classes e de projetos de sociedade, mediante aos interesses da elite agrária que tinha na escolarização das populações do campo voltadas apenas para o trabalho manual.

Nessa trajetória, algumas concepções e linhas de atuação foram se modificando, como por exemplo, a mudança no projeto formativo que estabelece como prioridade ampliar a formação para os trabalhadores de base associados ou não aos sindicatos. É o espaço não formal

²¹ Neste trabalho faremos uso do termo agricultura familiar camponesa, não tratando das concepções teóricas que distinguem os conceitos da agricultura familiar e do campesinato.

²² Segundo Rodrigues (2011), a educação rural caracteriza-se pela dualidade da educação para pobres e rico, que visava a alienação através de instrução mínima dos sujeitos do campo, sem trabalhar a concepção de projeto de sociedade e de luta de classe para transformação da realidade agrária brasileira. É uma escolarização voltada apenas para a qualificação manual de trabalhos demandados pelas grandes propriedades de terra, de maneira a garantir mão de obra que é explorada por uma elite agrária.

da educação, através das lutas sindicais, como estratégia de organização dos agricultores familiares camponeses.

As iniciativas formativas também foram se ampliando e tentando dar respostas aos desafios e as demandas que eram apontadas pelo conjunto do MSTTR. Deste modo, para fortalecer o projeto formativo do movimento foram realizados encontros que discutiram as diretrizes do Projeto Integrado de Formação CONTAG/FETAG/STRs e durante os congressos foi debatido e aprovado a criação de escolas sindicais a nível nacional, regional, estadual e municipal.

Na medida em que as ações formativas aumentaram outras estratégias foram sendo construídas, assim no 6º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 1995, foi instituída a criação da Secretaria de Formação e Organização sindical da CONTAG com o papel de articular a coordenação pedagógica do conjunto de processos formativos e ações de cunho organizativo realizados pelo MSTTR.

Uma das ações construídas na década de 1990 para intensificar a formação na base foi o Programa de Capacitação em Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS. Essa ação tinha o foco no controle e gestão das políticas públicas, e foram envolvidos mais de 15 mil lideranças e técnicos do MSTTR. Com as ações voltadas para o caráter local, o programa tinha como meta o estímulo à construção de parcerias e alianças, e à intervenção qualificada do MSTTR junto ao poder local.

Esse período foi importante também para a educação escolar no campo, as discussões sobre a educação do campo ganham mais força, a LDB de 1996 apresenta artigos que tratam da educação rural, propondo adequações da escola à vida no campo, no entanto, não apresenta princípios nem concepções para uma política educacional para os povos do campo, bem como evidencia LEITE (1999), muitos são os questionamentos que giram em torno da educação do campo.

A educação do campo torna-se referência de contrapor a educação rural, a partir das práticas dos agricultores familiares camponeses em que o processo de educação não se restringe à educação formal e à escola, mas a construção de uma matriz de vínculo entre conhecimento e valores, superando a visão setorializada e hierarquizada do modelo de sociedade capitalista (CALDART, 2002).

Os movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que surgiu na década de 1980, tiveram papel importante para a construção da concepção de educação do campo. Essa construção se dava através das experiências vivenciadas na reforma agrária pautavam por educação, as demandas geradas em torno dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária deram origem ao I Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária – ENERA realizado em julho de 1997. Este encontro foi resultado da parceria entre o Grupo de trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília, do MST, do fundo das Nações Unidas para Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Esse encontro deu origem ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA em 1998, vinculado ao gabinete do Ministro que aprovou seu Manual de Operações e só em 2001 que o programa foi incorporado ao INCRA.

Em 1998, foi realizada uma Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo fazendo reflexões sobre o tema e buscando alternativas que pudessem efetivar uma nova práxis em relação à educação do campo, e a partir daí desencadeia um grande movimento por uma educação do campo.

No MSTTR nesse mesmo ano durante o 7º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais foi aprovado o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, e a formação passa a ser o principal caminho para levar até a base²³ do movimento as formulações desse projeto.

Para atuar de forma eficaz e eficiente na construção do nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável através de ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar, o MSTR precisa qualificar e renovar o seu discurso e a sua prática. Para isso, é necessário formular e implementar de forma sistemática, um programa massivo de formação de quadros e uma estratégia eficaz e eficiente de comunicação. (CONTAG, 1995)

Com a intenção de concretizar uma estratégia para implementar o PADRS foi construído pelo Coletivo Nacional de Formação e Organização Sindical um Programa Nacional de Formação que tinha como eixos: a) Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação; b) Formação Profissional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para o desenvolvimento local.

²³ A base no MSTTR é compreendida da seguinte forma, para a Federação a sua base são os sindicatos, e para os sindicatos a base são as comunidades, assim compreende-se que a formação se base acontece no município, tendo como o espaço os sindicatos e a comunidade, a formação de base deve ter como público os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

O PADRSS é fundamentado sob dois pilares: a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. Estes dois pilares dão sustentação ao desenvolvimento sustentável proposto no projeto ao tempo em que articula as outras bandeiras de luta do MSTTR.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS – foi concebido como estratégia de enfrentamento ao projeto neoliberal e de superação do modelo agrário e agrícola vigente no País, pautados no latifúndio e no agronegócio. As bases essenciais de sua construção estão centradas na realização de uma ampla e massiva reforma agrária e a ampliação, valorização e fortalecimento da Agricultura Familiar, considerando os assalariados e assalariadas rurais, proletariados agrícolas como protagonistas deste projeto de desenvolvimento, principalmente nas áreas de maior resistência da agricultura patronal (CONTAG, 2009, caderno Enfoc n.1).

O PADRSS questiona a noção de desenvolvimento que considera apenas o crescimento econômico, avaliando que crescimento e desigualdade social sempre andam lado a lado. Motivados por esse projeto o MSTTR aprofundou vários debates, tanto de ações internas quanto de ações externas do movimento, se mobilizando em torno da construção de políticas públicas no campo que tivesse como eixo central a garantia de um desenvolvimento Rural Sustentável.

No âmbito das ações internas foi impulsionado a formação sindical, a valorização das mulheres, da juventude e da terceira idade, pautados nas relações de respeito a vida, na esfera das ações externas foram realizadas grandes mobilizações e articulações para a efetivação de políticas públicas estruturantes para o campo, como na área da saúde, assistência técnica e educação. A educação do campo passa a ser estruturante no projeto de campo sustentável.

A partir da década de 1990, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR começou a trabalhar com mais ênfase em uma proposta de educação para o campo. Os 7º e 8º CNTTRs apontaram ser inconcebível querer implantar um processo de desenvolvimento sustentável no campo sem que a educação ocupe um papel estratégico nesse processo, de forma a ampliar o grau de escolaridade e de profissionalização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Passou-se, então a articular uma proposta visando unificar as iniciativas da formação sindical, da capacitação técnica e da escolarização, na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. (CONTAG, 2005)

Assim, a CONTAG investe na educação promovendo, encontros, seminários e fóruns, e articulada com outros movimentos sociais do campo, realiza o Seminário Nacional de Educação

Rural e Desenvolvimento Local Sustentável, passo importante para elaboração de um relatório que após apresentada e debatida nas audiências públicas do Conselho Nacional de Educação – CNE vai ser incorporado ao documento para instituir as Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo em 2002.

Em 2004, durante a terceira Plenária Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais foi discutida a criação de uma escola de formação política para as mulheres. Esse foi um dos passos importantes para a construção da Escola Nacional de Formação, pois com esse debate o MSTTR considerou importante ter uma escola para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do movimento e, em 2005, durante o 9º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foi aprovado a criação da Enfoc.

O outro passo importante para a consolidação da Enfoc foi a realização do I Encontro Nacional de Formação – ENAFOR, pois foi nesse encontro que foi aprovados os referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos da Política Nacional de Formação – PNF e do Projeto Político Pedagógico, também foi realizado um diagnóstico sobre a realidade da formação no Movimento.

Em 2006, a Enfoc foi inaugurada com a primeira turma nacional, a estratégia formativa está organizada em um itinerário composto por cursos nacionais, cursos regionais e cursos estaduais.

Para o MSTTR, a educação ocupa espaço estratégico em seu projeto, sendo que a educação do campo deve acontecer dentro e fora do movimento, internamente por meio da formação sindical e externamente deve ser garantido o acesso ao conhecimento científico sistematizado historicamente por meio do ensino básico, superior e profissional.

Assim, a luta por uma política nacional de educação do campo é permanente no movimento, bem como a efetivação dessa educação do campo no que se referem as suas concepções e princípios, estas dialogam com os princípios da Política Nacional de Formação do MSTTR e não poderia ser diferente, pois foram as experiências gestadas nos movimentos sociais e movimento sindical do campo que deram base para a construção da concepção de educação do campo que vem sendo debatida em várias instâncias e aos poucos sendo implementada.

Dentro do movimento, a pauta por escolas sindicais aconteceu desde o início da década de 1990, existindo várias experiências municipais, principalmente no estado do Ceará, mas foi a

proposta de uma escola com perspectiva formativa unificada nacionalmente que deu visibilidade a formação e isto pode ser percebido em vários depoimentos e nas falas de um os entrevistados.

A Enfoc pra mim foi a melhor coisa que já pode ter sido criada no movimento sindical. A Enfoc é pra mim mesmo, me mudou muito. Que as vezes eu pensava umas coisa, e hoje, coisa que não tinha, né tanto haver e hoje eu já penso diferente. Minhas críticas hoje eu já sei colocar diferente, então pra mim a Enfoc foi tudo, tem me preparado mais para o movimento sindical, então a Enfoc “tá” de parabéns quem criou e espero que não se acabe (risos) por tão, tantos e tantos anos. Que a Enfoc fique ai pra nós continuar formando pessoas, mudando as pessoas com os pensamentos bons e que traga frutos pra o movimento, amém! (Educador Militante, 2014).

Tomando como exemplo essa afirmativa que se fez presente em vários discursos e depoimentos, e nas sistematizações realizadas pelo MSTTR, é possível afirmar que a além das fases pelas quais passou o movimento e que exprimiu as características construídas, desconstruídas e reconstruídas no “jeito” de fazer formação, podemos dividir a formação sindical em dois momentos: uma anterior e outra posterior à criação da Enfoc.

Essa afirmação refere-se que apesar de em decorrentes congressos o movimento demandar pela construção de uma rede de educadores própria, foi somente a partir da Enfoc que essa rede materializou-se desencadeando processos educativos nos distintos espaços do MSTTR.

A Enfoc em sua em sua estratégia formativa evidenciou o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, e este projeto sustenta politicamente essa Escola, portanto, se tornaram indivisíveis, para compreendê-la é necessário entender as bases desse projeto.

2.1. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS e seus fundamentos

É um projeto bem construído, bem elaborado, muito representativo na sua elaboração já que sempre quando para melhorá-lo, para acrescentar coisas, ou mesmo para elaborá-lo são sindicatos de todo Brasil, pessoas do país inteiro que se reúne para poder construí-lo. Há muito ainda nele que deve ser aplicado, ser colocado em prática. No papel é um projeto muito bom, mais na prática ainda há muito do que se avançar, há muito que se conquistar e muito assim, eles tem que sair do papel e vim pra, pra dentro da gente, pra dentro da militância, pra dentro dos espaços do movimento. Isso não tem acontecido de fato, né? A gente tem que levantar mesmo a bandeira, dos pilares do projeto e é isso, há muito ainda no que se avançar (Educadora Feminista, 2014).

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que questiona o atual modelo de desenvolvimento e identifica a insustentabilidade de um projeto (capitalista) que explora os recursos naturais, estimula a competição e o consumismo, produzindo e distribuindo bens materiais de forma desigual.

Para o PADRSS, não é possível falar em produção sem falar em reprodução da vida, não é possível falar em crescimento econômico sem levar em consideração as outras dimensões da vida, como as dimensões cultural, ambiental, política e social.

Portanto, a sustentabilidade está relacionada a essas dimensões, e deve haver uma articulação harmoniosa entre, o econômico, cultural, social, político e ambiental. O crescimento econômico não deve prejudicar a biodiversidade, o patrimônio genético, as tradições, relações familiares e sociais, culturas e saberes dos povos do campo e por isso está articulada a solidariedade.

A solidariedade do PADRSS rompe com os paradigmas do capitalismo, rompe com a competitividade e com as relações autoritárias. São práticas baseadas no respeito às individualidades e diferenças, e o fortalecimento da cooperação entre as pessoas e povos, numa perspectiva de construir alternativas de produção, consumo, comercialização e formas de bem viver.

Mas esse modo de interagir deve iniciar no ciclo familiar, na comunidade e nos diversos espaços da vida social. A sustentabilidade e solidariedade também dizem respeito ao modo de produção e nas relações implícitas nesse processo. Por isso, a agroecologia²⁴, ciência que articula bases para a construção de uma agricultura sustentável, é uma das bandeiras do PADRSS e no último congresso, articulada, a soberania alimentar, e a reforma agrária aparece com muita força.

²⁴ A agroecologia foi definida por Altieri (1989), na primeira publicação mais sistemática sobre o tema, como as bases científicas para uma agricultura alternativa. Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento [...] pode ser caracterizada como “uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI, 1999, p. 9; nossa tradução), proporcionando dessa maneira, bases científicas para apoiar processos de transição a estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2004) in Dicionário da Educação do Campo.

E pensando no campo brasileiro não há como falar em sustentabilidade sem tocar em um ponto muito melindroso que é a questão agrária desse país, a estrutura fundiária é crucial para o desenvolvimento rural sustentável, por isso a reforma agrária é estruturante no PADRSS.

No entanto, a questão agrária é um velho problema do Brasil e está longe de ser resolvido, e será o maior desafio dos movimentos sociais de luta pela terra e do movimento sindical do campo. Portanto, é necessária uma articulação entre, as centrais sindicais, os movimentos sociais do campo e da cidade, para contrapor ao modelo do agronegócio. A unificação das bandeiras comuns como a reforma agrária, produção familiar, agroecologia, educação do campo dentre outras, devem fazer parte de grandes mobilizações unificadas, para fortalecer a classe trabalhadora e fazer o enfrentamento ao capitalismo. É necessário a compreender que a reforma agrária e o agronegócio não são problemas do território camponês, e sim da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, a reforma agrária (democratização do acesso à terra) deve estar centrada num modelo de produção agroecológico, visando ofertar ao mercado interno alimentos saudáveis para garantir segurança alimentar regional e local. Cabe ao MSTTR lutar para que haja assistência técnica e tecnologias adequadas para este modelo de produção, devendo ainda articular cooperativas de produtores com cooperativas ou associações de consumidores (CONTAG, 2011, p.32).

Esse é um projeto construído pela classe trabalhadora, pensado a partir de um território, demandando ações, mas que sendo analisado traz questões que engloba toda a sociedade, porque temas como a produção de alimentos não diz respeito apenas a quem produz, pensar em um modo de produção diferente ao modo de produção capitalista diz respeito a um modelo de sociedade e de vida.

Foi um projeto planejado e construído pelos/para os trabalhadores, que conscientes de suas condições materiais demandam por outra sociedade.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é o projeto do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais em que são tratados diversos temas relacionados ao trabalhador e ao homem do campo, ao homem e a mulher do campo. Então a gente tem reivindicações e propostas em todas essas frentes. Em relação à mulher, a juventude, a terceira idade, em relação a questão da permanência na terra, questão agrícola, agrária, saúde, meio ambiente, segurança, educação, habitação. Então, são as nossas propostas e são as nossas reivindicações nessas áreas, diferentes do projeto que ai está. É um projeto alternativo, ao modelo hegemônico e é um projeto de desenvolvimento sustentável para o campo e também é um projeto solidário. É

por que visa também essa integração que tem, que existe entre os trabalhadores e as trabalhadoras do campo (Educatória Feminista, 2014).

A visão dessa educadora sobre o projeto traduz a sua importância para o movimento que o concebe como instrumento que orienta a luta e como objetivo a ser alcançado, tendo como mote fundamental vida digna no campo, com uma reforma agrária ampla e massiva e valorização da agricultura familiar, ou seja, do trabalho associado sem expropriação e exploração do trabalho.

2.1.1. O PADRSS e Formação: alguns apontamentos da experiência

A relação que vem sendo construída entre a formação, mais especificamente entre a Enfoc e o PADRSS tem revelado algumas facetas do MSTTR. Isto por ser a Escola uma espaço contínuo de análise da prática sindical, em sua dinamicidade traz provocações para dentro e para fora do movimento.

Uma das provocações para dentro do movimento é o quão internalizado está nos dirigentes sindicais o PADRSS. Todos que participam dos congressos em que o projeto é constantemente construído têm conhecimento de seus fundamentos? Todos acreditam no projeto? Os discursos são coerentes com as práticas da ação sindical? Uma vez que o projeto orienta a luta dos trabalhadores e as relações sindicais, têm-se os limites em que alguns dirigentes não compreendem como não conhecem o projeto, ou ainda há aqueles que as práticas sindicais destoam das orientadas no projeto, no entanto, essa é uma realidade contraditória vivida dentro do movimento.

Esse fato foi constatado a partir dos partícipes dos cursos da Enfoc, com destaque para a terceira turma do curso estadual na Bahia²⁵ que em um debate sobre o PADRSS, sobre os modelos de desenvolvimento, e da questão agrária do Brasil, ficou evidente a insegurança por parte de 30% dos presentes em fazer afirmação sobre que tipo de desenvolvimento é defendido pelo movimento, qual o posicionamento quanto ao avanço do capitalismo do campo e ao modo de produção no campo. Após um dia de debate sobre o tema foi realizado um júri simulado que

²⁵ Esse curso foi realizado em 2014, é o campo empírico dessa pesquisa, cujo foi realizada a observação participante e entrevistas coletivas e individuais.

mostrou a apropriação dos conteúdos pelos educandos e deixa claro o papel educativo e político da formação sindical.

Eu vou lhe ser sincero. Olha o projeto alternativo só vai dá certo, entres aspas, vai melhorar a condução dele na essência a partir da formação, por que a visão do projeto antes da formação é uma, depois da formação é outra. Por quê? A visão que eu saio hoje eu acredito em 50% dessa turma, (vamos dizer que 50% vai se perder por que tem umas conversas que você tá vendo que o cara não tem nada a ver com nós) é que esse projeto é a essência do movimento sindical pra dar certo. Eu acredito no projeto, um projeto bom, porém tem alguns ajustes, como tudo na vida tem ajustes. Qual são os ajustes? Ai o andar da carruagem vai dizer, porém é um projeto que é bom demais que, eu acredito e defendo (Educador Apaixonado, 2014).

Portanto, a formação sindical é imprescindível ao movimento, tanto para a compreensão do PADRSS quanto para a sua execução essa afirmativa está presente nas falas de diretores e educadores populares. Veja o que diz uma educadora ao ser questionado sobre a contribuição da Enfoc para a compreensão do PADRSS.

Sim, por que quando a gente, a gente vai participa dos momentos de criação, mais a gente não tem uma leitura crítica, uma compreensão geral disso por que geralmente o debate é feito por eixos e você participa daquele grupo, você fica a par daquela discussão e na Escola Nacional de Formação a gente tem oportunidade de debater o projeto de forma ampla e com profundidade e também identificar, a gente consegue identificar aonde ele já vem sendo implementado e também como a gente vai poder implementá-lo na nossa prática (Educadora Feminista, 2014).

Além do aprofundamento na formação sindical e da relação intrínseca entre projeto de sociedade e educação, outras ações foram desencadeadas a partir da construção do PADRSS, e destas temos as relações de gênero e geração dentro do movimento sindical.

Após vinte e dois anos da criação da CONTAG, as mulheres ainda não tinham o direito de sindicalização, salvo raras exceções, porque a regra até 1985, ano em que ocorreu o 4º Congresso²⁶ era de uma participação limitada, em geral a filiação das mulheres estava ligada a condição de esposa ou filha de um associado titular.

Essa invisibilidade da mulher no mundo do trabalho é recorrente, as mulheres executam maior quantidade de trabalho, trabalho que não é remunerado, e, portanto, não é visto, nem

²⁶ Durante o 4º a participação das mulheres não chegava a 3% dos delegados, mesmo com o pequeno número de mulheres, foi aprovado uma moção de reconhecimento da trabalhadora rural e pelo direito a sindicalização em seu nome, como titular, neste congresso foi deliberado o estímulo a sindicalização das mulheres (CONTAG, 2013).

reconhecido, na maioria das vezes esse trabalho é realizado em função do bem estar de outras pessoas, geralmente, filhos, marido, pais, irmãos entre outros, normalmente realizado dentro e fora do lar, caracterizando uma jornada dupla de trabalho. No campo o trabalho doméstico extrapola a casa, vai desde os cuidados com o preparo da alimentação até o trato com os animais e a produção de parte dos alimentos que serão consumidos pela família.

Tendo o trabalho (a condição para ser sindicalizado e sindicalizada) invisibilizado e outros direitos sociais negados historicamente na década de 1990 houve uma grande mobilização de movimentos de mulheres e movimentos feministas, dentre as quais as mulheres trabalhadoras rurais reivindicando internamente seus direitos de condições de igualdade e oportunidade.

Um fato que abalou o MSTTR foi o brutal assassinado de Margarida Alves²⁷ em 1983, contrariando a “regra” da sindicalização Margarida Maria Alves era presidente do sindicato de Alagoa Grande na Paraíba, inspirou a luta das mulheres trabalhadoras rurais que enfrentariam grandes desafios para serem respeitadas e incluídas no sindicalismo rural.

Em 1989, criaram a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural subordinada à vice- presidência da CONTAG. O trabalho organizativo, por meio da formação de comissões de mulheres nos municípios e nos estados, passou desde então, a se constituir num grande desafio, que as trabalhadoras abraçaram com muita garra. Entretanto, enfrentaram muitas dificuldades, poucas mulheres ocupavam cargos de direção, como no caso da CONTAG, cuja diretoria era toda constituída por homens, sendo que as mulheres apenas participavam da suplência e conselho fiscal. Apesar das dificuldades e barreiras encontradas para sua participação, as mulheres trabalhadoras rurais traziam para o movimento sindical novos temas [...]vieram mudar a “cara” do movimento sindical. Por outro lado, as mulheres fortaleceram a plataforma geral do movimento na luta pela reforma agrária, pelas políticas da agricultura familiar, pelos direitos dos assalariados/as rurais e outros (CONTAG, 2013, p. 88).

A luta das mulheres articuladas ao PADRSS dinamizou o MSTTR, tanto que responsabilizam o processo de construção do projeto por várias conquistas do movimento, como as programas e projetos destinados ao público do campo, e em alguns casos, políticas públicas específicas, leis e decretos que são destinados aos povos do campo. Mas são as ações internas que ganham mais visibilidade quando estamos dialogando com educandos e educadores.

²⁷ Margarida Alves foi uma das mulheres pioneiras das lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais, ela se tornou símbolo de luta e de afirmação política das mulheres trabalhadoras rurais, em agosto de 2000 foi organizado uma grande marcha das mulheres que recebeu o nome de Marcha das Margaridas, ao contrário do que muitos pensam a marcha não recebe esse nome por relacionar as mulheres à flores, mas sim em alusão a lutadora Margarida Alves.

A valorização da mulher dentro do movimento, né? Antes a gente tinha uma cota de 30, não! Primeiro não tinha, né? Poucas mulheres participavam das direções, depois a gente passou a ter uma cota de 30% e no último congresso a gente consegue aprovar a paridade dentro do movimento sindical, nas estâncias, né? Em todas as estâncias de direção e deliberativas. E a juventude também. A... A própria questão da sucessão rural, a cota de jovens dentro do movimento, a valorização desse jovem (Educadora Feminista, 2014).

As políticas de cotas usadas para a questão de gênero e da geração servem para a inclusão, para garantir as representações dos jovens, das mulheres e da terceira idade. A cota de participação da terceira idade é de 10%, (no entanto esse número é sempre ultrapassado nos congressos, e demais espaços de decisão), a cota da juventude é de 20%, a cota das mulheres era de 30%, mas no último congresso com o avanço das discussões aprovou-se a paridade. No entanto a políticas de cotas não impedem a discriminação sofrida pelas mulheres e jovens, sendo que se for uma mulher jovem as discriminações são ainda maiores.

A juventude sempre atuou no movimento, porém em condição de invisibilidade, não existia o reconhecimento de sua identidade política e das demandas e necessidades específicas. A juventude na atualidade protagoniza o diálogo e a busca pela sucessão rural, por políticas públicas que possibilite a permanência no campo.

Existem no campo brasileiro sob o olhar do sindicalismo outras invisibilidades, como a questão da sexualidade, raça e etnia que nos últimos cursos da Enfoc foram temáticas introduzidas pensando na diversidade existente no campo, e na discriminação e preconceitos que estes sujeitos sofrem, porém este tema aparece pontualmente no último congresso, em que

a exclusão, a desigualdade e a dificuldade de acesso a direitos no campo revelam as profundas contradições produzidas pelo modelo de desenvolvimento capitalista. São mazelas que afetam de forma diferenciada mulheres e homens, crianças, jovens e idosos, e pessoas de raça negra, fundadas no sexismo, racismo, homofobia, lesbiofobia e outras formas de discriminação e preconceito (CONTAG, p. 23).

As experiências nos cursos têm mostrado para os trabalhadores que esse tema precisa estar presente nos debates do movimento e precisa melhor tratado, o nível de preconceito, principalmente contra relações homo afetivas é grande, discriminação que é naturalizada aumentando a violência e atitudes agressivas. A Enfoc já tomou para si esse debate, mas ele precisa ser ampliado e aprofundado no projeto.

2.2. Bases pedagógicas e políticas da Formação sindical a partir do Plano Nacional de Formação e do PADRSS

O projeto educativo da CONTAG é orientado por referenciais políticos e referenciais pedagógicos-metodológicos. Os referenciais políticos são orientados pelo PADRSS, e os pedagógicos-metodológicos pela Política Nacional de Formação e pelo Projeto Político Pedagógico.

Durante a história da formação sindical no MSTTR algumas concepções educativas foram incorporadas, algumas influências permanecem até hoje, com maior ou menor intensidade podem ser percebidas nos processos formativos.

Nessa trajetória influências como do marxismo clássico, concepção tecnicista oriunda das ações desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho, Educação popular na abordagem freireana e da teologia da libertação e o marxismo na abordagem Gramsciana. Essa diversidade de concepções políticas e teóricas foi responsável pela construção histórica da formação sindical do MSTTR.

A proposta formativa desenvolvida pelo MSTTR, principalmente por meio da Enfoc tem como objetivo transformar realidades e emancipar sujeitos, tendo como concepção orientadora dimensões do marxismo, sobretudo nos pensamentos de Gramsci, e da educação popular na visão freireana.

Para a Política Nacional de Formação as concepções freireana e marxista se articulam em diferentes dimensões. No marxismo busca entender a sociedade, trazendo o debate ideológico sobre a luta de classes e o capitalismo, e na pedagogia freireana se referencia nos princípios pedagógico-metodológico.

2.2.1. Concepção de educação popular– freireana – teologia da libertação

A criação da Enfoc evidenciou sobremaneira a concepção da educação popular na formação sindical. Influenciava nas ações formativas desde o surgimento da CONTAG numa abordagem freireana e da teologia da libertação. Na atualidade a abordagem freireana é reafirmada na Enfoc.

Existem diferentes formas para se compreender a Educação Popular. Podendo apresentar quatro diferentes sentidos da educação popular; como saber da comunidade e conhecimento

popular; como ensino público; como educação das classes populares; e como educação da sociedade igualitária (BRANDÃO, 1986).

Para Ribeiro (2010), não há acordo quanto à delimitação do conceito de educação popular, tal a multiplicidade de práticas às quais é aplicada, e um dos aspectos definidor é a educação que não é aplicada às classes que detêm o poder econômico e político, ou seja, o seu caráter de classe a distingue de um conceito abstrato de educação.

Mesmo se tratando de uma concepção que também está presente em universidades, programas de alfabetização, ou outros espaços do poder público como já aconteceu na história da educação popular os sujeitos aos quais ela é destinada será a classe trabalhadora, pois “antes de se inserir em espaços institucionais, consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil” (BRASIL, 2014, p.7). Essa é uma forte característica na educação popular.

Desse modo, falar em educação popular estar assumindo o conceito de educação criado pelas classes populares, através de suas práticas, ou seja, a educação que foi forjada pelos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas constantes para enfrentar as contradições do capitalismo, que dão sustentação aos seus cursos de formação política e escolas de trabalhadores.

[...] de uma educação que é *popular* não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada, mas porque o que ela “ensina” vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia (BRANDÃO, 1986, p.48).

A educação das classes populares acompanha seus grupos sociais, seja nas associações, nos partidos políticos, nos movimentos sociais ou nos sindicatos, em cada momento histórico desenvolveu importante papel na vida dos sujeitos, através de programas, projetos, grupos de ação cultural e em alguns momentos ligados a educação de jovens e adultos. Em muitos períodos da história surgiram escolas criadas pelas classes populares, aos grupos de operários,

Falo da criação de escolas para filhos de operários, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundadas e mantidas por associações dos próprios operários. As escolas partidárias e as experiências de educação escolar entre militantes anarquistas e comunistas, operários de uma indústria emergente, muitos deles imigrantes europeus, são frações de um trabalho político de classe através da educação; através da escola, pensada como o local de formação de

uma nova geração de proletários educados segundo os princípios ideológicos de seus grupos partidários de militância (BRANDÃO, 1986, p. 32).

As experiências de educação popular sejam vivenciadas em escolas políticas de partidos, movimentos sociais, sindicatos ou por instituições privadas ou pública de ensino carregam uma base epistemológica, se tratando da abordagem freireana destacamos algumas categorias que estão presente nela, são: partir da realidade concreta, a dialogicidade, a amorosidade, a conscientização, a transformação da realidade e do mundo, a construção do conhecimento e pesquisa participante, e a sistematização de experiência e do conhecimento.

a) Dialogicidade

O diálogo representa o alicerce para uma pedagogia libertadora e transformadora, por meio dele pode-se pensar sobre o mundo, problematizando-o para transforma-lo.

O diálogo implica em construção de relações horizontais, em que as práticas sociais e educativas se dão a partir da compreensão de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes.

b) Amorosidade

A amorosidade está intimamente relacionada à dialogicidade, sendo uma relação de respeito e de troca, que é base fundamental para construção de relações horizontais. Ao contrário do que se pensa, a amorosidade sugere, essencialmente rigorosidade, compromisso e seriedade, fundamentada no diálogo,

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o dialogo comunica. E quando os dois polos de diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então uma relação de simpatia entre ambos. Só ai há comunicação (FREIRE, 1996, p. 115).

c) Conscientização

Conscientização em Freire consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência, a partir da compreensão da realidade. “A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporizada. O homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade” (FREIRE, 1979, p.39).

Portanto, a conscientização é um processo constante de passagem de consciência ingênua para a consciência crítica. A consciência ingênua revela certa simplicidade, tendente ao simplismo na interpretação dos problemas e impermeável à investigação, satisfazendo-se com as experiências, tornando-se frágil na discussão dos problemas, e ainda considera a realidade estática e não mutável (FREIRE, 1979).

A transformação em consciência crítica significa o anseio da profundidade na análise de problemas, não se satisfaz com as aparências, reconhece que a realidade é mutável, testa e verifica as descobertas. Faz o possível para se livrar dos preconceitos e buscar uma postura investigativa (FREIRE, 1979).

d) A transformação da realidade e do mundo

A realidade é mutável, portanto passível de mudança. “O mundo não é, o mundo está sendo” (FREIRE, 1996, p. 76). Essa concepção conduzida pela dialogicidade concebe os processos educativos como estimuladores da criticidade, da construção da conscientização e da transformação da realidade e do mundo.

Para Freire (1996) na história as pessoas não são objetos e sim sujeitos construtores da história que pode nela intervir, para isso é necessário problematizar e tornar-se consciente da realidade para poder assim transformá-la, é necessário ter uma postura de rebeldia e não de resignação diante das injustiças.

Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não o suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho (FREIRE, 1996, p.79).

e) Partir da realidade concreta

Para a educação popular é preciso romper com a educação “conteudista”, e com a educação bancária que se distancia da realidade e dos sujeitos envolvidos. Assim, assume a realidade enquanto uma totalidade concreta, questionadora da fragmentação do conhecimento. Assume a educação como um prática de liberdade que tem como ponto de partida a realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade inserida em contextos sociopolíticos distintos (BRASIL, 2014).

f) Construção do conhecimento e pesquisa participante

A construção do conhecimento na educação popular acontece de forma coletiva e criativa, valorizando os saberes dos sujeitos, e por meio da pesquisa, que é “compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes [...]” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.12).

A postura pesquisadora deve considerar os conhecimentos de senso comum, porque nessa concepção não há saber mais ou saber menos, existem saberes diferentes, que se articulam e constroem conhecimento. Assim, o conhecimento científico e o conhecimento popular se constroem permanentemente a partir da relação dialógica.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...] Pensar certo, em termos críticos, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando “curiosidade epistemológica”. A curiosidade ingênua, de que resulta indiscutivelmente um certo saber, não importa que metodicamente desrigoroso, é a que caracteriza o senso comum. O saber de pura experiência feito. Pensar certo do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando cujo “promoção” da ingenuidade não se faz automaticamente (FREIRE, 1996, p. 29).

g) Sistematização de experiências e do conhecimento

A sistematização das experiências e do conhecimento na educação popular é construída pelos próprios sujeitos, de forma coletiva e participativa. A sistematização é um instrumento de construção de conhecimentos.

Diante da diversidade de espaços que forjaram na América Latina o interesse pela sistematização de experiências, surgiu também uma diversidade de enfoques e posturas a partir dos quais conceber o que é a sistematização, diferenças cuja raiz está nos fundamentos epistemológicos diversos (histórico-dialético, hermenêutico, dialógico, desconstrutivo, etc.). Por isso. Tem surgido diferentes conceituações sobre o que é a sistematização de experiência e dada a variedade e riqueza de novas contribuições nos últimos anos este conceito ainda está em construção (JARA, 2012).

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido do processo nelas vivido: os diversos fatores que intervieram, como se relacionaram entre si e por que o fizeram desse modo. A sistematização de Experiências produz conhecimentos e aprendizagens significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas (seus saberes e sentimentos), compreendê-las teoricamente e orientá-las para o futuro com uma perspectiva transformadora (JARA, 2012, p. 84).

2.2.2. Abordagem marxista

A abordagem marxista na formação sindical foi introduzida no movimento por meio da participação dos comunistas, tinha uma visão revolucionária e pregava uma sociedade socialista. Estas concepções foram absorvidas pelo movimento e ainda hoje há seus fundamentos no modo de ver o mundo e em sua reprodução social.

A concepção de sociedade está descrita no PADRSS, e repete-se em outros documentos como no PPP e na PNF, portanto, a forma que essa abordagem aparece na formação principalmente nos cursos Enfoc é por meio dos conteúdos, presentes em todos os módulos, mas de forma mais notória no primeiro que trata sobre a sociedade, o estado e a ideologia debatendo sobre os projetos de sociedade em disputa. Dois dos princípios da Política Nacional de Formação expressão com clareza os sentidos sociais que deve ter a formação: a) A compreensão do ser

humano em sua totalidade; b) A reconstrução da mística da mudança social. Assim, devem-se considerar as múltiplas dimensões da vida, que são produzidos socialmente, do mesmo modo é preciso retomar referência teórico-político, por uma retrospectiva das lutas que continuem a revitalizar o sonho de uma sociedade nova, igualitária, solidária e democrática, e lutando contra o atual projeto capitalista.

Na perspectiva da organização social, as influências do Partido Comunista defendem que é necessário existir uma vanguarda preparada para assumir os sindicatos e fazer a revolução “[...] De fato, para a defesa do caráter classista dos sindicatos é indispensável a existência de uma vanguarda convencida da absoluta necessidade de manter os sindicatos sob o controle democrático da massa dos trabalhadores, [...]” (LETIZIA, 2007, p. 148). Por outro lado, o conceito de hegemonia em Gramsci defende a formação de um grande bloco de intelectuais, os chamados intelectuais orgânicos que serão responsáveis pela formação das massas na contra hegemonia.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político[...] Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada classe cria consigo elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social que a nova classe deu à luz (GRAMSCI, 1999, 45).

No cenário atual parece que ocorre um misto das duas influências, isto pode ser identificado pela quantidade de cursos baseado na multiplicação, ou seja, escolhe-se um grupo seleto de lideranças que serão responsáveis para multiplicar os conhecimentos com um número maior de pessoas, e quando ocorrem cursos de maior consistência teórico político e ideológico trabalham com o conceito de formação de intelectuais orgânicos, formando os militantes com maior rigor “científico” que serão responsáveis pelas futuras formações.

No entanto, este modelo formativo não foi concebido na atualidade, é possível através dos anais dos congressos perceberem que esse tipo de formação perpetua no movimento há algum tempo, mas o que se tem de novo é uma consistência pedagógica sistematizada que orienta a prática educativa.

Mesmo se tratando da formação de quadros ou da formação de base o objetivo a ser alcançado reside na transformação dos valores da sociedade capitalistas, em valores de

solidariedade, baseado na cooperação em uma mística de mudança social, em uma nova sociabilidade, e nos diversos espaços como destaca Frigotto (2012, p. 268),

tanto no plano das práticas educativas difusas que se efetivam em todos os espaços da vida em sociedade – no trabalho, no esporte, nas atividades culturais, no plano das relações familiares e nas próprias relações afetivas – quanto na instituição escolar, a tarefa daqueles que querem o reencontro dos seres humanos com a sua humanidade cindida e perdida implica um combate sem tréguas aos valores mercantis da competição, do individualismo, do consumismo, da violência e da exploração sob todas as suas formas.

Compreende-se que essa formação que combate as vicissitudes capitalistas deve formar os intelectuais orgânicos do MSTTR, que atuaram em suas bases imprimidas valores socialistas. Esses intelectuais no movimento estão sendo chamados de educadores populares e forma uma rede, conectados por uma política de formação e pelas práticas educativas da Enfoc.

2.3. Princípios da PNF /Princípios do PPP

A atuação da PNF se desenvolve em linhas de ação formativa que busca refletir sobre o contexto e a realidade, contestando o projeto hegemônico e apresentando os princípios, missões e práticas contidas no PADRSS. A abordagem da PNF que vai desde a organização enquanto meio até a estrutura sindical e sua auto-sustentação e comunicação, aprofunda temáticas variantes que envolvem: conceitos de classe, político sindical, organização da produção, direitos humanos sociais e ambientais, gestão sindical, identidades, concepção e gestão de políticas públicas, o mundo sindical e seus contextos. Com isso se pretende formar sujeitos políticos e coletivos, sejam militantes, lideranças, dirigentes ou educadores/as, para fortalecer a ação sindical, as mobilizações, proposições, formulações, reivindicações e a organização dos trabalhadores/as, podendo ser desenvolvidas tanto através da formação na ação quanto na formação programada (PNF).

A concepção política da formação almeja uma formação permanente e continuada, onde seu eixo estruturante evidencia a contraposição ao projeto hegemônico de sociedade, esta deve ser,

[...] uma formação para a ação transformadora de realidades requer ultrapassar os espaços de reflexão teórica e identificar e estimular a construção de alternativas aos problemas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e contribuir para que as pessoas tenham capacidade de transformar sua prática

política, para qualificar e fazer avançar a organização e a luta no movimento sindical (PNF, p.31).

Quanto ao referencial pedagógico e metodológico sistematizadas no PPP especifica um conjunto de práticas, princípios e valores, que está fundamentado principalmente na educação popular e seus referencias, e tem como pressuposição o processo de emancipação do ser humano que se desenvolve através de metodologia de construção coletiva do conhecimento.

Seus princípios político-pedagógicos e metodológicos são: a compreensão do ser humano em sua totalidade; a permanente abertura aos vários saberes; a reconstrução da mística da mudança social; permanente articulação entre pratica e teoria; a interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos; formação pluralista, classista e criativa; postura avaliativa e critica permanente da ação e da prática formativa; a construção coletiva do conhecimento; a vivencia de relações horizontais entre educador (a) e educandos (as); fortalecimento das identidades: respeito à diversidades de raça/etnia, geração, gênero e região; a memória enquanto um potencial crítico-transformador na formação;

Esses princípios podem ser percebidos na formação do MSTTR, mas é na Enfoc que são evidenciados e refletidos, após a observação dos cursos pode inclusive identificá-los, o desafio posto é que esses princípios e os valores impressos no PADRSS estão refletidos na pratica sindical.

Nesse capítulo podemos observar que a formação sindical sempre esteve presente na história da Contag e desempenhou papel relevante para dinamicidade do movimento sindical, possibilitou compreender seus fundamentos políticos e pedagógicos, aspectos que ajuda a entender o próximo capítulo, onde apresentaremos a Enfoc e a multiplicação criativa desse processo formativo, conteúdos e metodologias utilizados, e como esses elementos constituíram a construção da cartilha que compõe a última parte desse trabalho.

CAPÍTULO III

PERCURSO FORMATIVO DE SISTEMATIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA CARTILHA

A Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC, que foi inaugurada em 2006, faz parte da estratégia de formação política do MSTTR, estima-se que por meio dela já tenha se formado mais de três mil educadores, considerando quatro itinerários formativos que são compostos por cursos nacional, regional e estadual.

A turma do curso nacional é formada por quatro pessoas de cada estado, estas irão atuar no curso regional como educadores, preparam o curso em oficinas auto formativas que ocorre antes de cada modulo. Soma-se a esta turma mais seis integrantes de cada estado, totalizando dez pessoas de cada estado. No entanto, esses educadores não conduzem o curso sozinho, somam se a outros educadores da rede e colaboradores da escola.

Uma reflexão em torno da atuação da rede tem sido feita, nas reuniões do Coletivo Nacional de Formação e Organização Sindical e em Seminários com a rede, no sentido de se oportunizar a maior atuação e assumir os espaços educativos durante os cursos.

Os educadores formados na turma regional serão responsáveis por fazer a multiplicação criativa no Estado e conduzir o curso estadual, que geralmente é composto por quarenta e cinco pessoas, sendo que em alguns casos esse número é superior.

O curso nacional de Formação em Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é desenvolvido em dois módulos de 12 dias, com atividades intermódulos, os cursos regionais é composto por três módulos de sete dias cada, com oficinas de autoformação de três dias cada e atividades intermódulos, e os cursos estaduais tem três módulos de cinco dias cada, e oficinas de autoformação entre os módulos e atividades intermódulo.

Os cursos são estruturados a partir do eixo: Ação sindical e desenvolvimento rural sustentável e solidário, que acrescenta um conjunto de temáticas, orientados pelos referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos: PADRSS, enquanto referencial político, Política Nacional de Formação – PNF e o Projeto Político Pedagógico – PPP, referencial político-pedagógico, inspirados pelo Marxismo e pelos fundamentos da educação popular, numa proposta emancipatória e metodologia de construção coletiva de conhecimentos.

Esses referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos orientam a construção dos eixos temáticos e pedagógicos, e as unidades temáticas.

Os eixos pedagógicos temáticos são:

- a) *Memória e Identidade*: versa sobre a valorização da história que é revisitada a partir da visão dos trabalhadores e trabalhadoras. Constrói-se uma memória e identidade coletivas partindo das histórias de vida e da história das lutas sociais.
- b) *Pedagogia para uma nova Sociabilidade*: essa proposta faz uma crítica a concepção de educação “capitalista” que reproduz e naturaliza preconceitos e desigualdades. Reflete sobre a construção de uma proposta educativa baseada na coletividade e da luta por um mundo mais humanizado, mais justo e mais democrático.
- c) *Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*: propõe avaliar as ações sindicais, refletindo sobre o projeto político do MSTTR, apontando as contradições, desafios e as possibilidades. De forma coletiva estimula a militância e a responsabilidade com as práticas e as lutas por uma sociedade, justa, democrática e solidária.

As unidades temáticas são: I) Formação Social – Estado Sociedade e Ideologia e Projetos de Desenvolvimento em Disputa; II) *Vida Sindical* – História, Concepção e Prática; e III) *Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*.

O itinerário formativo buscou alcançar a base sindical, federações, polos regionais, sindicatos e comunidades rurais. Os cursos nacional e regional têm caráter de curso de formação de formadores.

Como o curso acontece em períodos de alternância são propostas atividades intermódulo em uma perspectiva de estabelecer conexão dos estudos com a ação sindical, estas atividades dialogam com os temas estudados através das pesquisas e da criação do Grupo de Estudos Sindicais – GES.

A criação dos GES é um dos principais objetivos da estratégia formativa, nele se configura todo o desdobramento de uma multiplicação para que a formação chegue na base. Sendo que o fato de ser uma formação sindical não delimita seus conteúdos e espaços, a proposta é que os princípios e fundamentos do PADRSS cheguem nas comunidades rurais dialogando com as demandas e problemas existentes.

a) Multiplicação criativa

A multiplicação criativa²⁸ no estado pode ser realizada por meio do curso estadual, cursos microrregionais, municipais, Grupos de Estudos Sindicais – GES e outros espaços que podem ser criados pela rede de educadores que atuam no estado.

Na Bahia foram realizados três cursos estaduais, um curso microrregional no polo sindical da Chapada Diamantina, um curso municipal na cidade de Iaçú e em média foram criados trinta e cinco Grupos de Estudos Sindicais.

A primeira turma estadual do curso de formação da Enfoc na Bahia ocorreu em 2008, esta turma foi composta por assessores, dirigentes sindicais e lideranças comunitárias, a primeira turma constituiu poucos GES, que não permaneceram ativos. Nesse primeiro momento havia uma compreensão equivocada no estado sobre os grupos, a visão que se tinha era de cursos semelhantes aos cursos estaduais, o que fez com que muitos a partir dessa compreensão elencassem uma série de dificuldades de construir os grupos.

O segundo curso foi realizado em 2010, nessa turma a maioria dos educandos eram dirigentes sindicais, a principal diferença em relação ao primeiro curso foi a contribuição da rede de educadores, que motivou a realização das oficinas de autoformação que organizaram os módulos, nesse momento as oficinas tiveram caráter²⁹ de planejamento, o que repercutiu nos módulos, onde a maioria dos educadores não tiveram atuação durante os módulos. Era preciso ampliar e descentralizar a ação educativa, no entanto a formação na Bahia ainda não estava preparada para isto. O fato é que muitos dirigentes sindicais valorizam a hierarquia e a centralidade do poder, o que reflete nos espaços formativos, indo de encontro a proposta formativa da Enfoc.

A questão do poder e do controle por meio da hierarquia é algo presente no movimento sindical, oriundo do corporativismo seus resquícios impactam na concepção e na prática sindical,

²⁸ Os cursos que são realizados por meio da multiplicação criativa no estado seguem a mesma concepção organizativa, eixos temáticos e pedagógicos, porém voltados para o contexto estadual ou local.

²⁹ As oficinas de autoformação é um momento completar da formação em que os educadores planejam o curso, mas também orientam a sua atuação, refletem sobre os temas, constroem as metodologias, ou seja é um espaço formativo.

essa relação foi citada pelos educadores como um limite a ser superado nos processos educativos do movimento, em um diálogo³⁰ coletivo com a rede durante o terceiro módulo da terceira turma.

Foi relatada a dificuldade financeira, a ausência de prioridade em ações formativas, principalmente na multiplicação criativa da Enfoc; e a centralização decisória que pode ser controlada pela gestão dos recursos financeiros e o poder político da representação. Como exemplo, foi citada a realização de um curso microrregional na Chapada Diamantina, ano em que também deveria ter sido concretizado um curso estadual, mas por questões administrativas não ocorreu.

O curso da Chapada Diamantina foi construído por uma articulação da rede que atua na região, independente financeiramente porque foi custeado com recursos dos sindicatos filiados ao **polo**³¹, e planejado de forma independente à coordenação da Secretaria³² de Formação e Organização Sindical da FETAG. Mesmo nestas condições o curso sofreu influências desta coordenação que com uma visão enviesada em relação ao processo formativo tentou negligenciar a ação que via se constituindo por meio da rede.

A falta de autonomia política e financeira é um empecilho para a ampliação das ações da rede que na maioria das vezes é submetida aos presidentes e secretários de finanças para se deslocarem e para realizar alguma atividade local, pois embora tenha sido criado um fundo³³ solidário para a formação sindical a nível nacional, fundo este que tem oxigenado a formação no estado da Bahia, esse recurso ainda não é suficiente para arcar com todas as despesas. Sendo que apesar das dificuldades financeiras em que as organizações têm enfrentado a priorização da formação, enquanto ação fundamental já possibilitaria um fluxo maior de formações.

A terceira turma teve sua execução em 2014, o estado vinha de um momento de reestruturação da ação formativa e rearticulação da rede de educadores, para isso foi realizado no final de 2013 um encontro estadual de formação o EBAFOR³⁴, que reuniu educadores e

³⁰ Foi um dos instrumentos para coleta de dados da pesquisa, foi um tipo de oficina (entrevista coletiva) esse espaço também foi realizado para coletar dados para a sistematização sobre rede que está sendo organizado pela equipe pedagógica da CONTAG.

³¹ Polos sindicais é o nome dado a estruturas regionais que organizam os sindicatos e são filiados à Federação, os polos possuem independência e autonomia parcial.

³² As ações voltadas a formação sindical são coordenadas pela secretaria, mas sindicatos e polos podem executar ações de forma autônoma.

³³ O fundo solidário foi criado para dinamizar as ações de formação a nível nacional, esse fundo é construído a partir do desconto de 1% dos descontos dos aposentados rurais

³⁴ O EBAFOR foi o primeiro encontro de formação realizado no estado, teve como objetivo rearticular a rede de educadores e construir propostas formativas para o estado.

lideranças sindicais para pensar os passos que viriam a ser dados no estado na área da formação e organização sindical, esse encontro materializou metas que deram vida a um projeto de formação na base e a constituição do coletivo estadual de formação e organização sindical.

A preparação do terceiro curso³⁵ foi bastante intensa, além da rede de educadores contou com a participação do coletivo estadual de formação durante a primeira oficina de auto formação, que elegeu critérios de seleção do público participante, construiu metodologias e estudou temas. Ademais foi garantida a maioria da participação dos educadores durante o curso assumindo algumas oficinas e outras tarefas, o que é avaliado como positivo, já que a rede conseguiu junto com alguns colaboradores dar conta da realização dos módulos.

A realização do curso também foi marcada com momentos intensos, atividades lúdicas pedagógicas em algumas noites, temas que criaram debates profundos, funcionamento das equipes de trabalho, visita pedagógica em uma área de permacultura³⁶. Além disso, a descentralização do local da realização do curso.

Tanto o EBAFOR, quanto as oficinas e o curso deram pistas interessantes para a pesquisa, evidenciando diversas possibilidades para construção do produto final, algumas são necessidades urgentes como, materiais pedagógicos que contribua com orientações sobre os GES, eleições sindicais e outros temas do cotidiano do MSTTR.

A organização dos conteúdos e das metodologias são partes fundamentais no curso e por isso se constituem em elementos chaves para compreender seu objetivo e seus alicerces.

b) Conteúdos e metodologias

Pedagogia para uma nova sociabilidade – memória e identidade – ação sindical e desenvolvimento rural sustentável e solidário

O curso é organizado em eixos pedagógicos temáticos e em unidades temáticas, os eixos pedagógicos orientam todo o curso, funciona de forma transversal perpassando pelas unidades temáticas que orienta os módulos.

³⁵ Os instrumentos da coleta de dados para a realização da pesquisa foram aplicados com essa turma, por meio de observação participante, em todos os espaços, uma entrevista coletiva e as entrevistas individuais.

³⁶ Segundo o Instituto de Permacultura da Bahia (2014), a permacultura compreende uma reunião dos conhecimentos de sociedades tradicionais com técnicas inovadoras, baseada na cooperação entre os homens e a natureza para criação de uma cultura permanente e sustentável. Um dos princípios fundamentais é o respeito pela sabedoria da natureza, a partir de sistema adequado para cada lugar.

O eixo pedagógico temático Memória e identidade correspondem a um mergulho na formação da classe trabalhadora com a ênfase no campo, no primeiro módulo é trabalhado a memória e a identidade individual, primeiro se percebendo como sujeito histórico no mundo, no segundo módulo, cuja unidade temática é a história, concepção e prática sindical, a imersão é na história da organização dos trabalhadores, conhecer as lutas coletivas, na perspectiva da classe trabalhadora, uma vez que ao longo da história dos trabalhadores foi negada, como exemplifica Mészáros (2008, p. 36),

a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria História teve de ser totalmente adulterada, de fato frequente e grosseiramente falsificada, para esse propósito.

Conhecer a história de sua origem enquanto classe é etapa fundamental para se apropriar dos elementos fundantes da luta, é instrumentalizar-se argumentos contra os expropriadores das histórias sociais. É necessário descortinar para o mundo a história das lutas dos trabalhadores, tal qual ela ocorreu. Conhecer sua própria história é entender suas heranças para saber lidar com a realidade.

O eixo pedagógico temático Pedagogia para uma nova sociabilidade se articula com a memória e a identidade, historicamente a classe trabalhadora foi negada o direito de conhecer a sua própria história, pois a história contada nas escolas é a história da elite branca, das conquistas, das descobertas, de um povo branco que nunca lutou, e quando o fez eram baderneiros, bandidos, assim como fizeram com a história de Lampião, de Canudos e de tantas outras, cumprindo o papel de fomentar a manutenção das desigualdades, da submissão e da subserviência.

A Pedagogia para uma nova sociabilidade constrói uma lógica pedagógica favorável ao resgate da identidade de classe e emancipação dos sujeitos é um convite ao encontro com os fundamentos da educação popular crítica e libertadora, com a intencionalidade de transformar a prática sindical. É vivenciar os princípios e a dimensão da “nova sociabilidade” que orienta o PADRSS e pela construção de um novo mundo (CONTAG, 2011).

A orientação ao PADRSS é fundamentalmente trabalhada no eixo pedagógico da Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que articula as lutas sindicais ao projeto, esse eixo se propõe a evidenciar o projeto e suas principais bases, questão agrária, organização do trabalho coletivo, agroecologia e novas formas de produzir de forma sustentável e com solidariedade no campo.

A necessidade do encontro com esses conteúdos são citados nas falas dos educandos e dos educadores,

Até hoje só foi conteúdo bom, coisas que a gente nunca viu nas escolas. Todo mundo que participou da Enfoc tem falado, o que a gente tem aprendido com a Enfoc, tem superado o tempo todinho que a gente vivenciou nas escolas normais (Educador Crítico, 2014).

Quando afirma que nunca viu os conteúdos que foram trabalhados na Enfoc nas redes de ensino, nas escolas, possivelmente não viu, pelo menos não na perspectiva que é trabalhado nos cursos da Enfoc, por exemplo, a unidade temática Formação Social – Estado Sociedade e Ideologia e Projetos de Desenvolvimento em Disputa. Se esse tema foi tratado nas escolas principalmente nas públicas foi numa abordagem positivista, jamais evidenciando a luta de classes numa visão marxista.

Essa unidade temática procura construir uma compreensão sobre o projeto político e ideológico hegemônico de sociedade, esta unidade introdutória do curso colabora para reflexão sobre o sentido da luta de classes e da organização dos trabalhadores no mundo.

O foco da unidade está na centralidade do trabalho, assim foram temas os modos de produção; Estado, sociedade e ideologia; divisão sexual do trabalho, patriarcado e questões de gênero; mundo do trabalho e relações de trabalho, educação do campo e disputa de projetos para o campo.

A interconexão entre os módulos facilita a compreensão da sociedade de modo geral e as estruturas que dela fazem parte, no segundo módulo com a unidade temática História, concepção prática sinal a meta foi envolver a turma no sindicalismo, partindo da história da luta dos trabalhadores no campo, para conhecer as diferentes concepções que deram origem do sindicalismo, as lutas camponesas pré-sindicais, principais características da estrutura sindical oficial, e as concepções e práticas sindicais na atualidade.

Para a realização do segundo módulo, a turma foi conduzida para o sul da Bahia na cidade de Ilhéus, região em que foram construídos os primeiros sindicatos, a intenção foi de

aprofundar a memória do sindicalismo a partir das lideranças locais que estiveram presente na constituição do sindicalismo, por volta da década de 1990. Além desta memória viva, foi oportuno conhecer a história de todos os sindicatos que estavam representados no módulo em uma atividade que foi denominada “café com prosa” o lanche foi feito com alimentos produzidos pela agricultura familiar de cada região, musica, imagens e prosa. Saberes e sabores se misturaram evidenciando uma diversidade cultural do vasto território baiano. Neste modulo tivemos um diálogo pedagógico sobre pratica sindical e duas oficinas pedagógicas, uma sobre raça e a outra sobre sexualidade.

Este foi um modulo de debates intensos sobre sindicalismo e grandes polêmicas em torno das oficinas pedagógicas, pois as mesmas evidenciaram a dificuldade em lidar com os temas, e um grau alto de preconceitos.

É notório o quanto os conteúdos trabalhados no curso provocam reflexões e mudanças de posturas, quando questionados sobre os temas que propõe mudanças na sociedade foram citados pelos educadores, modelos de desenvolvimento, modos de produção, PADRSS, Agroecologia, raça, gênero e sexualidade.

Quando a gente traz as questões de gênero, das relações de gênero, que a gente vê mudanças na forma de agir das pessoas, na questão do machismo, que a gente vê dentro do movimento sindical, a gente vê mudanças. Em relação a questão da sexualidade, da orientação sexual, onde muitos chegam com a carga de preconceito muito grande e mesmo que saiam, não eliminem totalmente o preconceito mais começa a pensar a refletir sobre aquilo. É aceitar o outro da forma que o outro é com suas escolhas (Educadora Feminista, 2014)

Ainda na perspectiva das relações de gênero e sexualidade, o processo formativo permitiu que as pessoas falassem abertamente sobre seus preconceitos, e o dialogo pedagógico que foi realizado depois das oficinas possibilitou depoimentos como esse que segue abaixo:

Imagine você o cara que “tava” doido pra encontrar com um cara, com o cabelo grande, com brinco na orelha, seu sentimento era de pegar, rasgar a orelha dele, cortar o cabelo com uma faça cega ou com um serrote era o sentimento que eu tinha, de pavor, de horror e que o cara tá me fazendo? E a partir do momento que você é provocado dentro de um curso de formação pra trabalhador rural, cara lá da roça, homofóbico, “miserave” e que como você não teve direito de escolher seu sexo, sua cor de pele, de escolher sua mãe, a cor de seu cabelo, escolher a casa que você nasceu dentro, ele também não escolheu o sentimento que ele tem, nem pra pessoa do sexo masculino ou feminino por que a criança não nasce com sexo. (Educador Apaixonado, 2014)

A fala dos educandos é unânime quanto à avaliação do curso de suas metodologias e conteúdos a maior crítica se refere ao tempo, apesar de afirmarem que ficar cinco dias em um curso, confinados por um uma semana, é muito tempo que precisaria ter mais tempo para aprofundar determinados conteúdos, inclusive a turma sugeriu outro momento para tratar especificamente do PADRSS, justificam que esse é um tema que apesar de estar no cotidiano do MSTTR precisa ser mais aprofundado porque propõe mudanças na sociedade, assim afirma o Educador Militante (2014);

Propõe mudanças quando a gente trabalha no último módulo a questão do desenvolvimento sustentável e solidário e que a gente vê o que o agronegócio faz, o que esse sistema, sistema capitalista juntamente com o agronegócio, os impactos que isso tem no campo, e a forma como o pequeno agricultor, o agricultor familiar passa também a trabalhar nos mesmos moldes e por outro lado a gente vê outras possibilidades: como a agroecologia, os sistemas agroflorestais, como a possibilidade de produzir de forma sustentável e que preserve o meio ambiente e principalmente a nossa saúde, né?

A unidade temática Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário propõe compreender as bases estruturadoras do desenvolvimento e suas implicações para população, constituiu argumentações pela construção histórica do MSTTR, sistematizada no PADRSS, tendo como temas, cenários conjunturais e configuração de forças políticas na sociedade, conceitos e concepções de desenvolvimento rural, e fazendo o resgate histórico, referências e princípios, pilares do PADRSS: agricultura familiar, reforma agrária ampla e massiva, assalariamento rural, políticas sociais no campo e equidade (CONTAG, 2010).

São temas importantes pra quem milita, atua no movimento sindical. Para os dirigentes, para os assessores, são temas da nossa vivência cotidiana. Então a gente fala sobre a luta das mulheres, as conquistas, as lutas que ainda precisam ser travadas, a juventude, a questão da sucessão rural, da terceira idade, da educação do campo, da agroecologia, como produzir de maneira sustentável. Então, são temas voltados pro movimento que ajuda a gente a refletir sobre a nossa prática. Primeiro a gente começa entendendo o contexto onde a gente vive, o contexto macro, do mundo em que a gente vive, do sistema em que a gente vive, de como esse sistema nos oprime, e como o campo está em relação a tudo isso e depois a gente passa para questões mais específicas do próprio campo e da nossa própria realidade. (Educadora Feminista, 2014)

A estratégia formativa da Enfoc foi construída para fomentar a formação política sindical do MSTTR, e por isso articula conteúdos teóricos e metodológicos que busca estimular os

dirigentes sindicais a uma militância política mais ativa. Nesse caso a militância política mais ativa não deve ser confundida com ativismo.

O ativismo no movimento sindical tem sido identificado como exacerbada prática realizada por muitos dirigentes sindicais nessa última década, é fato que as atividades e as demandas são intensas e tem exigido dinamicidade para encaminhar a luta, no entanto esse ativismo tem se configurado como um dos limites encontrados para a formação sindical.

Porquanto, a alegação da falta de tempo para participar de processos educativos, por estarem envolvidos em muitas atividades também pode ser configurada como a centralidade do poder, visto que uma pessoa assume várias tarefas e outras ficam ociosas, as justificativas são as mais diversas possíveis, desde a incapacidade do outro até a indisponibilidade.

Saviani³⁷ (2010), ao tratar da teoria e prática na formação de professores, faz uma análise que é pertinente aplicar ao movimento sindical, sendo teoria e prática momentos de um mesmo processo, não é possível afirmar por meio do jargão que a teoria na prática é outra, ou que “nesta escola³⁸ só tem prática e não tem teoria”.

Ao contrário da formação de professores em que os alunos alegam muita teoria, há no movimento sindical rural³⁹ quem afirma o excesso de prática na formação, no entanto em meio a esse conflito criado entre teoria e prática Saviani acrescenta mais dois elementos, o ativismo e o verbalismo, onde ativismo e prática são dois conceitos ligados a ação, mas com conteúdos distintos, e ao lado da teoria temos o verbalismo que também são distintos.

Então, na verdade, em lugar de nós termos uma oposição desse tipo, teoria *versus* prática, como se fossem dois contrapostos, mutuamente excludente dá-se em diagonal, entre a teoria e o ativismo e entre a prática e o verbalismo. Então, o que se opõe em termos excludentes à teoria é o ativismo, não a prática; e o que se contrapõe, em termos excludentes, à prática, é o verbalismo e não a teoria. O que a gente vai notar é que *teoria e prática se relacionam intimamente, de tal modo que uma não acontece independente da outra e a primazia é da prática pelo fato de que a prática é o fundamento, é o fundamento, é o critério de verdade e a finalidade da teoria.* Então a teoria não

³⁷ O texto faz parte de uma coletânea de entrevistas organizadas no livro *Interloquções pedagógicas: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação*, está entrevista foi concedida a Cleusa Valério Gabardo em 2005, para uma tese de doutorado.

³⁸ Aqui escola se refere a Escola Nacional de Formação Sindical da CONTAG - ENFOC

³⁹ Aqui cabe ressaltar, que existem dirigentes sindicais que afirmam que não tem sentido participar dos cursos de formação da Enfoc, porque é uma escola para brincadeiras, que não tem teorias e que já sabe o suficiente, que o curso não lhe acrescentaria informações novas, embora seja em número reduzido essas pessoas não participaram dos cursos, fazem essa afirmação baseadas em momentos que passam no curso para cumprimentar os participantes, a outra alegação é que não tem tempo para ficar uma semana em uma sala estudando e deixar o sindicato ou a federação sem cumprir com as atividades cotidianas. Esse também tem sido o argumento para desqualificar a Enfoc, principalmente por aqueles que estão há muito tempo no movimento.

se justifica por si mesma; a razão de ser dela está na própria prática (Ibidem, 218-219 grifos do autor)

Sendo o ativismo caracterizado dentro do movimento como ação desenvolvida constantemente sem a reflexão, ou ainda ser ações constantes (tomando todo o tempo da prática sindical) que não permite que os militantes pensem criticamente sobre as mesmas, em muito se assemelha com a definição feita por Saviani. Assim o ativismo não se caracteriza apenas como um limite encontrado para realização dos processos formativos, mas como um desafio a ser superado.

Nessa perspectiva a Enfoc com sua proposta educativa busca acabar com o ativismo no movimento sindical, fazendo com que toda prática seja fomentada por uma teoria revolucionária, e por isso a prática dentro da escola não se configura como ativismo, pois ela serve de sustentáculo formador para analisar, refletir e problematizar o contexto histórico e o próprio movimento sindical, produzindo elementos para formular táticas de luta e métodos para a de consolidação do PADRSS.

É por isso que a Enfoc une na mesma estratégia a formação de educadores e de quadros, e a formação da base, dos trabalhadores e trabalhadoras que estão nas comunidades rurais. Para tanto o perfil do educador formado deve ser de um revolucionário para fazer a multiplicação criativa na base.

E o educador reacionário é tão mais eficiente quanto mais clareza política ele tem em relação à opção de sua classe. O mesmo vale para o educador revolucionário. [...] Esta é uma distinção fundamental. Além disso, o educador reacionário controla o educando pelo poder sobre o método de que ele se apropria; o educador revolucionário tem no método um caminho de libertação, e é por isso que, na medida do possível, ele discute com o educando a apreensão do próprio método de conhecer (FREIRE, 1995, p. 52).

Baseada na concepção de Paulo Freire, tendo no método um caminho de libertação que a Enfoc busca desenvolver suas práticas pedagógicas, a metodologia deve dar sentido ao conteúdo. Nessa visão, compreende-se que os conteúdos não devem ser “verbalismo” a teoria sem a prática, e sim ao que dialoga com a luta dos trabalhadores, é onde os eixos pedagógicos se enchem de sentido, memória e identidade, pedagogia para uma nova sociabilidade e ação sindical e desenvolvimento rural sustentável e solidário orientam conteúdos e métodos.

E por oportunizar vivências coletivas, valorizar a memória e a identidade a avaliação que os educadores formados na Enfoc é positiva quanto aos métodos,

porque ao fazer de forma diferente, com metodologias que facilita a participação, que todos têm a liberdade de falar, ouvir e propor, mesmo quando há os conflitos a relação é outra, a gente percebe que todos somos respeitados, e aprendemos coletivamente (Educatória do Campo, 2014).

Por outro lado, o educador fetaguiano afirma que é preciso mais tempo para realizar as atividades formativas, principalmente pelas metodologias que estimulam a participação, e fala que

o fator tempo é limitante, quando em sala de aula, dependendo do tema em debate, gera mais debate; dependendo da atividade, o tempo intermódulo pode não ser suficientemente para cumprir tais tarefas (Educador Fetaguiano, 2014).

Concordando com a afirmação desse educador, o tempo realmente se constitui em um fator limitante para o aprofundamento teórico que se espera de um curso que tenha caráter formador de formadores, principalmente nos cursos nacionais e regionais. A vivência durante os módulos é muito intensa e o tempo para as leituras é pouco. Justamente por isso que são realizadas as oficinas de autoformação e outros espaços para aprofundamento teórico, no entanto, a escola enquanto um espaço dinâmico no movimento tem sido questionada sobre sua organização pedagógica e a mesma tem avaliado a sua prática em diversos espaços, como nos coletivos de formação, nos encontros com a rede e recentemente no 4º ENAFOR⁴⁰.

Os desafios que a escola de formação se propõe a enfrentar não são pequenos, talvez o maior seja cumprir aquilo que se propõe a fazer que é desenvolver uma educação emancipatória em uma sociedade capitalista, e fazer com que essa formação contribua para a consolidação do PADRSS. Apesar de ser um grande desafio, a Enfoc tem mostrado para o MSTTR algumas possibilidades, tem desenvolvido processos educativos com intencionalidades emancipatórias e estimulado a militância dentro do movimento sindical.

c) Emancipação

⁴⁰ O 4º Encontro Nacional de Formação - ENAFOR foi realizado em novembro de 2014 e teve como questão problematizadora: formação de base para quê? Os encontros nacionais de formação acontecem a cada três anos, o primeiro encontro aconteceu antes da criação da Enfoc e foi responsável pelas reflexões que construíram a estratégia formativa da Enfoc.

A formação sindical é vista pelo MSTTR como um importante instrumento para o avanço da luta política, e esta deve ser efetivada coletivamente onde os espaços educativos sejam compostos por uma articulação entre teoria e prática. “Assim tanto a formação política como a ação sindical estão imbuídos do mesmo propósito: fazer dos lugares coletivos espaços efetivos de transformação social e emancipação dos sujeitos” (PPP, s/d, p. 11)

A transformação social e a emancipação dos sujeitos é o grande mote da formação, aparecem repetidas vezes nos documentos oficiais da formação da CONTAG (PPP e PNF), no entanto o conceito de emancipação aparece com dois sentidos, emancipação cidadã e emancipação humana. Uma faz referência a emancipação nos conceitos marxistas, a outra é fundamentada na emancipação em Freire com a Pedagogia Libertadora.

Apesar de se tratar de emancipação que parte de perspectivas diferentes, assim como a concepção de educação da CONTAG, como já foi sinalizado o MSTTR teve influências de três concepções, a anarquista, comunista e a educação popular.

Toma-se, como exemplo, os cursos da Enfoc, durante os cursos apresenta-se uma base teórica marxista para compreender a sociedade, a disputa de projetos, os conflitos sociais e a luta de classes. Por outro lado, baseado em Freire trabalha-se a amorosidade, o diálogo e da tomada de consciência partindo da realidade. Analisando estes aspectos, pode-se afirmar que tais concepções são divergentes em sua essência.

Segundo Felix (2011), a categoria consciência em Freire é inspirada no sociólogo Karl Mannheim, e não se deve confundir consciência com consciência de classe, pois seria uma consciência parcial que não permitia ao indivíduo ter noção geral da realidade. Para Freire a educação deveria contribuir para que o educando alcançasse um tipo de consciência que permitisse a percepção da situação global do país, de modo a gerar ações que promovessem o desenvolvimento nacional e consolidassem a democracia parlamentar e, portanto, a conscientização é o uso da razão e da liberdade, e acrescenta que para Freire,

[...] o mundo (não o mundo da cultura), mas o mundo como um todo, só existe por conta da consciência que os homens têm acerca dele. Sem a consciência não haveria existência [...] Com base nestas concepções, pode-se afirmar que a fundamentação de sua concepção de mundo e, por conseguinte, sua teoria educativa, radica-se no idealismo filosófico. [...] Esta forma de pensar é bem diferente do que defende Marx, um dos autores que Freire se inspira para escrever a pedagogia do oprimido e formular uma de suas teses mais conhecidas (ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo...) De acordo com os fundamentos do pensamento marxiano, o mundo, independente do arbítrio, da consciência dos homens, existe por si mesmo, cabendo ao homem conhecê-lo,

apropriar-se dele e produzir sua existência. Assim, pode-se identificar um ecletismo teórico no pensamento de Freire em relação à formação da consciência do homem e da concepção de mundo (FELIX, 2011, p. 162).

Essas diferentes concepções também estão expressas nos pensamentos da rede de educadores no que diz respeito a emancipação ao se referirem aos objetivos dos cursos. Para a “Educadora do campo”, “o principal objetivo seria a emancipação do sujeito com um todo, com garantia de moradia, e dos meios de produção, para transformar essa sociedade, não havendo desigualdades sociais”. Já para o “Educador apaixonado”, “Nós temos hoje o Projeto Minha casa, Minha vida, Luz para Todos, nós temos hoje a emancipação do sujeito dentro dos conselhos municipais, através do projeto do MSTTR”.

Para Lessa e Tonet (2011), se tratando da possibilidade da revolução na sociedade burguesa contemporânea é uma situação demasiadamente complicada, pois o predomínio das necessidades do capital sobre as humanas faz com que, no dia a dia, as pessoas percebam como possíveis as que refletem no processo de acumulação do capital. As possibilidades que o desenvolvimento das forças produtivas gera para a emancipação humana são veladas, sendo que este é um dos efeitos dos processos alienantes originários do capital. Acrescentam que mesmo que se identifique dessas possibilidades, não significam que ocorre tudo depende de como as pessoas agirão e isso está direcionado às opções que venham a fazer na vida cotidiana.

Na perspectiva das transformações a Política Nacional de formação pontua que,

[...] uma formação para a ação transformadora de realidades requer ultrapassar os espaços de reflexão teórica e identificar e estimular a construção de alternativas aos problemas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e contribuir para que as pessoas tenham capacidade de transformar sua prática política, para qualificar e fazer avançar a organização e a luta no movimento sindical (PNF, p.31).

Esses são valores que se articulam entre si, têm por objetivo propiciar a formação centrada em uma Pedagogia para uma nova sociabilidade, fundamentada na teoria da formação humana, e novo projeto de sociedade por tanto, “a educação entendida como formadora de sujeitos e articulada a um projeto de emancipação humana, tem que estar enraizada na cultura, no processo que nos faz homens e mulheres responsáveis e livres” (Ibidem, p. 30).

O projeto pedagógico em questão articula uma concepção de mundo e de sociedade centrada no ser humano, negando a condição de assujeitamento, que o torna prisioneiro das relações de exploração (visto como mercadoria). As pessoas estabelecem relações de aprendizagem umas com as outras, e primam

pela evolução de seus processos emancipatórios, nascem em um mundo que já é estruturado, possuem íntima relação com o meio onde constrói estratégias de sobrevivência e depende de relações sócio-afetivas para poder conhecer e transformar a realidade (PPP, p. 30).

Seguindo nesse raciocínio, a pedagogia para uma nova sociabilidade acredita na mudança, não somente em uma mudança individual, mas em uma mudança coletiva, que ao mudar coletivamente provoca uma mudança societária. Essa mudança sugere pensar diferente, entender as relações pessoais e o ser humano em sua integralidade, como um ser dotado de diversos saberes, em uma permanente busca pela transformação, que é fomentada através do conhecimento e da conscientização.

A Enfoc se denomina como lugar de transformação política ao tempo que reafirma seu caráter emancipatório. Na visão dos participantes, a Enfoc possibilita mudanças tanto na vida pessoal como profissional, mudando conceitos principalmente sobre o mundo do trabalho e o sindicalismo no campo.

Referente à indagação sobre o sujeito histórico que constrói o processo de emancipação, segundo Marx e Engels, esse sujeito já não tem propriedade, nem individualidade, nem leis, nem moral, nem família – a grandeza de seu despojamento é que promove a sua universalidade. Para isso, é destruído o seu modo de existência particular – assentado sobre a propriedade privada – para desenvolver ao humano a sua plenitude, reconciliando esse humano com a humanidade dele separada pela sua transformação em mercadoria. Trata-se do proletariado e sua construção como sujeito histórico pressupõe a abolição do modo de produção que institui o capital como sujeito e o humano como objeto, reintegrando sujeito/objeto, terra e vida, trabalhador e produto do seu trabalho (RIBEIRO, 2010, p. 289).

Dessa forma, podemos afirmar que enquanto não houver um rompimento com o modelo de produção capitalista não haverá liberdade nem emancipação humana, pois o capitalismo transforma o homem em objeto e o capital em sujeito. Essa inversão provoca todas as contradições expressas no capitalismo, retirando do verdadeiro sujeito toda a sua liberdade.

Apesar disso, não seria coerente negar as possibilidades educativas que caminham para o desenvolvimento da consciência coletiva de classe. Tais possibilidades devem ter como conceito uma educação para além do capital como Mészáros alerta, pois este conceito é inerentemente concreto, “tem em vista a realização de uma ordem social metabólica que *sustente concretamente a si própria*, sem nenhuma autojustificativa para os males do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 62 grifo do autor).

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “*efetiva transcendência da autoalienação do trabalho*” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

É essa a educação que se pretende na Enfoc, sustentáculo para a mudança da mística social, assim suas metodologias e conteúdos precisam estar em consonância com PPP e a PNF, não podendo estar em momento nenhum desarticulado de sua proposta originária. Nesse sentido, os cursos mesmo enfrentando grandes contradições têm garantido uma proposta emancipatória, uma educação para além do capital. Essa afirmativa pode ser feita mediante a observação participativa durante todo o processo do curso, tanto em seus momentos de planejamento, quanto de execução e também através das entrevistas

d) Militância e Formação sindical: algumas contribuições

Existe uma relação intrínseca entre a formação sindical e a militância no MSTTR. Na história do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais a formação foi um dos principais instrumentos para organizar a classe trabalhadora, fazer a formação das lideranças e de quadros políticos.

Os processos formativos contribuem para a construção da identidade de classe, que é um fator importante para o exercício da militância. A militância só é possível se houver inserção no movimento por identificação com os seus objetivos e com a causa defendida. Não se faz militância por interesses individuais. Nesse sentido, o militante inserido em uma organização social ou política se compromete com a atuação do movimento disponibilizando parte do seu tempo para atuar e defender os interesses do grupo.

Acho que ser militante do movimento sindical é se identificar com a causa dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. É estar ao lado dos trabalhadores, seja que momento for, em que situação for. É estar do lado para apoiar, para lutar junto. É amar mesmo o que você faz, é ter compromisso. É responsabilidade social com aquelas pessoas é não ter hora pra fazer, não ter hora pra terminar e

ser militante é principalmente não ser pelego. É fazer trabalho de base (Educatória Feminista, 2014).

A fala dessa educadora nos remete pensar no caráter de utopia que move os militantes, no compromisso que cada um assume ao defender a classe trabalhadora, como nos aponta Peloso (2012, p. 65), que

fazer trabalho de base pressupõe numa utopia. Essa utopia, ainda que indefinida nos seus contornos e em sua hora, é irrenunciável no compromisso de construir um projeto de sociedade no qual a produção social da riqueza tenha também uma apropriação social. Para tornar possível esse sonho, é preciso elaborar, com arte e ciência, uma estratégia de poder e construir ferramentas populares que reúnam, organizem e eduquem a classe oprimida no seu processo de emancipação.

Outro aspecto destacado por Peloso é como a militância contribui para a organização da classe oprimida na perspectiva de buscar a emancipação. Nesse mesmo sentido, um dos entrevistados afirma

Pra mim ser militante do movimento sindical é vida, é paixão, é lutar por unidade. É luta de classes realmente na essência e é aonde você pode defender e buscar na essência a defesa do cidadão e a emancipação do sujeito num todo (Educador Apaixonado, 2014).

Conforme Peloso (2012, p. 67), “O movimento popular é a justa reação da classe oprimida – individual ou coletiva, pacífica ou violenta, espontânea ou organizada – contra diferentes formas de injustiça e dominação”. O autor acrescenta ainda que para que “as massas oprimidas cheguem a tomar uma posição política, não é suficiente a propaganda e a agitação. A massa precisa fazer a experiência política do enfrentamento”. Ou seja, são necessárias ações concretas que resolvam os problemas da classe trabalhadora. Isso significa que o movimento sindical tem partido dos princípios de uma formação pluralista, classista e criativa, construção coletiva do conhecimento, fortalecimento das identidades e a compreensão do ser humano em sua totalidade.

Peloso (2012, p. 68, grifos do autor) nos esclarece que “o crescimento da luta popular mostrou que não basta alguém trabalhar ou ser explorada para ser militante da transformação. Base, então, passou a significar a parte do *povo que se mexe*, que toma consciência da opressão e se engaja num processo de construção de uma nova sociedade. Qualquer pessoa, não importa a origem, pode ser base desse projeto político alternativo ao capitalismo”.

e) A relação dos Educadores e educadoras da Enfoc com a militância

Para os educadores e educadoras que atuam na **rede** a militância exerce um papel distinto dos demais militantes do MSTTR, isso porque além de sua atuação no movimento existe uma identidade enquanto educadores/as populares que se constituem nos processos formativos da Enfoc e os tornam defensores da formação sindical, da Enfoc e de todos os processos formativos dela decorrentes, os valores e princípios defendidos pela PNF ora estão presente em suas falas, como por exemplo, a fala de Paulo Freire “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.” Muito utilizada pela Enfoc aparece nas falas dos educadores,

é pelo fato de ser militante, que ainda hoje tenho vontade e sem pretensão ou falsa modéstia, mas, sempre busco praticar o que se fala, política e sindicalmente falando.

Afinal, ser militante é ter compromisso: nunca interesse, apenas (Educador Fetaguiano, 2014).

Peloso (2012, p. 29) aponta que “não é o discurso eu diz se a prática é válida; é a prática que diz se o discurso é válido ou não. Quem julga é sempre a prática, não o discurso. De nada adianta um lindo sermão seguido de uma prática reacionária. De nada adianta uma proposta revolucionária se nossa prática é pequeno-burguesa”.

Eu me considero sim militante pelo compromisso que eu tenho, pela responsabilidade que eu assumi e por tá sempre colocando o trabalhador em primeiro lugar. (Educadora Feminista, 2014)

A militância exerce nos educadores/as um sentimento de compromisso forte, que os move a permanecer no movimento mesmo quando as suas vidas pessoais possam, de alguma forma, serem prejudicadas. Abrir mão de objetivos pessoais em prol do movimento foram falas frequentes em diálogos durante o curso e em entrevistas, ficar longe da família, dos amigos e de outras atividades que estejam no âmbito privado de suas vidas.

Por que eu acredito na transformação, eu acredito que sem eu fizer parte, se eu não eu fizer parte desse público desse grupo que acredita que nós só vamos mudar a sociedade do jeito que a gente quer. Esquecendo as vezes famílias, esquecendo a vezes que nós temos responsabilidades como pai, como marido, como esposo, como amigo, mais por algo maior. [...] Por que (silêncio), se eu que estou começando enxergar o movimento sindical, que acredito nesse movimento, que hoje vejo com esses olhos, se eu pensar, pensar em abandonar, não seria bom, por que se nós que estamos aqui que acreditamos no potencial e

na diferença que fazemos e que faremos a partir daqui com as nossas coligações com os nossos posicionamentos, não vale a pena, Eu acredito por isso no movimento sindical e me doe por isso, estou apaixonado e acredito que vai dar casamento (Educador Apaixonado, 2014).

Nesse sentido, Peloso (2012, p. 38, grifos do autor) afirma que “entrar na luta é uma iniciativa pessoal, representa uma opção de vida baseada na convicção da justiça da luta contra toda forma de opressão; isto exige das pessoas entrega *até as últimas consequências*”.

f) Qual a relação entre o processo formativo desenvolvido pela Enfoc e a militância sindical?

A Enfoc tem propiciado em seus participantes o desenvolvimento de uma identidade coletiva, por ter uma relação dinâmica e cotidiana. A formação passa a ser algo constante na vida do militante.

A formação é uma constante na vida do militante, que sempre defende uma causa; tem um objetivo, pois, por conta da militância, tem a máxima conhecida: ‘quem não forma, se deforma’ e não é isso que militante algum prefere (Educador Fetaguiano, 2014).

Ao discutir sobre o movimento e a organização popular, afirma-se que a organização canaliza a reação popular para alcançar os interesses de uma classe, de um grupo, de forma permanente. Segundo o autor, “sua finalidade é juntar, esclarecer, organizar a classe trabalhadora, qualificar a militância, mobilizar a massa e lutar para alcançar seus objetivos imediatos e seus interesses de classe” (PELOSO, 2012, p. 44).

É unindo formação e organização sindical que a CONTAG tem desenvolvido suas ações, nesses últimos anos, além de pensar sobre a formação sindical tem enfatizado a urgente necessidade de ter uma organização de base consistente. Para isso, é necessário que os militantes atuem nas bases, nos sindicatos e nas comunidades. É por meio da Enfoc que essa militância tem sido estimulada e os educadores acreditam que a formação é fundamental para fortalecer a militância.

Sim, por que a formação, vamos dizer, ela qualifica a militância. Por meio da formação a gente entende melhor qual é o nosso papel, o que pode fazer pela nossa base e a formação nos ensina a fazer trabalho de base e trabalho de base é

militância, então eu acho que a relação é muito próxima nesse sentido (Educatora Feminista, 2014).

Assim como a educadora feminista defende a formação enquanto instrumento para qualificar a prática educativa e o trabalho de base, Iasi (2007, p. 167), também defende que

pensamos que no âmbito específico da formação, falamos sempre de um conceito cujo processo próprio de gênese e evolução é exterior à prática educativa. O que se materializa na atividade formativa são mediações desse concreto expressas através de valores, linguagens, condutas, posturas, relatos e pessoas portadoras de concepções, sistematizadas ou não, e que mediatizam nas relações de classes, contextos e conjunturas históricas, vontades e desejos.

O autor aponta ainda que é necessário articular formação e organização, de modo que em cada atividade, a reflexão exceda a organização e a prática militante. Iasi (2007, p. 171) chama atenção para o fato de que

o que nos preocupa é que, na tentativa de buscar uma relação entre a prática formativa e a organização, por vezes, a educação popular acaba por perder sua especificidade. O que ocorre então é a submissão da formação à organização, ou seja, a educação vira um mero instrumento para atingir fins pragmáticos. Ela aparentemente se preocupa em dar respostas mais imediatas e concretas, mas acumula muito pouco para criar patamares críticos à própria estrutura que apresenta essas necessidades.

Os militantes que também são educadores na Enfoc também são considerados os intelectuais orgânicos do movimento, que vão construir as propostas pedagógicas e orientações formativas, portanto têm uma relação com a formação política, pois é através desta que é apresentado e debatido o projeto de sociedade e a postura do movimento diante da sociedade.

Os intelectuais orgânicos não são apenas os grandes intelectuais, criadores de teorias, como Marx, Lênin, ou Trotski, ou os formuladores de estratégias políticas. São aqueles que difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas. São aqueles que imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentaria das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea – os intelectuais orgânicos são dirigentes e organizadores (MOCHCOVITCH, 1992, p. 18).

A formação política desempenha nos sujeitos uma ação transformadora, fazendo que mudem sua prática cotidiana, essa educação desenvolvida pelo sindicato propõe uma reflexão em torno do modelo de sociedade. Assim é possível afirmar que a rede de educadores/as se constitui em intelectuais orgânicos a qual cabe o papel da multiplicação criativa.

g) Caminhos percorridos para a construção da cartilha

A construção da cartilha decorreu do processo de sistematização de uma vivência formativa dentro do MSTTR. As ações formativas ocorrem em vários espaços, assembleias, reuniões, cursos, seminários, mobilizações como Grito da Terra, Marcha das Margaridas, Festivais como o da Juventude e o da Terceira idade, encontros de formação a nível nacional e estadual, eleições sindicais, e outras atividades temáticas realizadas pelo movimento ou por parceiros, como as universidades, movimentos sociais, organizações não governamentais, secretarias do Estado e outros.

No entanto, para a sistematização e coleta de dados para a pesquisa e elaboração da cartilha foram considerados as formações ligadas a Secretaria de Formação e Organização Sindical: as reuniões do coletivo nacional de formação e da rede de educadores e educadoras a nível nacional; o Encontro Baiano de Formação – EBAFOR que foi realizado em outubro de 2013; as oficinas de autoformação, os três módulos do curso estadual que ocorreu entre março e agosto de 2014; o primeiro módulo do curso nacional de formação que aconteceu em novembro de 2014; e o Encontro Nacional de Formação – ENAFOR, que aconteceu novembro de 2014.

Nesses espaços formativos principalmente nos estaduais, surgiram elementos importantes, demandas e desafios que apontavam para um caminho formativo a ser perseguido.

Dentre as demandas podemos elencar a construção de materiais formativos e materiais de apoio para serem utilizados nas formações e orientar a prática sindical, e a ampliação das ações formativas, como principal desafio a criação dos GES.

Para suprir tais necessidades foi proposto um plano de ação estadual que teve duas frentes, uma foi a ampliação do número de participantes no curso estadual, e a outra foi a construção de um projeto para disseminação da formação pelo estado por meio da descentralização e aproximação com a base, nesse plano foi proposto cursos e seminários microrregionais e a estimulação da criação de GES.

No que diz respeito a material informativo/formativo, foram propostos temáticas, como organização sindical e eleições, GES e formação. Assim, a construção dessa cartilha tem a intencionalidade de suprir a demanda de um material de apoio didático pedagógico para a construção dos GES. Pois a dificuldade em criar e animar os Grupos de Estudos Sindicais foi mais latente, e apareceu em vários momentos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A formação sindical tem contribuído para a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimentos Rural Sustentável e Solidário e para o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável. Esta relação está mais presente nos cursos de formação da Enfoc, que se orienta politicamente pelo PADRSS ao mesmo tempo em que tem o projeto como tema a ser trabalhado durante os cursos.

A pesquisa, a partir da observação e das entrevistas, evidencia a articulação do projeto com os processos educativos do movimento e suas relações conflituosas que se transversaliza sob as estruturas de poder, essa complexidade acontece principalmente pelas contradições presentes na sociedade capitalista que se reflete nas instituições.

As relações de hierarquia presentes no sindicalismo se contrastam com os princípios da formação. Durante os processos formativos é possível identificar os conflitos que se estabelece entre quem é detentor do poder, no caso os gestores que ocupam os cargos e entre educadores populares. Podemos citar como exemplo os inícios dos cursos, onde educadores propõe iniciá-los de acordo com a metodologia da educação popular, de forma dinâmica, na circularidade e coletividade, enquanto que os gestores querem iniciá-los com uma mesa de abertura política, onde os diretores falam aos educandos. Este é apenas um exemplo de várias ações que podem ser constatada de conflitos que se estabelecem em detrimento das contradições.

Quanto à intenção da pesquisa em analisar como os processos formativos contribuem para a consolidação do PADRSS e para a emancipação, foi constatado que a Enfoc tem contribuído para a consolidação do projeto e desencadeia processos formativos com caráter emancipatório. Isto porque mesmo que não seja integralmente o movimento tem caminhado para que essas duas ações se concretizem.

Tanto a emancipação dos sujeitos, quanto a consolidação plena do PADRSS seria necessário uma sociedade justa e igualitária. Para alcançar a emancipação humana segundo Tonet (2005) na sociedade capitalista só é possível alcançar a emancipação política que está relacionada ao âmbito da cidadania.

Tomando essa afirmativa podemos dizer que a formação por meio da Enfoc tem garantido a emancipação política, nesse sentido ainda podemos dizer que a formação desenvolvida tem despertado a rede de educadores para a necessidade de um aprofundamento

teórico e metodológico quanto à relação das lutas de classes na sociedade capitalista e das relações no interior do MSTTR, enfrentando os conflitos na tentativa de diminuir as contradições internas.

Deste modo poderia dizer que estando trabalhadoras e trabalhadores rurais imbuídos dos princípios do projeto, conhecedores do conteúdo e seguindo as orientações e proposições estariam caminhando para sua consolidação.

A opção do MSTTR tem sido por desenvolver ações, através das próprias estratégias contidas no PADRSS, mobilizações, participação nos espaços de regulação social, nos processos formativos desenvolvido pelo MSTTR e em especial pela Enfoc, por meio da política partidária com a eleição de militantes nos espaços municipais, estaduais e nacional no legislativo e executivo.

A coleta de dados ao mesmo tempo em que desenvolveu de forma fácil foi difícil, foi tranquila, mas também foi complicado, o fato do envolvimento com o universo da pesquisa facilitou a integração ao grupo, disponibilizou a aproximação com os dados e a observação de forma integral, que foi fundamental para perceber em que medida os processos educativos tem contribuído para compreensão e consolidação do PADRSS, da mesma forma que por não ser vista pelo grupo como pesquisadora, apesar do conhecimento do grupo não provocou alterações no comportamento dos entrevistados, contrariando a afirmação de Gil quando afirma que a “principal inconveniente da observação está em que a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento do observados” (GIL, 2008, p.103).

As dificuldades se estabeleceram pelos mesmos motivos das facilidades, visto que no momento em que deveria estar observando também estava conduzindo pedagogicamente e politicamente os processos formativos, o movimento de se distanciar do “objeto/sujeito” de pesquisa é muito complexo a partir do momento em que estamos envolvidos e analisando as próprias práticas.

Um instrumento que foi utilizado e que facilitou a coleta e a análise dos dados foram as gravações, pois ao revê-las foi possível perceber várias questões que durante os módulos dos cursos não foram possíveis ser identificadas.

As entrevistas semiestruturadas permitiram identificar informações necessárias por meio da interação com os entrevistados, nela pode ser indagado sobre os quatro objetivos específicos

propostos do projeto de pesquisa, possibilitando registrar a visão dos entrevistados sobre o curso, e sobre o PADRSS.

A análise documental foi fundamental no desenvolvimento da pesquisa, tanto para identificar as concepções político-teóricas do MSTTR sobre a educação sindical, e sobre seu projeto, sua visão sobre o desenvolvimento e configurou no instrumento imprescindível, quanto para compreender a história do movimento e como cada concepção sindical e formativa foram inseridas no MSTTR.

Para a realização da análise dos dados seria necessário mais tempo, assim seria possível aprofundamento maior, a quantidade de dados foi suficiente, mas houve gravações que apresentaram dados que poderiam ser aprofundados apresentando subsídios para futuras pesquisas. A quantidade de dados foi suficiente, inclusive oferecendo suporte para a construção de outros produtos, a opção feita aqui foi a cartilha, mas outros produtos poderiam ser construídos.

A Enfoc mesmo com todas as contradições presentes tem sido instrumento de transformação política, influenciando nas concepções e práticas sindicais, na organização da classe e se transformado num organismo colaborador para consolidação do PADRSS. Sua metodologia baseada na multiplicação criativa e na construção da rede de educadores/as e intelectuais orgânicos ao movimento tem aproximado a formação sindical da base, porém ainda é necessário medidas mais enérgicas de incentivo e acompanhamento da criação dos Grupos de Estudos Sindicais – GES e ações formativas nas regiões e nos sindicatos.

Com a intenção se tornar ainda mais consistente a multiplicação criativa desenvolvida através da formação oferecida pela Enfoc, foi construída a cartilha, seus conteúdos propostos e indicações de estudo pretendem dar suporte metodológico, mas sobretudo teórico. O papel do educador deve ser de estar permanentemente estudando e seu estudo deve estar articulado ao mundo do trabalho e da luta de classes. Portanto deve partir da história de suas origens e problematizar suas práticas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003 – coleção primeiros passos.

AROUCA, José Carlos. **Organização Sindical no Brasil/ passado, presente, futuro (?)**. São Paulo: LTr, 2013

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986 – Coleção primeiros passos.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012– Coleção primeiros passos.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do campo**. /Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo**. In: Saquet, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, José. (Org.). **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.275 -298.

CHIAZZOTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008.

CONTAG, 3º, 1979, Brasília. **Anais do 3º Congresso nacional de trabalhadores da Confederação Nacional de Agricultura**. Publicação: CONTAG. 1979.

_____. 4º, 1985, Brasília. **Anais do 4º Congresso nacional de trabalhadores da Confederação Nacional de Agricultura**. Publicação: CONTAG. 1985.

_____. 5º, 1991, Brasília. **Anais do 5º Congresso nacional de trabalhadores da Confederação Nacional de Agricultura**. Publicação: CONTAG. 1991.

_____. 6º, 1995, Brasília. **Anais do 6º Congresso nacional de trabalhadores da Confederação Nacional de Agricultura**. Publicação: CONTAG. 1995.

_____. 7º, 1995, Brasília. **Anais do 7º Congresso nacional de trabalhadores da Confederação Nacional de Agricultura**. Publicação: CONTAG. 1999.

_____. 8º, 2001, Brasília. **Anais do 8º CNTTR**. Publicação: CONTAG. 2001.

_____. 9º, 2005, Brasília. **Anais do 9º CNTTR**. Publicação: CONTAG. 2005.

_____. 10º, 2009, Brasília. **Anais do 10º CNTTR**. Publicação: CONTAG. 2009.

_____. **Revista da CONTAG 40 anos**, 2003, Publicação referente ao 40º aniversário. Brasília, DF: 2003.

ERICKSON, Kenneth. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CONTAG, Enfoc: Repercussões de um jeito de ser escola/ organizadora Raimunda Oliveira Silva. Brasília, CONTAG, 2010.

FAVERO, Celso Antonio; SANTOS, Stella Rodrigues dos. **Semi-árido: fome, esperança, vida digna**. Salvador: UNEB, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. In: Clarice Aparecida dos. (Org.). Educação do campo – políticas públicas – educação. Brasília: Inca; MDA, 2008. Coleção Por Uma Educação do Campo.

_____. Brasil: 500 anos da luta pela terra. **Revista "Reforma Agrária"**, da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Volume 28 - nº. 1, 2 e 3 - JAN/DEZ de 1998 e volume 29 - 01 JAN/AGO de 1999.

FETAG. Histórico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia. Arquivo interno. Cedido em 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a Educação Popular. Revista Trimestral da Fase. s/d
Disponível em: <www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf> Acesso em: 20 Out. 2012

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e Silva, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010. p. 269-307.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil.** In: Clarice Aparecida dos. (Org.). Educação do campo –políticas públicas – educação. Brasília: Inca; MDA, 2008. Coleção Por Uma Educação do Campo.

_____. Brasil: **500 anos da luta pela terra.** Revista "Reforma Agrária", da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Volume 28 - nº. 1, 2 e 3 - JAN/DEZ de 1998 e volume 29 - 01 JAN/AGO de 1999.

_____. **Os usos da terra no Brasil: debate sobre políticas** fundiárias / Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Elienai Constantino Gonçalves. 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do campo)

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter:** pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INSTITUTO DE PERMACULTURA DA BAHIA. **O que é permacultura?** Disponível em:< <http://www.permacultura-bahia.org.br/interna.php?cod=13>>. Acesso em: dez 2014.

JARA, Oscar H. **A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis;** tradução de Luciana Gafrée e Silvia Pinevro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. – 1. Ed. – Brasília, DF: CONTAG, 2012.

JUNIOR, João Cleps. Questão agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. IN: SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves (Org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 35-55

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção primeiro passos)

LESSA, Sergio, IVO Tonet. **Introdução à filosofia de Marx.** 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LETIZIA, Vito. **Marx, os Marxistas e a relação sindicato-partido-socialismo: seu passado e seu futuro.** In NÓVOA, Jorge (org.). Incontornável Marx. São Paulo: UNESP, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU. 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural.** São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

- MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- MAO, Tse-Tung. **Sobre a prática – Sobre a contradição**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. s/d
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Konthe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. Sindicalismo Rural. In: Caldart, Roseli Saete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008,
- MOCHOVICT, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo: Ática, 1992.
- MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela terra e pelo território: Ampliando debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos Aurelio e SANTOS, Roseli Alves (Org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.p. 13-34
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**, 6º ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- NASCIMENTO, Antonio Dias. Construindo **trincheiras em território minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão – o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990**. In: Revista da FAEBA: educação do campo e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992) – Salvador: UNEB, 1992.
- PNF – **Política Nacional de Formação**. Cartilha elaborada pela CONTAG.

PELOSO, Ranulfo (org). **Trabalho de Base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, Marlene. Movimento **camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Interloquções pedagógicas**: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre a educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (coleção memória da educação).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Modalidades e metodologias de pesquisa**. In: Metodologia do trabalho científico. 23º Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 117-126.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960 -18980**. 1.ed. São Paul: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Maria do Socorro. **A história das nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural**, 2006. Disponível em: <<http://www.abmti.com.br/enfoc/public/arquivos/documento/67/Historia-das-nossas-raizes-itinerario-das-lutas-dos-trabalhadores--socorro-silva---2006.pdf>> Acesso em 15 Jul. 2012

SOUZA, Amarildo Carvalho de. **Educação enquanto Instrumento Estratégico para a Consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS**, s/d. Disponível em: <<http://www.CONTAG.org.br/pdf>> .Acesso em 15 setembro. 2014

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**.18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, I. (2005). **Educar para cidadania ou pra liberdade?** Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2005_02/13_artigo_ivo_tonet.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2012.

TONET, I. (2005). Cidadania ou emancipação humana? Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>Acesso em 16 de setembro de 2012.

TONET, I. (2005). Cidadão ou homem livre? Disponível em:<http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf> Acesso em 16 de setembro de 2010.

TONET, I. (2006). Educação e formação humana. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf> Acesso em 18 de setembro de 2012.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos Territórios Rurais no Estado da Bahia.** São Cristovão – SE: NPGeo/ UFS, 2013. (Tese de Doutorado em Geografia).

VENDRAMINE, Célia Regina. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010. p.127-135

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudeal. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** In: Aula inaugural no CPDA/UFRRJ, 2004. Disponível em: <r1.ufrrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf> Acesso em: 15 de Out. 2012.

**Construindo caminhos para
uma formação de BASE -
GFS**

Construindo caminhos para uma formação de BASE - GES

Vânia Marques Pinto

Orientadora: Dr.^a Tatiana Velloso

Apresentação

Esta cartilha é fruto de uma pesquisa-ação realizada durante o curso de Mestrado em Educação do campo, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. O estudo realizou uma análise sobre os processos educativos da Escola Nacional de Formação Sindical da Contag – ENFOC. A pesquisa teve como objetivo investigar e analisar as contribuições da formação sindical voltada para a emancipação e a consolidação do PADRSS. Para alcançar este objetivo foram consideradas na formação as dimensões da hierarquia e do corporativismo no sindicalismo, bem como as possibilidades de implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário no estado da Bahia. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, por meio da pesquisa participante, utilizando como técnica de coleta de dados: análise documental, observação participante, e entrevistas semi-estruturadas.

Como resultado das análises realizadas na pesquisa foi construída como produto essa cartilha que tem a intencionalidade de contribuir com a formação sindical de base. Nessa perspectiva visa fortalecer o MSTTR, e contribuir com a consolidação do PADRSS por meio da formação sindical, e trazer orientações para os educadores da rede da Enfoc, principalmente sobre os Grupos de estudos Sindicais – GES.

Sumário

1. Breve introdução sobre formação sindical
2. A Educação na Vida Sindical: Um pouco de história...
3. A História continua: Com uma escola para o Movimento a Vida Sindical fica mais Dinâmica.
 - 3.1. A perspectiva da Educação Popular
 - 3.1.1. A Educação Popular e seus Pilares
 - 3.2. A Formação Sindical e o enfrentamento de classe
 - 3.2.1. A Centralidade do Trabalho e a Educação
4. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – Pilares da constituição de outro desenvolvimento no Campo
 - 4.1. Princípios da formativos do MSTTR
5. Formação e Organização Sindical de Base
 - 5.1. Grupos de Estudos Sindicais – uma prática que fortalece a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais
 - 5.2. Animando GES
 - 5.3. O que eu posso trabalhar durante os GES?
6. Referencias
7. ANEXOS

Olá! A Senhora é trabalhadora rural?

Na feira...

A senhora conhece o sindicato? É sindicalizada?

Eu? Sim
Desde que eu era
menina meu filho

Não meu filho, eu nem sei onde
fica esse tal de
sindicato...Minha irmã já me
disse que eu tenho que ir lá se
eu quiser me aposentar.

Eu sou o João do sindicato, nós
estamos fazendo uma campanha de
sindicalização, gostaria de convidá-la
para nossa reunião, será no próximo
sábado as 9 horas.

Nessa reunião estaremos
explicando o papel do sindicato, ele
ajuda os trabalhadores a se
organizarem e conseguir a
aposentadoria também, mas a
nossa luta tem outros objetivos
também

Não sei não meu
filho...vou ver.... vou
pensar...

Esse tal de sindicato não deve
servir para nada, só para pegar
o dinheiro da gente...Se bem
que Rosinha me disse que foi lá
e gostou do trabalho que eles
fazem.

Companheiras e companheiros! Sejam todos bem
vindos ao nosso sindicato... Ao sindicato de
vocês, hoje estamos reunidos com o objetivo de
realizar a prestação de contas do exercício de
2014. Mas também estamos dando início a nossa
campanha de sindicalização, por isso hoje nós
temos companheiros e companheiras que vieram
conhecer o sindicato.

Além da campanha nós estamos com um projeto de
desenvolvimento rural sustentável e solidário, e
estamos visitando as comunidades, no próximo mês
vamos criar um Grupo de Estudos Sindicais na
comunidade de Buraquinho, quem quiser saber como
funciona o Grupo é só comparecer aqui no sindicato
nas primeiras sexta feira de cada mês, pois estamos
reunidos no grupo do sindicato.

A seguir passaremos para vocês o nosso
calendário de atividade do próximo mês ...

Fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piranji – distrito de Ilhéus (Hoje município de Itajuípe) – BA

Fundação do sindicato de Campo/RJ

1940 – 1960

Criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – 1954
Ligas Camponesas em Pernambuco (Engenho da Galileia, Vitória de Santo Antão) – 1955
Movimentos de Trombas e Formoso em Goiás
Criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER – Região Sul do país – 1960

1960 – 1970

Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas convocados pela ULTAB – 1961
Primeiro Congresso de Trabalhadores do Nordeste em Itabuna-BA – 1962
Fundação das Federações de Trabalhadores na Agricultura em: Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe – 1962
Fundação das Federações de Trabalhadores na Agricultura em: São Paulo, Paraíba, Paraná, Ceará, Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro, e na Bahia – 1963
Primeira Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais em Natal organizada pela ULTAB – 1963
Primeira Convenção brasileira de sindicatos rurais com a participação de 17 estados
Criação da Contag – 22 de dezembro de 1963
Ditadura militar – perseguição, prisão e exílio de dirigentes e liderança sindicais – 1964
Primeiro Encontro Nacional dos Canavieiros em Carpina-PE
Primeira conferência Intersindical no RJ
Reestruturação da CONTAG – fundação de novos sindicatos e federações – permissão de apenas uma federação por estado
Fundação da Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo - 1967
Fundação da Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura nos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Pará – 1968
Retomada nos processos educativos da Contag – constituição de uma Equipe educativa da confederação – 1968
Terceiro Encontro das Federações do Nordeste – 1969

1970 - 1979

Fundação das Federações de Trabalhadores Na agricultura nos Estados de Goiás e Piauí e Mato Grosso do Sul – 1971

Fundação das Federações de Trabalhadores Na agricultura no Estado do Maranhão – 1972

Funcionamento provisório do Centro de Estudos Sindicais Rurais – CESIR em Taguatinga-DF – 1972

Criação e aperfeiçoamento de equipes educativas para atuarem a nível nacional, estadual e municipal

Realização do 2º Congresso nacional de Trabalhadores Rurais – 1973

Realização de 16 encontros nas regiões Norte, Nordeste, Centro – Oeste e Sul para formação e capacitação de equipes educacionais e multiplicadoras.

Fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Amazonas – 1975

Inauguração da sede própria do CESIR em Brasília (construída com recursos próprios) – 1977

Realização do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – reconhece o papel das Mulheres no cenário político sindical e reafirma a importância da ação sindical e estabelece novas prioridades para a formação sindical – 1979

Fundação da Federação de Trabalhadores na Agricultura no estado do Mato Grosso do Sul - 1979

Mobilização da 1º greve dos canavieiros de Pernambuco após 15 anos de Golpe Militar – 1979

1980 – 1989

Greves mobilizam mais de 250 mil trabalhadores rurais assalariados em Minas Gerais – 1980

Encontro Nacional de Avaliação do MSTR – 1982

Contag realiza o 3º Encontro Nacional sobre Conflitos de Terra no Brasil – 1982

Fundação da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – 1983

Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa grande-PB é assassinada – 1983

Realização do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em Brasília (reuniu 5 mil delegados) que delegam: elaboração de uma proposta de “formação sindical integrada” e aprova uma programação de ações específicas para as mulheres – 1985

A Contag inicia um programa educativo extenso, com a colaboração e assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – 1985

I Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais – 1988

Foram realizados vários encontros estaduais Ee o Seminário Nacional de Educação Sindical (Contag, Fetag's, STR's) – 1988

II Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais – 1989

1990 – 1999

1º Plenária Nacional Ampliada do MSTTR – destaque para a organização interna da Contag – 1990

III Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais – pressão no congresso garante a regulamentação de conquistas das trabalhadoras rurais – 1992

Encontro Nacional do Conselho Deliberativo da Contag e o Encontro Nacional de Formação discutiram as diretrizes do Projeto Integrado de Formação do sistema Contag – 1992

A Contag em convênio com a OIT – desenvolve Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – 1993

Fundação da Federação de Trabalhadores na agricultura do Estado de Rondônia – 1993

1º Congresso Nacional Extraordinário da Contag – 1994

A Contag realiza o 1º Grito da Terra Brasil – em parceria com a CUT, MST, MAB, CNS, MONAPE e CAPOIB – 1994

6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais da Contag – aprova a filiação a CUT, delibera pela criação da Secretaria de Formação e Organização Sindical e construir uma política nacional de formação

Eleição da primeira coordenação provisória da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag

Filiação da Contag à União Internacional dos Trabalhadores em Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes e Tabaco – UIATA – 1995

Grito da Terra Brasil – Por um país sem fome, sem violência e com Trabalho – 1995

Grito da Terra Brasil – Pela Valorização da Agricultura Familiar – 1996

3º Seminário de avaliação e Planejamento do sistema Contag de Comunicação – 1996

Grito da Terra Brasil – Terra Agricultura Familiar, Emprego e Salário Digno - 1997

Implementação do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Local sustentável – PDLs – 1997

7º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais aprova a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS – Aprova a política de cotas de no mínimo 30% de mulheres para a diretoria executiva para da Contag e delibera a elaboração e implementação de um Projeto Político de Formação para trabalhadores e trabalhadoras rurais, especialmente para os jovens – 1998

Fundação da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno – 1998

Grito da Terra Brasil – Reforma agrária + Agricultura Familiar + Direitos sociais = Emprego e Renda – 1998

2º Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – pela obrigatoriedade estatutária da cota mínima de 30% em todas as instâncias e 50% nos processos formativos

Grito da Terra Brasil – Desenvolvimento, Trabalho e Justiça Social – 1999

Salão Nacional da Juventude Trabalhadora Rural coordenada pela Contag – 1999

Lançamento do PADRSS em São Paulo junto a sociedade Civil (Contag e Fetags) – 1999

2000 - 2005

1ª Marcha da Margaridas – reuniu mais de 20 mil mulheres em Brasília – 2000

1º Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora Rural

Fundação da Federação de Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima – 2000

Grito da Terra Brasil – 25 milhões de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Luta em defesa da vida – 2000

8º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – eleição da primeira Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Grito da Terra Brasil – Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Avançando com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – 2001

2ª Marcha da Margaridas – mais de 40 mil mulheres – 2003

Fundação da Federação de Trabalhadores na Agricultura no Estado do Amapá

1ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Avaliação e Correção dos rumos do MSTTR a partir das deliberações do 8º Congresso – 2003

Grito da Terra Brasil – Reforma Agrária, Agricultura Familiar Forte, Emprego e Salário, Saúde e educação – 2003

Criação do Programa Jovem Saber – formação a distância com eixo na ação sindical e desenvolvimento – 2004

3ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – discute a criação de uma escola de formação política para as mulheres – 2004

II Conferência Nacional por uma Educação do Campo – 2004

Grito da Terra Brasil – Pela Reforma Agrária, Pelo fim da Violência no Campo, Por emprego e Melhores Salários – 2004

9º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – acrescenta o princípio da Solidariedade ao Projeto alternativo passado a ser PADRSS, aprova a criação da escola de formação político sindical para o MSTTR; aprova a criação da secretaria de Meio Ambiente e da Comissão Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade; e aprova a obrigatoriedade na participação da cota mínima de 20% de jovens em todas as instâncias do MSTTR – 2005

Realização do 1º Encontro Nacional de Formação – ENAFOR – ponto de partida para sistematização da proposta formativa da Enfoc, aprova os referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos da Política Nacional de Formação – PNF – 1995

Processo Formativo do Programa Nacional de Fortalecimento da Entidades Sindicais – PNFES

2006 – 2014

Inauguração da Escola Nacional de Formação da Contag – ENFOC – visa ser um lugar de transformação política e orienta-se pelos princípios da educação libertadora – primeira turma nacional

1º Festival Nacional da Juventude Rural

3ª Marcha das Margaridas – 2007 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista – reuni 50 mil mulheres em Brasília – 2007

Grito da Terra Brasil – Pela Valorização da Reforma Agrária, Fortalecimento da Agricultura Familiar Sustentável, relações de Trabalho Dignas no Campo, Por uma Previdência Pública e Solidária – 2007

Construção dos Grupos de Estudos Sindicais – 2008

2º Encontro Nacional de Formação – ENAFOR – 2008

Construção da Estratégia de Sistematização – 2008

Itinerário formativo da segunda turma Nacional – 2008

Início da Articulação da Rede de Educadores e educadoras da Enfoc – 2008

2º Fórum Contag de Educação do Campo – 2009

10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – desfiliação da Contag à CUT, aprovação do Fundo Solidário para financiamento da Enfoc – 2009

2º Festival Nacional da Juventude Rural – 2010

Itinerário formativo da terceira turma nacional – 2010

Formação Política para as mulheres articuladas a realização da Marcha das Margaridas – 2010

16º Grito da Terra Brasil – Reforma Agrária e Agricultura Familiar: Bom para você, Melhor para o Brasil – 2010

4ª Marcha da Margaridas – 2011 Razões para marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade – 100 mil mulheres em Brasília – 2011

3º Encontro Nacional de Formação – ENAFOR – 2011

17º Grito da Terra Brasil – Por um Brasil sustentável, Sem Fome e Sem Pobreza – 2011

18º Grito da Terra Brasil – Reforma Agrária: Trabalho Justo, Produção e Alimentos Saudáveis e Justiça no Campo – 2012

11º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – delibera pela obrigatoriedade do desconto de 1% de todas entidades sindicais do MSTTR para o Fundo Solidário da Enfoc, aprova a paridade na diretoria da Contag e a conta de 30% da juventude nos processos formativos – 2013

19º Grito da Terra Brasil – 50 anos de luta por: Reforma Agrária, sustentabilidade, Trabalho e Dignidade no Campo – 2013

A Contag e algumas federações comemoram 50 anos – 2013

Itinerário Formativo da quarta turma nacional – 2014

Comemoração dos 8 anos da Enfoc – 2014

Formação Política para Mulheres articulada à Marcha das Margaridas – 2014

20º Grito da Terra Brasil – Ano Internacional da Agricultura Familiar – Terra, Agroecologia e Soberania Alimentar – 2014

4º Encontro Nacional de Formação Sindical – ENAFOR – Formação de Base para Quê? – 2014

Pensando Sobre Sindicalismo...

- Quando foi fundado o sindicato que você participa?
- Quais foram as pessoas envolvidas no processo de organização dos trabalhadores para a criação do sindicato?
- O que motivou a criação do sindicato?
- Qual a importância do sindicato para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais?
- O que os dirigentes dos sindicatos fazem na rotina do STTR?
- Toda a diretoria participa? Se não porquê?
- O sindicato faz trabalho de base? Qual?

Indicações de Estudo:

Leitura:

- O que é Sindicalismo - *Ricardo Antunes*
- Manifesto do Partido Comunista - *Karl Marx e Friedrich Engels*
- A história das nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural - *Maria do Socorro Silva*
- História das Lutas dos trabalhadores no Brasil - *Vitto Gianotti*

Filmes e documentários:

- *Cabra marcado pra morrer*
- *Canudos*
- *Terra e Liberdade*

...ória...

A formação sindical sempre esteve presente no MSTTR, antes mesmo da criação oficial da Contag, pois no momento de mobilização e organização dos trabalhadores para criação dos sindicatos já havia um processo educativo sendo desenvolvido, assim a preocupação da Contag com a **Educação sindical** começa com a constituição da entidade.

E na medida que as ações formativas aumentaram outras estratégias foram sendo construídas, assim no 6º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foi instituída a criação da Secretaria de Formação e Organização sindical da Contag com o papel de articular a coordenação pedagógica do conjunto de processos formativos e ações de cunho organizativo realizados pelo MSTTR.

Uma das ações construídas na década de 1990 para intensificar a formação na base foi o Programa de Capacitação em Desenvolvimento Local Sustentável – **PDLS**, essa ação tinha o foco no controle e gestão das políticas públicas, e foram envolvidos mais de 15 mil lideranças e técnicos do MSTTR. Com as ações voltados para o **local** o programa tinha como meta o estímulo à construção de parcerias e alianças, e à intervenção qualificada do MSTTR junto ao poder local.

Durante o 7º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais foi aprovado o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, e a formação passa a ser o principal caminho para levar até a **base** do movimento as formulações desse projeto.

Com a intenção de concretizar uma estratégia para implementar o PADRS foi construído pelo Coletivo Nacional de Formação e Organização Sindical um Programa Nacional de Formação que tinha como eixos: a) Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação; b) Formação Profissional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para o desenvolvimento local.

Em 2004 durante a terceira Plenária Nacional das **Mulheres Trabalhadoras Rurais** foi discutido a criação de uma escola de formação política para as mulheres. Esse foi um dos passos importantes para a construção da Escola Nacional de Formação, pois com esse debate o MSTTR considerou importante ter uma escola para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do movimento e em 2005 durante o 9º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foi aprovado a criação da Enfoc.

O outro passo importante para a consolidação da Enfoc foi a realização do I Encontro Nacional de Formação – ENAFOR, pois foi nesse encontro que foi aprovado os referenciais políticos, pedagógicos e

A formação sindical era chamada de educação sindical até a década de 1970

[...] aquelas práticas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc.[...] Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro e cinema, etc. (MANFREDI, 1996, p. 24).

metodológicos da Política Nacional de Formação – PNF e do Projeto Político Pedagógico, também foi realizado um diagnóstico sobre a realidade da formação no Movimento.

Em 2006 a Enfoc foi inaugurada com a primeira turma nacional, a estratégia formativa está organizada em um itinerário composto por cursos nacionais, cursos regionais e cursos estaduais.

A História continua...

...Com uma escola para o Movimento a Vida Sindical fica mais Dinâmica.

A Enfoc me despertou uma boa visão em relação ao movimento sindical, eu cheguei a conhecer pessoas que me representavam no movimento sindical da Bahia.

Eu entrei no movimento no final de 80. Mais ainda tinha aquela visão de sindicato, aquela visão antiga mais que ainda existe.

Então é importante a gente refletir, por tudo que a gente já passou e que vai passar ainda, o que a gente vai fazer?

Então eu acho que essa Enfoc é essencial do ponto de vista que você não tá só e que você tem um compromisso com o trabalhador. Não é fácil, é árdua, mas tenha uma injeção de ânimo aí e vamos fazer.

Por que tem dirigente sindical que não sabe nem o que é o próprio sindicato, como é que ele vai lutar? Como é que ele vai lutar pela pessoa? Como é que você é representante de uma entidade que você nem conhece, que você nem sabe o que é? Você vai dizer o que pra pessoa? (*Maria de Lurdes, educanda da Terceira turma Estadual*)

A Escola Nacional de Formação da Contag – ENFOC, que foi inaugurada em 2006 faz parte da estratégia de formação política do MSTTR, seu itinerário é composto por cursos nacional, regional e estadual.

Os cursos são estruturados a partir do eixo: Ação sindical e desenvolvimento rural sustentável e solidário, que acrescenta um conjunto de temáticas, orientados pelos referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos: PADRSS, enquanto referencial político, Política Nacional de Formação – PNF e o Projeto Político Pedagógico – PPP, referencial político-pedagógico, inspirados pelo Marxismo e pelos

fundamentos da educação popular, numa proposta emancipatória e metodologia de construção coletiva de conhecimentos.

Esses referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos orienta a construção dos eixos temáticos e pedagógicos, e as unidades temáticas.

Os eixos pedagógicos temáticos são:

Memória e Identidade: versa sobre a valorização da história que é revisitada a partir da visão dos trabalhadores e trabalhadoras. Constrói-se uma memória e identidade coletivas partindo das histórias de vida e da história das lutas sociais.

Pedagogia para uma nova Sociabilidade: essa proposta faz uma crítica a concepção de educação “capitalista” que reproduz e naturaliza preconceitos e desigualdades. Reflete sobre a construção de uma proposta educativa baseada na coletividade e da luta por um mundo mais humanizado, mais justo e mais democrático.

Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: propõe avaliar as ações sindicais, refletindo sobre o projeto político do MSTTR, apontando as contradições, desafios e as possibilidades. De forma coletiva estimula a militância e a responsabilidade com as práticas e as lutas por uma sociedade, justa, democrática e solidária.

As unidades temáticas são:

1. *Formação Social – Estado Sociedade e Ideologia e Projetos de Desenvolvimento em Disputa;*
2. *Vida Sindical – História, Concepção e Prática;*
3. *Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário;*

O itinerário formativo busca alcançar a base sindical, federações, polos regionais, sindicatos e comunidades rurais. O cursos nacional e regional tem caráter de curso de formação de formadores.

Como o curso acontece em períodos de alternância são propostas atividades inter-módulo em uma perspectiva de estabelecer conexão dos estudos com a ação sindical, estas atividades dialogam com os temas estudados através das pesquisas e da criação do Grupo de Estudos Sindicais – GES.

A criação dos GES é um dos principais objetivos da estratégia formativa, nele se configura todo o desdobramento de uma multiplicação para que a formação chegue na base. Sendo que o fato de ser uma formação sindical não delimita seus conteúdos e espaços, a proposta é que os princípios e fundamentos do PADRSS cheguem nas comunidades rurais dialogando com as demandas e problemas existentes.

O projeto educativo da Contag é orientado por referenciais políticos e referenciais pedagógicos-metodológicos. Os referenciais políticos são orientados pelo PADRSS, e os pedagógicos-metodológicos pela Política Nacional de Formação e pelo Projeto Político Pedagógico.

Durante a história da formação sindical no MSTTR algumas concepções educativas foram incorporadas, algumas influências permanecem até hoje, com maior ou menor intensidade podem ser percebidas nos processos formativos.

Nessa trajetória influências como do marxismo clássico, concepção tecnicista oriunda das ações desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho, Educação popular na abordagem **freireana** e da **teologia da libertação** e o **marxismo** na abordagem **Gramsciana**. Essa diversidade de concepções políticas e teóricas foi responsável pela construção histórica da formação sindical do MSTTR.

A proposta formativa desenvolvida pelo MSTTR, principalmente por meio da Enfoc tem como objetivo transformar realidades e emancipar sujeitos, tendo como concepção orientadora dimensões do marxismo, sobretudo nos pensamentos de Gramsci, e da educação popular na visão freireana.

Para a Política Nacional de Formação as concepções freireana e marxista se articulam em diferentes dimensões.

No marxismo busca entender a sociedade, trazendo o debate ideológico sobre a luta de classes e o capitalismo, e na pedagogia freireana se referencia nos princípios pedagógico-metodológico.

A perspectiva da Educação Popular

A concepção da educação popular influenciou as ações formativas desde o surgimento da Contag numa abordagem freireana e da teologia da libertação. Na atualidade essa abordagem é reafirmada na Enfoc.

Mesmo se tratando de uma concepção que também está presente em universidades, programas de alfabetização, ou outros espaços do poder público como já aconteceu na história da educação popular os sujeitos aos quais ela é destinada será a classe trabalhadora, pois “antes de se inserir em espaços institucionais, consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil” (BRASIL, 2014, p.7).

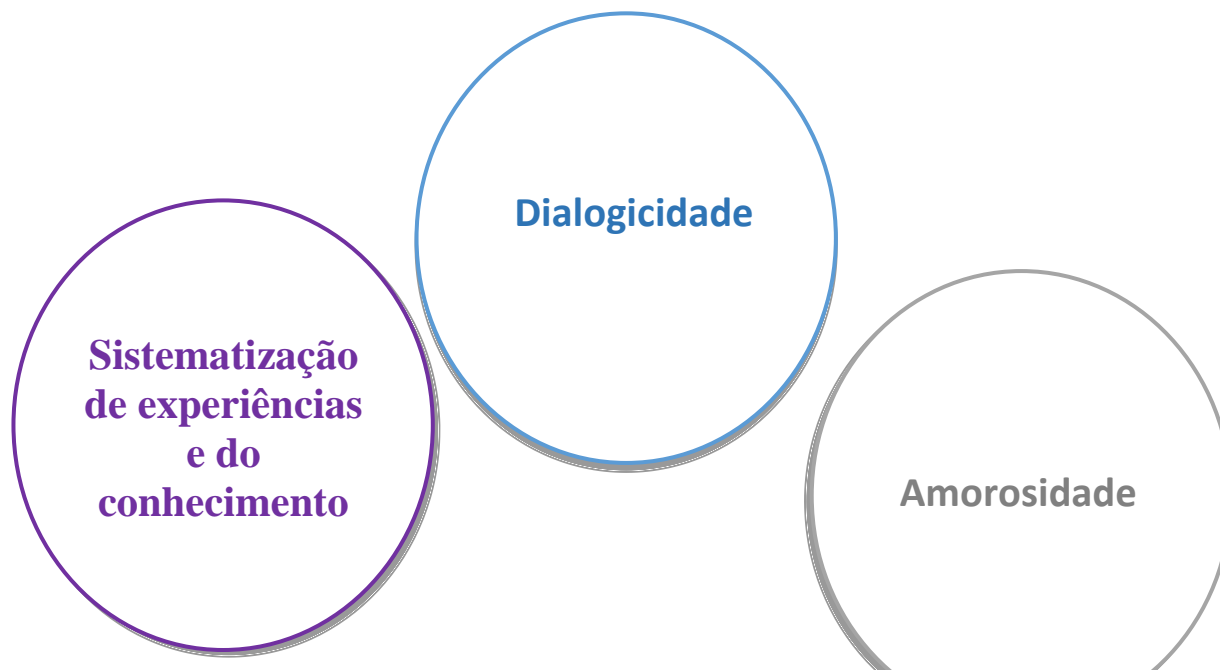
Desse modo, falar em educação popular estaremos assumindo o conceito de educação criado pelas classes populares, através de suas práticas, ou seja, a educação que foi forjada pelos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas constantes para enfrentar as contradições do capitalismo, que dão sustentação aos seus cursos de formação política e escolas de trabalhadores.

A educação das classes populares acompanha seus grupos sociais, seja nas associações, nos partidos políticos, nos movimentos sociais ou nos sindicatos, em cada momento histórico desenvolveu importante papel na vida dos sujeitos, através de programas, projetos, grupos de ação cultural e em alguns momentos ligados a educação de jovens e adultos. Em muitos períodos da história surgiram escolas criadas pelas classes populares, aos grupos de operários.

As experiências de educação popular, que se fundamenta na concepção freireana reúne em sua prática pilares que são fundamentais para a coerência pedagógica.

Uma educação que é *popular* não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada, mas porque o que ela “ensina” vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia. (Brandão, 1986, p.48)

A Educação Popular e seus Pilares





Construção do conhecimento e pesquisa participativa

Educação Popular

Conscientização

Partir da realidade concreta

Transformação da Realidade e do Mundo

Dialogicidade

O diálogo representa o alicerce para uma pedagogia libertadora e transformadora, por meio dele pode-se pensar sobre o mundo, problematizando-o para transformá-lo. O diálogo implica em construção de relações horizontais, em que as práticas sociais e educativas se dão a partir da compreensão de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes.

Amorosidade

A amorosidade está intimamente relacionada à dialogicidade, sendo uma relação de respeito e de troca, que é base fundamental para construção de relações horizontais. Ao contrário do que se pensa, a amorosidade sugere, essencialmente rigorosidade, compromisso e seriedade, fundamentada no diálogo, que "nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica" (FREIRE, 1996, p. 115).

Conscientização

Conscientização em Freire consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência, a partir da compreensão da realidade. "A consciência se reflete e vai

Partir da realidade concreta

Para a educação popular é preciso romper com a educação “conteudista”, e com a educação bancária que se distancia da realidade e dos sujeitos envolvidos. Assim assume a realidade enquanto uma totalidade concreta, questionadora da fragmentação do conhecimento. Assume a educação como um prática de liberdade que tem como ponto de partida a realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade inserida em contextos sociopolíticos distintos. (BRASIL, 2014)

Sistematização de experiências e do conhecimento

A sistematização das experiências e do conhecimento na educação popular é construída pelos próprios sujeitos, de forma coletiva e participativa. A sistematização é um

Porque precisamos de uma educação popular?

O que a educação popular nos revela?

A transformação da realidade e do mundo

A realidade é mutável, portanto passível de mudança. “O mundo não é, o mundo está sendo” (FREIRE, 1996, p. 76). Essa concepção conduzida pela dialogicidade concebe os processos educativos como estimuladores da criticidade, da construção da conscientização e da transformação da realidade e do mundo. Para Freire (1996) na história as pessoas não são objetos e sim sujeitos construtores da história que pode nela intervir, para isso é necessário problematizar e tornar-se consciente da realidade para poder assim transformá-la. é necessário ter uma

Construção do conhecimento e pesquisa participante

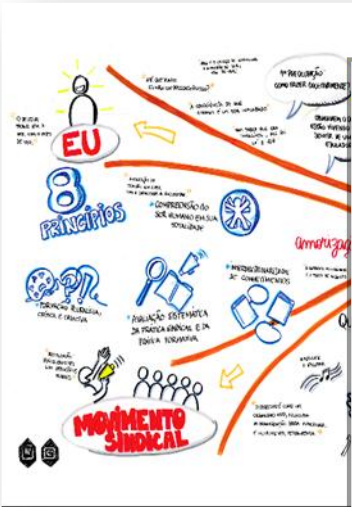
A construção do conhecimento na educação popular acontece de forma coletiva e criativa, valorizando os saberes dos sujeitos, e por meio da pesquisa, que é “compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes[...]” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.12)

Identifique práticas educativas da educação popular na Enfoc.

Sistematização sobre a Educação Popular realizada durante o curso da turma nacional da Enfoc

A Formação Sindical e o enfrentamento de classe

A abordagem marxista na formação sindical foi introduzida no movimento por meio da participação dos comunistas, tinha uma visão revolucionária e pregava uma sociedade socialista.



Para aprofundamento teórico:

- Educação como Prática de Liberdade - Paulo Freire
- Pedagogia do oprimido - Paulo Freire
- O que é educação popular - Carlos Rodrigues Brandão

The diagram on the left is a hand-drawn mind map titled 'MOMENTO SINDICAL'. It features a central figure of a person with a lightbulb above their head, labeled 'EU'. Below this, it lists '8 PRINCÍPIOS' and 'MOMENTO SINDICAL'. Various other notes and icons are scattered around, including 'CONTEÚDO DO SER HUMANO EM SUA TOTALIDADE', 'PÚBLICA SISTEMÁTICA DE FORMAÇÃO E NA TUDO A INICIATIVA', and 'MOMENTO SINDICAL'.

Estas concepções foram absorvidas pelo movimento e ainda hoje há seus fundamentos no modo de ver o mundo e em sua reprodução social.

A concepção de sociedade está descrita no PADRSS, e repete-se em outros documentos como no PPP e na PNF, portanto, a forma que essa abordagem aparece na formação principalmente nos cursos Enfoc é por meio dos conteúdos, presentes em todos os módulos, mas

de forma mais notória no primeiro que trata sobre a sociedade, o estado e a ideologia debatendo sobre os projetos de sociedade em disputa.

Dois dos princípios da Política Nacional de Formação expressão com clareza os sentidos sociais que deve ter a formação: a) A compreensão do ser humano em sua totalidade; b) A reconstrução da mística da mudança social. Assim deve-se considerar as múltiplas dimensões da vida, que são produzidos socialmente, do mesmo modo é preciso retomar referências teórico-político por uma retrospectiva das lutas que ajude a revitalizar o sonho de uma sociedade nova, igualitária, solidária e democrática, e lutando contra o atual projeto capitalista. Assim,

Tal compreensão de ser humano é o oposto da concepção burguesa centrada numa suposta natureza humana sem história, individualista e competitiva, na qual cada um busca o máximo interesse próprio. Pelo contrário, pressupõe o desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não com forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos. (FRIGOTTO, 2012, p.266)

Contudo as dimensões da vida perpassa pelo trabalho que na sociedade capitalista está relacionado a alienação, tal processo precisa ser rompido com a supressão do assalariamento. Mas independentemente de sua supressão é urgente construir bases de formação humana, de uma classe trabalhadora que comece a construir a contra hegemonia.

A Centralidade do Trabalho e a Educação

Saviani (2007) apresenta a compreensão da natureza humana, no qual o trabalho e a educação são atribuições especificamente humanas, e é a consciência que marca a distinção entre mulheres e homens dos animais. No ato de adaptar a natureza para atender as necessidades básicas de sobrevivência da espécie, homens e mulheres se educam. Com isso se conclui que a origem da educação coincide com a origem do homem, configurando uma relação de identidade entre trabalho e educação. Ele explica que neste processo o homem modificava a natureza ao relacionar-se com outros homens e nesta ação estava implícita a educação. No modo de produção comunal, a educação identificava-se com a vida e, assim educavam-se também as novas gerações.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1985, 149)

A separação entre trabalho e educação é demarcada pela produção que conduziu a divisão do trabalho, consequência da herança da apropriação privada da terra, provocando a divisão dos homens em classes, sendo duas as classes fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não proprietários. Na sociedade primitiva a educação estava atrelada à sobrevivência e à coletividade, acontecia no devir das atividades cotidianas. Segundo BRANDÃO (2007, p.26) “A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle de aventura de ensinar-e-aprender”. Tratava-se de uma educação coletiva, onde os interesses eram comuns, portanto não havia educação diferenciada, ela era homogênea e atingia a todos igualmente. Com as transformações históricas dos modos de produção a comunidade primitiva se dissolve e surge outra sociedade, dividida em classes sociais, nesta transição o surgimento de alguns elementos são fortemente marcantes, como por exemplo, a propriedade privada. Com a sociedade dividida em classes nasce uma educação para atender suas necessidades, que passa a ter um caráter controlador, para reforçar os princípios da sociedade estabelecida.

Uma vez constituída as classes sociais, passa a ser um dogma pedagógico a sua conservação, e quanto mais a educação conserva o status quo, mais ela é julgada adequada. Já nem tudo que a educação inculca nos educandos tem por finalidade ‘esse bem comum’ pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes. Para estas, a riqueza e o saber, para as outras, o trabalho e a ignorância, (PONCE, 2000, p.28).

Saviani ainda afirma que a separação entre trabalho e educação é demarcada pela produção que conduziu a divisão do trabalho, que conseqüentemente foi herança da apropriação privada da terra, isto provocou a divisão dos homens em classes, com o começo da propriedade privada o trabalho que define a essência humana torna-se meio de exploração, ou seja, gera-se a possibilidade de alguns homens viverem do trabalho de outros homens.

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Mais tarde, com a apropriação privada dos meios de produção, o trabalho passa a ser alienado, o capitalismo se consolida com a venda e a compra da força de trabalho. A força de trabalho se transforma em mercadoria para produzir outras tantas mercadorias, que necessita ter um valor de uso e um valor de troca. Para a manutenção do sistema capitalista alguns artifícios foram necessários e dentre eles a alienação do trabalho e a alienação na sociedade, “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, [...] do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (Marx, 1985, 71); com isso o capitalismo se assegura de reproduzir se socialmente através de aparelhos ideológicos como o Estado, os meios de comunicação, a igreja e a escola.

Manacorda (2007) afirma que é a partir do trabalho (categoria central nas pesquisas) que Marx e Engels desenvolvem suas teses sobre a educação e a escola, de modo que propõem uma educação para o futuro, ou seja, uma educação que não cabe na sociedade capitalista, está educação deve estar atrelada ao trabalho de fábrica, sendo está destinada a todos e não apenas aos filhos dos proletários.

Enquanto não se desenvolve uma educação para além do capital, uma educação emancipatória é necessário insistir em práticas educativas com propostas emancipatórias, que propicie o desenvolvimento da consciência de classe, que fortaleça o sentimento revolucionário, e de transformação da sociedade.

Quais práticas sindicais podemos identificar com uma proposta emancipatória?

Quais práticas sindicais podemos identificar como opressoras?

O que fazer para construir um movimento em que não haja opressão dentre seus iguais?

Indicações Básicas de leitura:

Manifesto do Partido comunista - Karl Marx e
Friedrich Engels
Ensaio Sobre Consciência e a Emancipação - Mauro Iasi

Filmes didáticos:

Diário de um motocicleta
Tempos Modernos Charles Chaplin
Quanto Vale ou é por quilo

**Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e
Solidário – Pilares da constituição de outro desenvolvimento no
Campo**

O Projeto Alternativo de desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS é um projeto de sociedade construído pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil organizados pela Contag. Ele foi elaborado para contrapor ao atual modelo de desenvolvimento, para ser uma alternativa ao projeto político neoliberal.

O debate em torno do projeto se iniciou no 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Após três anos de debates intensos no âmbito nacional, estadual, regional e municipal, dos seminários regionais de desenvolvimento participativos promovidos pela Contag e a realização do projeto CUT/Contag no 7º Congresso o Projeto teve a sua primeira sistematização, nessa época Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Sustentável, pois somente no 9º congresso que passa a ser também solidário acrescentando se mais um “S” em sua sigla, isso porque compreenderam que mais que ser sustentável esse desenvolvimento precisaria romper de vez com a lógica capitalista da competição, inserindo valores que contribuam para uma nova sociabilidade, como a igualdade, fraternidade, inclusão e justiça social.

O PADRSS é fundamentado sob dois pilares: a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. Estes dois pilares dão sustentação ao desenvolvimento sustentável proposto no projeto ao tempo em que articula as outras bandeiras de luta do MSTTR.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS – foi concebido como estratégia de enfrentamento ao projeto neoliberal e de superação do modelo agrário e agrícola vigente no País, pautados no latifúndio e no agronegócio. As bases essenciais de sua construção estão centradas na realização de uma ampla e massiva reforma agrária e a ampliação, valorização e fortalecimento da Agricultura Familiar, considerando os assalariados e assalariadas rurais, proletariados agrícolas como protagonistas deste projeto de desenvolvimento, principalmente nas áreas de maior resistência da agricultura patronal. (Contag, 2009, caderno Enfoc n.1)

O PADRSS questiona a noção de desenvolvimento que considera apenas o crescimento econômico, avaliando que crescimento e desigualdade social sempre andam lado a lado.

*O PADRSS, iniciou no 7º Congresso e já estamos no 11º Congresso, e vocês dirigentes sindicais tem uma responsabilidade muito grande sobre isso, vocês têm que dizer de que lado estão, não se pode ficar em cima do muro. / E aí não dá para lutar e reivindicar se não for para as ruas. Na última reunião que tivemos com o presidente Lula ele disse: **dava para fazer muito mais**. Elegemos um companheiro e nos acomodamos. E aí se tivéssemos ido para rua quem sabe teríamos avançado muito mais no nosso projeto. Educador Contaguiano*

- **PORQUE UM PROJETO?**

**Não é algo pronto e acabado.
É uma construção coletiva e cotidiana.
Um processo em permanente construção.
Explicita projeções e possibilidades.**

- **PORQUE É ALTERNATIVO?**

**Uma alternativa ao projeto predominante na sociedade.
Visa desconstruir valores e conceitos impostos pelo neoliberalismo.
Objetiva consolidar novos valores e conceitos.
Foca no modelo de produção pautado na agroecologia**

- **PORQUE DESENVOLVIMENTO?**

Questiona os sucessivos modelos de desenvolvimento, que sempre colocaram o mercado acima de tudo.

Coloca os homens e mulheres de todas as idades, raças, etnias, culturas no centro da sua ação estratégica.

- **PORQUE RURAL?**

Resgata o espaço rural como lugar potencial de desenvolvimento contrapondo-se à ideia do rural como atraso.

Considera e valoriza os saberes e fazeres existentes na cultura camponesa.

- **PORQUE É SUSTENTÁVEL?**

Estimula o equilíbrio na relação entre ser humano e natureza. /Compreendendo o ontem, como espaço permanente de reflexão na construção do agora, na perspectiva das gerações futuras.

- **PORQUE É SOLIDÁRIO?**

Contrapõe-se à lógica da competitividade capitalista.

Insera na agenda sindical, valores fundamentais como a igualdade, a fraternidade, a inclusão e a justiça social, dentre outros.

- **ESPAÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS:**

Congressos, Plenárias, Gritos da Terra Brasil, Marchas das Margaridas, Festivais da Juventude, ocupações de terras e de prédios públicos, campanhas salariais e dentre outras ações de massa e ações do MSTTR.

Incorporam novas temáticas, ampliam a concepção e fortalecem a prática do PADRSS em suas várias dimensões.

Já imaginou se a agricultura familiar, os assentamentos, os quilombolas, os indígenas, o povo que produz alimento nesse país, se resolvessem fazer uma greve de um mês, o que iria acontecer? Já imaginou o que é ter dinheiro no bolso e procurar o que comer e não tem. / Nós temos um poder enorme na mão, mas não sabemos usar. Se tivéssemos organizado o suficiente nós mudaríamos a história desse país. Mas no movimento entrou num espírito de que é cada um por si e Deus por todos. Dentro do movimento e entre os movimentos. Educador Contaguiano

*Vocês imaginam o que é chegar depois do curso e falar no sindicato que vai fazer o GES, vão perguntar para que? E vocês vão dizer: repassar informações para os trabalhadores, serão questionados: mais isso não vai dá certo. Porque dizem isso: **Ter informação é poder.** Educador Contaguiano*

Para aprofundar no tema:

Anais do 11 congresso da Contag

Filmes o veneno está na mesa I e II

Agricultura tamanho família

Nas terras do bem virá

Princípios da formativos do MSTTR

- A compreensão do ser humano em sua totalidade: trata-se de considerar as múltiplas dimensões da vida e do saber, como a cultura, as artes, a poesia, dialogando com outros saberes da realidade, conhecendo e refletindo sobre as diversas corrente de pensamentos existentes.
- A permanente abertura aos vários saberes: esse pressuposto está intimamente ligado ao anterior. Referimo-nos à ética, à ecologia, à economia, e outras áreas construtoras de saberes, assumindo diferentes linguagens e tendo o cuidado com as especificidades dos diferentes sujeitos políticos.
- A reconstrução da mística da mudança social: passando pela retomada de referências teórico-político, por uma retrospectiva crítica das lutas, e pela reinvenção de símbolos, gestos e comportamentos que ajudem a revitalizar o horizonte utópico, combinando o sonho numa sociedade nova – igualitária, solidária e democrática – com o compromisso de contribuir com a sua construção desde agora, engajando-se na luta contra o atual projeto capitalista.
- Permanente articulação entre prática e teoria: trata-se de estabelecer com a formação e com a prática sindical uma relação que lhe é inerente, que estimule a problematização e a fundamentação da ação. Agregando à vivência, informações historicamente sistematizadas e os novos conhecimentos construídos de modo a contribuir com a revisão de velhas práticas instituídas no movimento sindical e garantir que a dimensão teórica seja dialeticamente levada em consideração, contribuindo com o aprofundamento dos saberes. Por outro lado essa conjugação entre conhecimento técnico e acadêmico com os saberes populares e empíricos deve ser dinâmica, na perspectiva de que o conhecimento não é finito e nem efêmero. Esse processo estimula interação e questionamento mútuos, e

produz um novo saber, necessário para alterar a realidade que estiver sendo investigada ou enfrentada.

- A interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos: deve-se primar por uma construção dos conhecimentos de forma integrada, numa relação entre específico e o geral, tendo como referência o mundo do trabalho, as relações sociais, a cultura vivida pela população do campo e outras peculiaridades do mundo rural. A interdisciplinaridade expressa, de fato uma nova forma de ver e sentir o mundo em sua totalidade, de estarmos inseridos (as) numa busca incessante para descobrirmos seu sentido e suas possibilidades de mudança. Essa busca nos leva a compreendermos o mundo de forma holística, em sua rede de infinitas relações, em sua complexidade e a considerar nesse processo de abordagem articulada das diferentes áreas de conhecimento.
- Formação pluralista, classista e criativa: a formação transformadora recusa a visão única, pois dialoga com uma diversidade de pontos de vista existentes e pauta-se na questão da identidade de classe. O “fazer pedagógico” deve estimular que essas diferentes visões sejam explicitadas, ao tempo em que deve aguçar a capacidade de questionamento crítico, ampliando as possibilidades de revigorar a luta sindical.
- Postura avaliativa e crítica permanente da ação e da prática formativa: o compromisso com a ação concreta de transformação social reque que se avalie continuamente a prática dos diversos sujeitos. Dessa forma, se torna possível reelaborar a própria prática e, ao mesmo tempo, o processo formativo a partir da identificação dos avanços e das dificuldades vivenciadas pelos sujeitos da formação. Entre os referenciais de avaliação será conveniente incluir: o desempenho do público da formação; as várias dimensões abordadas na formação – político-ideológica e pedagógico-metodológica; os resultados e impactos alcançados tendo como pressuposto os objetivos previamente delineados. A avaliação deve ser vista como parte de um sistema de instrumentos, procedimentos e metodologias específicas. Referimo-nos ao assim chamado PMAS: Sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização.
- A construção coletiva do conhecimento: O conhecimento é construído a partir de pressuposto de não existir alguém que sabe tudo (educador/a) que transfere ou repassa ao que nada sabe (educando/a). Aprender e ensinar são indissociáveis, ensinamos na medida em que aprendemos, aprendemos na medida que ensinamos. Os níveis diferenciados de

saberes devem ser potencializados de modo que o saber de cada um é valorizado e levado em consideração na mediação em favor de construção coletiva. A produção desse novo conhecimento é permeada de informações, vivências, percepções e experiências que as pessoas trazem em seu “repertório” individual. Nesse sentido, ninguém permanece impassível diante dessa vivência coletiva, todos aprendem juntos, inclusive a desaprender aquilo que não lhes cabe mais no novo contexto de aprendizagem.

- A vivência de relações horizontais entre educador (a) e educandos (as). Esse princípio está referenciado no dizer de Paulo Freire (1996:25) que questiona a educação bancária, onde o professor está resguardado em uma visão autoritária e no exercício do poder apassivador, podendo de seus educandos (as) a capacidade criativa e crítica e desestimulando a curiosidade. Não há uma relação de dependência e nem de hierarquia entre os sujeitos da aprendizagem. O (a) formador (a) é chamado a ser o mediador (a) entre os participantes (sujeitos do conhecimento) e o próprio conhecimento socialmente acumulado.
- Fortalecimento das identidades: respeito à diversidades de raça/etnia, geração, gênero e região: O MSTTR caracteriza-se pela diversidade de sujeitos atuantes em um espaço geográfico heterogêneo e de dimensões continentais. A formação assume o compromisso de dialogar com essas e outras diferenças e fortalecer nas pessoas o sentimento de pertença ao mundo rural, fortalecendo sua identidade de classe, gênero, geração, raça e etnia. Estamos nos referindo aqui à identidade socialmente construída, numa perspectiva de negar a dimensão da identidade historicamente atribuída.
- A memória enquanto um potencial crítico-transformador na formação: trazer a abordagem da memória e identidade para a formação significa valorizar a história individual e coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, em contraponto a uma versão oficial que sempre repercute a visão hegemônica de mundo e de ser humano. Essa dimensão de memória nos processos educativos permite (re) visitar experiências, vivências, épocas passadas, histórias de vida. Permite ainda, um encontro com o fio da história de resistência e de luta, onde cada homem e cada mulher se colocam como construtor de sua própria história. É inevitável que esta dimensão retrate as questões culturais, que faça aflorar aspectos tradicionais disseminados de geração a geração, que reforce as crenças das pessoas. Tudo isto precisa ser resgatado e abordado na visão de

sujeitos libertados. Poderá demandar de um novo jeito de se apropriar dessa história, apoiando na criticidade e na rebeldia frente a arbitrariedade da história oficial manipulada pelos segmentos hegemônicos de nossa sociedade. A valorização da memória e da identidade sócio-político-cultural é vista aqui como imprescindível para o avanço da pedagogia para uma nova sociabilidade.

Formação e Organização Sindical de Base

A organização sindical e formação fazem parte de uma unidade indivisível, para organizar é preciso formar, o mesmo é necessário no caso de uma inversão.

A organização no MSTTR acontece em todas as suas instâncias, a nível nacional, estadual, municipal e comunitária, se algum desses espaços não estiver organizado, a estrutura fica fragilizada. O problema da fragilidade consiste no diagnóstico, ele pode ser impreciso e demandar muito tempo.

Exemplificando o território brasileiro possui uma área de 8.514.876,599 Km² segundo dados do IBGE, a Contag em seu sistema possui mais de 4 mil sindicatos, não é simples saber como estar cada sindicato, cada município, cada comunidade, tratando-se politicamente, socialmente, culturalmente e ambientalmente. Eis que fazer um diagnóstico preciso se configura como um grande desafio. É por isso, que cada instância no MSTTR possui suas atribuições e deveres.

Assim cabe a Contag representar os trabalhadores e trabalhadoras rurais a nível nacional e organiza-los por meio de uma federação que no estado estará os representando e por meio dos sindicatos promovendo a organização da classe. E fica com a maior e legitima responsabilidade os sindicatos que estão na base e junto com os trabalhadores e a trabalhadoras para organiza-los e forma-los.

Isso significa dizer que para ter uma Confederação forte, é preciso ter Federações atuantes, e para ter Federações atuantes e representativas é necessário que os sindicatos estejam organizados e realizando trabalho de base.

As análises conjunturais que o movimento tem feito na última década aponta para a necessidade de um aprofundamento na formação e para a ampliação e aprimoramento da organização e formação de base, tal perspectiva foi reafirmada no 4º ENAFOR que reuniu mais de 900 pessoas para refletir sobre o mote: Formação de base para quê?

Fazer trabalho de base pressupõe numa utopia. Essa utopia, ainda que indefinida nos seus contornos e em sua hora, é irrenunciável no compromisso de construir um projeto de sociedade no qual a produção social da riqueza tenha também uma apropriação social. Para tornar possível esse sonho, é preciso elaborar, com arte e ciência, uma estratégia de poder e construir ferramentas populares que reúnam, organizem e eduquem a classe oprimida no seu processo de emancipação (PELOSO, 2010, p. 65)

Pensamos que no âmbito específico da formação, falamos sempre de um conceito cujo processo próprio de gênese e evolução é exterior à prática educativa. O que se materializa na atividade formativa são mediações desse concreto expressas através de valores, linguagens, condutas, posturas, relatos e pessoas portadoras de concepções, sistematizadas ou não, e que mediatizam nelas relações de classes, contextos e conjunturas históricas, vontades e desejos (IASI, 2007, p. 167)

Apontamentos para o MSTTR

- Prática sindical coerente
- Se colocar no lugar do próximo.
- Formação de base.
- Formação nas comunidades.
- Grandes mobilizações.
- Trabalhar a base.
- Participação nas comunidades.
- Mais apoio a base.
- Atitude e agir.
- Trabalho de base, formação e GES.
- União.
- Incentivo, insistência e clareza.
- Fortalecimento de base.
- Trabalho de base e comunitário.

Grupos de Estudos Sindicais – uma prática que fortalece a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

Os Grupos de Estudos Sindicais – GES, fazem parte da estratégia formativa da Enfoc, é uma forma de levar a formação o mais próximo da base, de fazê-la chegar até os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

Os GES tem a intencionalidade de desenvolver consciência de classe, consciência coletiva, por meio de reflexões, do diálogo e da análise realizada através de problematizações.

Partindo da vivência e da realidade local o GES é capaz de problematizar questões gerais, abrangentes, encontrar soluções e resolver problemas, mas também perceber que o problema daquela comunidade, pode ser também de outras comunidades e estabelecer uma conexão social, uma articulação conjunta.

Essas são algumas possibilidades que um GES pode desencadear, no entanto a depender da dinâmica poderá ser apenas mais um grupo de pessoas a se reunir, e com o tempo se desconstituir enquanto grupo.

A constituição de GES é uma tarefa fácil, a sua animação para a sua permanência é que se estabelece como o grande desafio. Esse desafio alimenta a militância sindical. Assim a animação dos Grupos fortalece a militância sindical.

Portanto para a consolidação do GES...

- Não se deve definir formato
- É necessário garantir a liberdade para sua criação em sintonia com as realidades e dinâmicas locais;
- Pode ser feito também no Sindicato, mas o objetivo é chegar na comunidade
- O sindicato pode se estabelecer como um espaço de animação para a criação de GES
- Reafirmar o GES como estratégia prioritária das ações de formação da Enfoc;
- Pode ser realizados cursos municipais para fortalecer a criação dos GES
- Os GES podem ser temáticos, de mulheres, de jovens, da associação, ou seja, existe múltiplas possibilidades;

Animando GES

A formação dos GES é estimulada pela Enfoc, naturalmente são os educadores e educadoras da rede que em seus municípios e em suas comunidades iram propor e articular a criação dos GES, eles tem essa tarefa, no entanto a animação dos grupos não deve necessariamente estar limitado a participação e/ou acompanhamento daqueles/as que estiveram nos processos formativos da Enfoc, inclusive ampliar essa multiplicação é positivo para a manutenção exitosa do grupo, pois o mesmo deve ter autonomia, ele não deve ser dependente de uma única pessoa para que as reuniões aconteçam.

Deste modo, o GES pode ser animado por lideranças sindicais, dirigentes do MSTTR e educadores populares da Rede, e cabe ao STTR apoiar, acolher e estimular a animação dos Grupos.

Ainda é possível contar com o apoio da Federação por meio da Secretaria de Formação e Organização Sindical para o esclarecimento de dúvidas e suporte pedagógico quando for necessário. A Federação deve construí espaços de animação da rede, para fortalecer a formação de base no estado.

O que pode contribuir com a animação dos GES

- Realizar o planejamento das reuniões, escolhendo os temas e as metodologias adequadas
- Escolher espaços que ofereça condições pedagógicas adequadas
- Realizar as reuniões na comunidade
- Fazer intercambio, caso haja outro grupo próximo
- Fazer reuniões da rede para planejar juntos, e construir novas propostas formativas
- Apoio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- Partir da realidade do grupo
- Construir ambiente dialógico e amoroso
- Ter a pesquisa como orientadora da pratica formativa, isso ajuda a planejar o fazer pedagógico

O que eu posso trabalhar durante os GES?

Os temas a serem trabalhados nos Grupos devem partir da realidade do grupo, da comunidade, do município, mas pode ser temas que tratem de questões mais amplas, a nível estadual, nacional ou mundial, a escolha do tema não deve ser um fator limitante.

Mas eles podem e devem estar articulados aos eixos pedagógicos da Enfoc, Memória e Identidade, Pedagogia para uma Nova Sociabilidade, Ação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Por exemplo ao trabalhar com a história de vida dos sujeitos, com a história da comunidade, está sendo trabalhado na perspectiva da memória e identidade, ao se tratar da agroecologia, ou das questões ambientais de uma comunidade a articulação está sendo feita com o eixo da Ação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Além dos temas que emergem diretamente da realidade local podemos tratar dos seguintes temas:

- Sindicalismo
- Direitos trabalhistas
- Direitos previdenciários
- Questão agrária
- Educação do Campo
- Luta de Classes

- Agroecologia
- Projetos de Desenvolvimento em disputa
- Sexualidade
- Saúde
- Divisão sexual do Trabalho
- Sucessão Rural
- Dentre vários temas que fazem parte da vida no campo

E quando a gente fala de GES, não é obrigatório que vocês vão pegar os temas, do que a gente trabalhou aqui e levar para a base, vocês vão fazer a multiplicação criada. Eu aprendi que no primeiro item é que as pessoas que participam desse grupo, conheçam o sindicato, mais vocês vão tá trazendo novos temas de acordo com as necessidades daquela comunidade.

Por isso esse grupo de Ges é bom, fazer Ges na comunidade, na associação é bom gente, pra você esclarecer o que é o sindicato, pra que serve o sindicato, qual o direito do trabalhador. Por que direito do trabalhador não é só buscar quando precisa de um benefício não, é muitos outros direitos e muita gente não tem esse pensamento. Acha que é vereador que tem que fazer, acha que tem que votar num vereador para aquele vereador trazer, não sabendo que a gente mesmo pode fazer isso, que é a gente mesmo trazendo conhecimento pra gente mesmo. E o movimento sindical, tem que ir pra base, tem que trabalhar, tem que sair do sindicato. Por que pensam que o sindicato é aquela casa lá, mais o sindicato somos nós, o sindicato é quem está lá na basurma)

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Roteiro de Entrevista da pesquisa intitulada - Estudo sobre o Movimento Sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais: uma articulação entre a formação sindical e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS na Bahia.

1. Como é a estrutura organizativa do MSTTR ?
2. Como você ver esta estrutura organizativa do MSTTR?
3. Em que medida a estrutura organizativa do MSTTR se relaciona na formação sindical desenvolvida pela ENFOC?
4. Para você o que/como deveria ser trabalhado nos cursos/processos formativos da Enfoc?
5. É tratado algum tema que se propõe a refletir e/ou promover mudanças na estrutura e forma organizativa do MSTTR? Se sim, de que forma?
6. O que é ser militante do MSTTR?
7. Você se considera militante do MSTTR? Se sim, Porque?
8. Qual relação entre o processo formativo e a militância sindical?
9. Como você avalia os conteúdos trabalhado nos módulos dos cursos da Enfoc?
10. Tais conteúdos possibilitam pensar nas relações sociais e políticas da nossa sociedade?
11. Estes propõem mudanças na sociedade, apresenta quais possibilidades?
12. E quanto ao modo (jeito) de fazer as atividades, como você avalia?
13. Você conhece o PADRSS?
14. O que é o PADRSS?
15. Em algum momento você participou da construção do PADRSS?

16. O que é fundamental no PADRSS?
17. Você consegue identificar ações que são resultantes do PADRSS?
18. A Enfoc contribui em alguma medida para compreensão e implementação do PADRSS?
19. Faça uma avaliação da Enfoc?
20. Faça uma avaliação do PADRSS?
21. O PADRSS afirma ser alternativo porque questiona a sociedade capitalista e propõe um projeto de sociedade diferente, que sociedade é essa?

ANEXO A – FOTOS

Foto 1. Oficina de autoformação



Oficina de autoformação realizada em fevereiro de 2014 em Salvador, Bahia.

Momento de apresentação das propostas e de diálogo construído na circularidade.

Estiveram presentes os educadores e educadoras que a partir de estudos construiu a proposta pedagógica do curso de formação.

Foto 2. I módulo do curso Estadual de Formação



I módulo do curso de formação da Enfoc, realizada em março de 2015 em Salvador, Bahia.

Neste momento fazendo reflexão para trabalhar o tema sujeito e Identidade, orientada pelo educador popular Merrem, colaborador da rede de educadores/as da Enfoc.

Foto 3. I Módulo do curso Estadual de Formação



Continuidade da reflexão sobre o tema sujeito e identidade – o nome dado ao trabalho foi o Rio da Vida, nas tarjetas está escrito as características e as sínteses das reflexões.

Foto 4. I Módulo do curso Estadual de Formação



Realização de trabalhos de grupo

Foto 5. II Módulo do curso Estadual de Formação



Abertura do II Módulo do curso de formação realizada em junho de 2014 em Ilhéus, Bahia. Momento do reencontro e construção memória do I módulo através de fotos.

Foto 6. II Módulo do curso Estadual de Formação



Mística de abertura – trazendo as culturas regionais e os símbolos da formação sindical.



Oficina sobre gênero e sexualidade – acima brinquedos de crianças (socialmente destinados a meninos e meninas)

Foto 8. III módulo do curso Estadual de Formação



III Módulo do curso estadual de Formação realizado em setembro de 2014 em Seabra, Bahia.
Conversando sobre Projetos de Sociedade em Disputa

Foto 9. III Módulo do curso Estadual de Formação



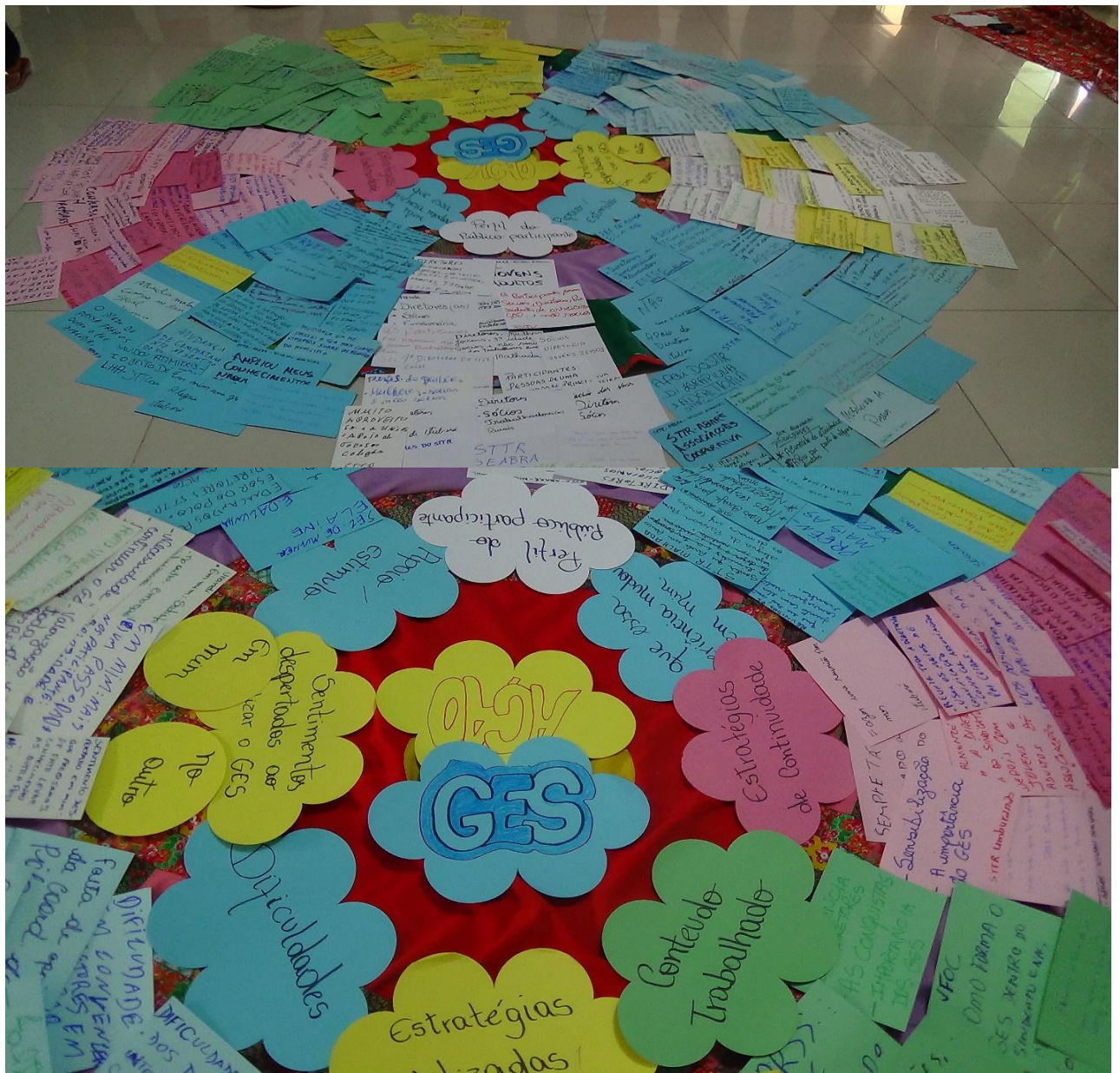
Construção de um mosaico sobre a agricultura familiar e o agronegócio

Foto 10. III Módulo do curso Estadual de Formação



Visita pedagógica no IPETERRAS – Instituto de Permacultura em Irecê, Bahia durante o III módulo do curso estadual de Formação

Foto 11. III Módulo do curso Estadual de Formação



Mandala construída a partir do diálogo pedagógico sobre Grupos de estudos Sindicais - GES

Foto 12. III Módulo do curso Estadual de Formação



Foto oficial da turma após a cerimônia de certificação.

Fotos: Arquivo da Enfoc/FETAG-BA/2014

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

I. Matriz da I Oficina de autoformação

OFICINA DE AUTO FORMAÇÃO E REUNIÃO AMPLIADA DO COLETIVO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

18 de Fevereiro de 2014

Reunião ampliada do coletivo estadual de formação e organização sindical

Acolhida – (Mística)

Organização sindical

Eleições Sindicais

Portarias do MTE

Reforma de Estatutos

Representação e representatividade

Estruturas Regionais

Formação Sindical

Curso Nacional, Enafor e Coletivo Nacional (informe)

Curso estadual

Definir público, número de participantes, perfil etc.

Estrutura do curso, local e datas;

Seminários regionais

Cursos Regionais

Cursos para dirigentes sindicais (No STTR)

Metodologia: Ir debatendo os temas e construindo agendas.

Noite:

Oficina de Relaxamento: Despertando os Sentidos

19 de Fevereiro de 2014

Preparando o 1º Módulo da Terceira Turma Estadual**Manhã**

Mística

A importância de ser educador

Leitura coletiva do Texto - **EDUCADOR E APRENDIZ** - Alexandre Botelho (Merrem)

Dialogo sobre os pontos centrais do texto por meio do cochicho;

Aprofundamento Metodológico

Leitura de textos diferentes em grupos – Socialização das ideias chaves por meio do GV – GO ou painel (a definir)

Textos:

- a) O sentido dos diálogos pedagógicos
- b) O que é um grupo – Madalena Freire
- c) Mística no Movimento Sindical
- d) Mística – Texto do dicionário da Educação do Campo
- e) Educação omnilateral – Texto do dicionário da Educação do Campo
- f) Saber cuidar – Leonardo Boff

Tarde:

Roda de conversa mediada por questões orientadoras

Algumas questões:

- Mística – o que é? – Como fazer? Seu sentido...
- Grupos de trabalho – Como garantir seu funcionamento;
- Organização do trabalho pedagógico;
- O que queremos com esse módulo?
- Como fazer a turma se envolver?
- Como lidar com temas polêmicos?
- Como trabalhar com gênero, geração e raça?
- Como garantir o discurso contra o capitalismo?

- Como ser educador?
- Como garantir efetivamente as atividades?
- Noite Cultural – (o que fazer para não ser apenas comer e beber)
- Material didático – o que queremos alcançar com ele – elaboração
- Sistematização e relatoria – como garantir esse processo

Trabalho sobre a PNF –metodologia a definir

Noite cultural

20 de fevereiro de 2014

Construção coletiva da Matriz do curso.

II. Matriz I módulo do Curso estadual

Eixos Transversais: Pedagogia para uma nova Sociabilidade

Memória e Identidade

Eixo Temático: Estado Sociedade e Ideologia

<i>Dia</i>	<i>Tema e Sub-Temas</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Detalhamento/Mediadores</i>	<i>Responsáveis</i>
18/03/2014 Terça Feira	<p><u>Manhã</u></p> <p>Acolhida: Chegada dos educandos a partir de 6h30</p> <p>10h - Apresentação da proposta política e pedagógica da Enfoc.</p> <p>Mística e apresentação dos participantes</p> <p>Acordo das regras de convivência</p> <p>Divisão das equipes de Trabalho</p> <p>12h30 Almoço</p>	<p>Proporcionar uma recepção acolhedora integrando os educandos a proposta da escola;</p> <p>Integralizar os educandos com a proposta formativa da escola;</p> <p>Procurar estabelecer uma co-responsabilização no processo formativo</p>	<p>Confeccionar fitinhas (tipo senhor do Bom fim) para recepcionar e dividir os grupos de leitura. Colocar nos quartos uma lembrança de boas-vindas.</p> <p>Fazer apresentação do itinerário da Enfoc e dos compromissos que os educandos assumem ao participar do curso;</p> <p>Fazer a apresentação da turma</p> <p>Construção coletiva</p>	<p>Vânia, Rose e Eduardo.</p> <p>Vânia</p> <p>Equipe de educadores</p> <p>Gerson, Rose, Suede</p> <p>Leidjane, Eduardo e Robelio</p>
	<p><u>Tarde</u></p> <p>14h - Boas vindas da Diretoria da Fetag-BA e dos demais parceiros;</p> <p>14h30 - Memória e Identidade</p>	<p>Propiciar o apoio político a formação sindical e aos participantes da terceira turma estadual da Contag;</p> <p>Refletir sobre as identidades camponesas, construindo a memória da cultura baiana;</p> <p>Matutar sobre as identidades individuais e coletivas existentes no campo e o papel do MSTTR enquanto espaço de relação dessas identidades;</p>	<p>De forma dinâmica as boas vindas será dada na roda de diálogos;</p> <p>ALEXANDRE BOTELHO MERREM</p>	<p>Diretoria da Fetag-Ba, Contag, CTB, PCdoB, Bahia Gás;</p> <p>Gerson e Edite.</p>

	<u>Noite</u> Reunião das equipes de trabalho Reunião da Equipe Pedagógica Leitura nos grupos	Promover a organização das equipes e o bom funcionamento do curso;	Apresentar aos membros da equipe as funções atribuídas a cada equipe, ajudar aos mesmos a planejar sua ação; Cada membro da equipe Pedagógica irá acompanhar uma equipe de trabalho;	Equipe pedagógica
19/03/2014 Quarta feira	<u>Manhã</u> 8h - Equipe de Mística 8h15 - Informes das equipes 9h - Oficinas Paralelas: <ul style="list-style-type: none"> • Educação do campo: disputa de projetos • Trabalho e Meio Ambiente 		Ednalva Fiuzza – Especialista em Educação do Campo Cassiana Mendes – Mestranda em Educação do Campo	Equipe Pedagógica subdividida nas oficinas
	<u>Tarde</u> 14h Equipe de Animação Modos de Produção <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorte histórico e contemporâneo; ▪ Aprofundar elementos de constituição da classe trabalhadora ▪ Aprofundar elementos que configuram o campesinato 	Possibilitar a compreensão das mudanças sociais, dos modos de produção e do atual sistema econômico. Refletir sobre as mazelas do capitalismo re-afirmando um posicionamento contrário ao capitalismo.	ANTENOR	Edite e Suede
	<u>Noite</u> 20h Oficina de Relaxamento	Promover um movimento de conscientização corporal, de relaxamento e de meditação.	VÂNIA	Welliton e Cristiane
	<u>Manhã</u> 8h - Equipes 8h30 - Estado Sociedade e Ideologia <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorte contemporâneo e 	Conhecer e analisar a relação histórica e contemporânea entre Estado e Sociedade Civil; Compreender a formação do Estado Brasileiro e a configuração da sociedade civil, e a função do	ANTENOR	Cleilson e Cristiane

20/03/2014 Quinta Feira	<p>histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fisionomias do Estado Brasileiro; ▪ Esferas de poder ▪ Relação Estado e Sociedade ▪ Estado e sociedade – Relações Políticas 	Estado na sociedade capitalista;		
	<p><u>Tarde</u></p> <p>14h - Equipes 14h30 – Gênero</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Patriarcado ▪ Divisão Sexual do Trabalho ▪ Mulher e Poder ▪ Enfrentamento da Violência contra a mulher 	Favorecer a compreensão sobre a trajetória das mulheres analisando as dimensões históricas que levaram a posição que a mulher ocupa hoje na sociedade; Enfatizar a trajetória organizativa e de luta das mulheres trabalhadoras rurais enfatizando as dimensões da divisão sexual do trabalho, da violência, e da participação em espaços de poder e participação política;	LEIDJANE E VÂNIA	Rose e Robelio
	<p><u>Noite</u></p> <p>20h Cinema na Enfoc</p>	Trazer elementos que contribua para o debate sobre as relações de trabalho;	FILME SERRA PELADA	Ademildes, Eduardo e Cleilson
21/03/2014 Sexta Feira	<p><u>Manhã</u></p> <p>8h Equipes 8h30 – Mundo do Trabalho e Relações e Trabalho</p>	Conhecer elementos, refletir e debater a configuração das relações de trabalho no Estado;	ANTENOR	Claudio e Cristiane
	<p><u>Tarde</u></p> <p>14h Equipes 14h30 Relações e Trabalho Mesa redonda com representantes da SETRE, CTB, DIEESE, DRT, PCdoB. 16h30 Reunião das equipes de trabalho</p>	Debater com as diferentes instituições como tem se configurado as relações de trabalho no Estado da Bahia;	CTB, SETRE, DIEESE, DRT, PCdoB Garantir a participação de 3 instituições.	Welliton e Ademildes
	<p><u>Noite</u></p> <p>Noite Cultural Apresentações culturais Baile a Fantasia (Baile de Carnaval)</p>			Equipe de Animação Eduardo e Suede
22/03/2014 Sábado	<p>Manhã GES Apresentação dos grupos de Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistematização ▪ Avaliação <p>Atividade Inter módulo Mística de encerramento</p>	Apresentar os resultados de sistematização; Avaliar o primeiro módulo e propor ajustes; Encaminhar os trabalhos Inter módulo; Criar um ambiente que proporcione um vínculo com a turma e estimular o retorno para o segundo módulo;		Equipe

III. Matriz do II módulo do curso estadual

Eixos Transversais: Pedagogia para uma nova Sociabilidade

Memória e Identidade

Ação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Eixo Temático: História Concepção e Prática Sindical

<i>?Dia</i>	<i>Tema e Sub-Temas</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Detalhamento/Mediadores</i>	<i>Responsáveis</i>
09/06/2014 Segunda Feira	<p><u>Manhã</u> Acolhida: Chegada dos educandos a partir de 6h30</p> <p>10h Mística Apresentar a programação (dividir equipes e acordos)</p> <p>Memória do I Módulo</p> <p><i>12h30 Almoço</i></p>	<p>Proporcionar uma recepção acolhedora integrando os educandos a proposta da escola;</p> <p>Estimular uma releitura do I Módulo e compreender a inter-relação entre o I e o II Módulo</p>	<p>Construção coletiva</p> <p>Fotos e músicas, frases que lembrem o I módulo</p>	<p>Equipe de educadores</p> <p>Rose, Suede</p> <p>Leidjane e Robelio</p>
	<p><u>Tarde</u> 14h – Fala de diretores presentes – (Breve Saudação) 14h30 – Socialização das atividades inter-módulo</p>	<p>Conhecer a história do sindicalismo baiano tendo como ponto de partida os sindicatos</p>	<p>História do sindicato (trazer fotos, bandeiras, objetos que representem a luta/história do STTR)</p>	<p>Cleison, Cristiane, Vânia e Nonato</p>

	<p><u>Noite</u></p> <p>Reunião das equipes de trabalho Reunião da Equipe Pedagógica</p> <p>Atividades lúdicas orientadas (campeonatos de jogos, ex.: dominó, dama, etc.</p>	<p>Integrar as equipes e preparar as ações a serem desenvolvidas no decorrer da semana;</p> <p>Propiciar momentos de lazer integrando a turma</p>	<p>Suede, Eduardo, Cleilson, Robélio</p>	<p>Equipe pedagógica</p>
10/06/2014 Terça feira	<p><u>Manhã</u></p> <p>8h - Equipe de Mística e animação 8h15 - Oficinas Paralelas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sexualidade Raça 	<p>Sexualidade</p> <p>Raça</p>	<p>Sanadia e Amarildo</p>	<p>Monitores: Claudio, Robelio, Suede e Eduardo</p>
	<p><u>Tarde</u></p> <p>14h Equipe de Animação</p> <p>14h15 Oficinas Paralelas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sexualidade Raça 			<p>Sanadia e Amarildo</p>
	<p><u>Noite</u></p> <p>20h Dialogo Pedagógico</p>	<p>Refletir sobre a impressões dos participantes nas oficinas e produzir uma síntese dos temas trabalhados</p>	<p>Condução do Dialogo Claudio, Nonato, Leidjane e Eduardo</p>	<p>Apoio: Welliton e Cristiane</p>
11/06/2014 Quarta Feira	<p><u>Manhã</u></p> <p>8h - Equipes 8h30 -</p> <ol style="list-style-type: none"> Origem e Papel do Sindicalismo no campo <ul style="list-style-type: none"> Pratica sindical Representatividade Lutas pré-sindical 	<p>Memória da constituição e organização do MSTTR no Brasil e na Bahia;</p> <p>Conhecer a participação da Fetag Bahia no MSTTR; Refletir sobre o atual momento para o sindicalismo no campo;</p>	<p>AMARILDO</p>	<p>Ademildes e Eduardo</p>
	<p><u>Tarde</u></p> <p>14h - Equipes 14h30 Continuação</p>			<p><u>Noite</u></p> <p>20h Cinema na Enfoc</p>
12/06/2014 Quinta Feira	<p><u>Manhã</u></p> <p>8h Equipes 8h30 – Memória Viva Dialogo Pedagógico: Semeador da Liberdade</p>	<p>Reviver através das lutas e das histórias desses/as militantes a construção do sindicalismo no campo na Bahia</p>	<p>Convidados de Sindicatos da Região Sul da Bahia</p>	<p>Welliton e Cristiane</p>
	<p><u>Tarde</u></p> <p>14h Equipes</p>	<p>Dialogo Pedagógico – Representatividade –</p>		<p>Welliton e Vânia</p>

	14h30 Praticas Sindicais	Sustentabilidade política e financeira e GES		
	<u>Tarde –Noite</u> 17h Jogo da Seleção Brasileira Noite Cultural – Festa de São João			Equipe de Animação Cleison, Nonato e Cristiane
13/06/2014 Sexta Feira	Manhã GES Apresentação dos grupos de Trabalho <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistematização ▪ Avaliação Atividade Inter módulo Mística de encerramento	Apresentar os resultados de sistematização; Avaliar o primeiro módulo e propor ajustes; Encaminhar os trabalhos Inter módulo; Criar um ambiente que proporcione um vínculo com a turma e estimular o retorno para o segundo módulo;	Rose Vânia Flaviana Equipes de trabalho	Equipe

ANEXO C – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, RAIMUNDO NOVA TO DOS SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil CASADO, portador da Cédula de identidade RG nº 0977576752, inscrito no CPF/MF sob nº 011.804.295-59, residente à Av/Rua DOCTOR DANFAS JUNIOR, nº. 150, município de ITAPICURU/Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 12 de JUNHO de 2014.

Raimundo Novato dos Santos

Nome:

Telefone p/ contato: 17 61 9999 4191

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, AMARILDO CARVALHO DE SOUZA nacionalidade BRASILEIRO, estado civil UNIÃO ESTÁVEL, portador da Cédula de identidade RG nº. 01313997-56, inscrito no CPF/MF sob nº 229.569.645-34, residente à Av/Rua 03 SUL, LOTE 10, AP.302, nº. _____, município de BRASÍLIA /DF. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 11 de junho de 2014.

Nome: 

Telefone p/ contato: 61 8209-7841

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, Eliene S de Oliveira, nacionalidade Brasileira, estado civil Solteira, portador da Cédula de identidade RG nº 1407884921, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua Comunidade, Ass. Faz Nova, nº _____, município de Silvas Guaraniás /Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 12 de Junho de 2014.

Eliene S de Oliveira

Nome:

Telefone p/ contato: 77 81283330

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, CLEILSON JOSÉ VERICIMO SANTOS, nacionalidade BRASILEIRO, estado civil CASADO, portador da Cédula de identidade RG nº. 11124964-32, inscrito no CPF/MF sob nº 042.083.954-27, residente à Av/Rua MANOEL VIANA, DISTRITO DE IBÓ, nº. 53, município de ABARE/Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 12 de JUNHO de 2014.

Cleilson José Vericimo Santos
Nome: CLEILSON JOSÉ VERICIMO SANTOS

Telefone p/ contato: (75) 3215-1145 / 3287-2202 / 9821-0701

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, Audinea Gean Teles da Costa nacionalidade Brasileira, estado civil casada, portador da Cédula de identidade RG nº. 722272650, inscrito no CPF/MF sob nº 981.836.485-68, residente à Av/Rua João Ribeiro de Moraes, nº. 05, município de Urolândia /Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 12 de Junho de 2014.

Audinea Gean Teles da Costa

Nome:

Telefone p/ contato:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, Josemira Fernandes Pereira, nacionalidade Brasileira, estado civil Solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 0666078335, inscrito no CPF/MF sob nº 690.240.145-79, residente à Av/Rua Governador Nilo Coelho, nº. 516, município de Guaranambi/Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 12 de Junho de 2014.

Nome:

Telefone p/ contato: (77) 9811-9024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, ELIARA MARIA DOS SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRA, portador da Cédula de identidade RG nº 06.864.957-64, inscrito no CPF/MF sob nº 002.376.095-84, residente à Av/Rua TIRADENTES, nº. 453, município de COADOURA/Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia _____ de _____ de 2014.

Eliara Maria dos Santos
Nome:

Telefone p/ contato: (77) 9108-6682
(77) 3445-2660

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, Sanadia Gama dos Santos, nacionalidade Brasileira, estado civil Solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 1231599 SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob nº 935.904.665-53, residente à Av/Rua Alon n. Silva, Rosa Maria, nº. 630, município de Sos Cristóvão /Sergipe. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 11 de junho de 2014.

Sanadia Gama dos Santos

Nome:

Telefone p/ contato: (79) 9898-1611 / 79 3257-5868

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, ROBÉLIO FERREIRA SOBRINHO, nacionalidade BASSILIANO, estado civil CASADO, portador da Cédula de identidade RG nº 67671989-80, inscrito no CPF/MF sob nº 992 057 505-49, residente à Av/Rua RUA DOM PEDRO II, nº. 151, município de BONITO/Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia _____ de _____ de 2014.

Robelio Ferreira Sobrinho

Nome:

Telefone p/ contato:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, RAILTON ALVES OLIVEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil DIVORCIADO, portador da Cédula de identidade RG nº. 0487854233, inscrito no CPF/MF sob nº 55314600587, residente à Av/Rua FRANCO LUSSEN, nº. 10, município de ITAPÉ /Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 12 de JUNHO de 2014.

Nome: RAILTON ALVES OLIVEIRA

Telefone p/ contato:

(73) 88158575 / 98008575 / 51761616 / 9173 9142

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, Leidjane Fernandes Baleiro, nacionalidade brasileira, estado civil casada, portador da Cédula de identidade RG nº. 1386102822, inscrito no CPF/MF sob nº 023.599.345-03, residente à Av/Rua E, nº 20, Bairro Vermelho, nº. 20, município de Urandi/Bahia. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada por Vânia Marques Pinto para a dissertação e produtos relacionados ao Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que está lotado no Centro de Formação de Professores da UFRB, na Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) livros; (II) folhetos em geral (encartes, boletins etc.); (III) folder de apresentação; (IV) revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) folder; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, blogs, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Ilhéus - Bahia, dia 12 de junho de 2014.

Leidjane Fernandes Baleiro
Nome:

Telefone p/ contato: